

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

LUCIANE TISCHLER RUDNICK

**A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA**

**CANOINHAS
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUCIANE TISCHLER RUDNICK

**A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada como critério parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – área e concentração – Desenvolvimento Regional – linha de pesquisa – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – Universidade do Contestado – UnC – *Campus* Universitário de Canoinhas – SC, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antonio Mattedi e co-orientação do Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner

**CANOINHAS
2010**

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Dionisio Elvir e à minha filha Patrice, pessoas
imprescindíveis neste momento importante de minha vida.

Aos meus sogros Dionisio Bernardo e Elvira.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço especialmente:

Aos meus familiares pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência ou distanciamento necessários para a concretização deste estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Antonio Mattedi por sua dedicação e paciência em todas as etapas da construção deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner por contribuir indiretamente através das conversas, orientações e discussões sobre a temática do trabalho.

À Coordenadora do Programa de Mestrado, Prof^a Dra. Maria Luiza Milani, pela colaboração e incentivo no decorrer desses dois anos de mestrado.

Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado pela contribuição ao aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

À FAPESC e a Universidade do Contestado pela concessão da bolsa de estudo sem a qual eu não teria realizado este trabalho.

Aos amigos que estiveram presentes nos momentos de estudo, nas conversas, nas trocas de experiência e também nas brincadeiras. Foi bom conhecê-los!

Epígrafe

**“Todos os homens do mundo, na
medida em que se unem entre si em
sociedade, trabalham, lutam e
melhoram a si mesmos”
(Antonio Gramsci)**

RESUMO

Este trabalho estuda a capacidade da política de descentralização administrativa de Santa Catarina contribuir para o desenvolvimento das regiões deprimidas economicamente. Tem como objetivo investigar a relação existente entre padrão de desenvolvimento regional e a forma de atuação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina para determinar se são variáveis políticas ou a capacidade de aprendizado regional. O universo da pesquisa corresponde as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional escolhidas segundo a divisão territorial das mesorregiões de Santa Catarina, a saber: a) Norte: Canoinhas e Jaraguá do Sul; b) Vale do Itajaí: Blumenau e Taió; c) Grande Florianópolis: São José; d) Oeste: Concórdia e São Miguel do Oeste; e) Serra: Lages e São Joaquim; f) Sul: Criciúma e Laguna. Em relação à metodologia, a presente pesquisa é considerada exploratória, descritiva e qualitativa. Tem como meios de investigação a pesquisa documental, através da análise de documentos internos de cada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, da Secretaria de Planejamento, dos relatórios do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas e do Relatório de Atividades de 2003 – 2009 elaborado pelas SDR. A pesquisa qualitativa foi realizada com os secretários das SDR através de questionários com perguntas abertas sobre a avaliação de desempenho da descentralização administrativa. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora o principal objetivo da descentralização seja diminuir as desigualdades regionais priorizando investimentos nas regiões menos desenvolvidas do Estado o que ocorre ainda é uma concentração de investimentos nas regiões mais desenvolvidas. Esse resultado corrobora, em parte, com as hipóteses apresentadas de que a atuação das SDR está relacionada ao padrão de desenvolvimento regional e depende tanto da capacidade de aprendizado regional, quanto da capacidade de articulação política.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Catarina; Descentralização; Desenvolvimento Regional

RESUMEN

Este trabajo investiga la capacidad de la política de la descentralización administrativa de Santa Catarina contribuir para el desarrollo de las áreas deprimidas económicamente. El objetivo es investigar la relación existente entre el modelo del desarrollo regional y la forma del rendimiento de lo Ministerio del Desarrollo Regional en Santa Catarina para determinar si son variables político o la capacidad de aprendizaje regional. El universo de la investigación corresponde los Ministerios del Desarrollo Regional escogido de acuerdo con la división territorial de Santa Catarina, para lo saber: a) Norte: Canoinhas y Jaraguá do Sul; b) Vale do Itajaí: Blumenau y Taió; c) Grande Florianópolis: São José; d) Oeste: Concórdia y São Miguel do Oeste; e) Serra: Lages y São Joaquim; f) Sul: Criciúma y Laguna. En relación con la metodología, a investigación actual es considerada exploratoria, descriptiva y cualitativa. Los medios de investigación son de documental, a través del análisis de documentos interiores de cada uno de los Ministerios del Desarrollo Regional, de lo Ministerio de la Planificación, de los informes del sistema de Integración del Control de las obras públicas y del informe de las actividades de 2003 hasta 2009 del SDR. La investigación cualitativa estaba consumada con los secretarios de cada SDR a través de cuestionarios con las cuestiones sin resolver sobre la evaluación del desempeño de la descentralización administrativa. Los resultados de la investigación demuestran eso, aunque el objetivo principal de la descentralización es reducir las desigualdad regionales priorizar inversiones en las áreas menos desarrolladas del Estado que ocurre todavía es una concentración de inversiones en las áreas más desarrolladas. Que el resultado corrobora, en parte, con las hipótesis presentadas que el rendimiento del SDR está relacionado con el padrón del desarrollo regional y él depende de la capacidad de aprendizaje regional, y de la capacidad de la articulación política.

PALABRAS-CLAVE: Santa Catarina; Descentralización; Desarrollo Regional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da SDR de Jaraguá do Sul.....	52
Figura 2 – Mapa da SDR de Canoinhas.....	54
Figura 3 – Mapa da SDR de Blumenau.....	56
Figura 4 – Mapa da SDR de Taió.....	58
Figura 5 – Mapa da SDR da Grande Florianópolis.....	61
Figura 6 – Mapa da SDR de Concórdia	64
Figura 7 – Mapa da SDR de São Miguel do Oeste	66
Figura 8 – Mapa da SDR de Lages	68
Figura 9 – Mapa da SDR de São Joaquim	70
Figura 10 – Mapa da SDR de Criciúma.....	72
Figura 11 – Mapa da SDR de Laguna.....	74
Figura 12 – Comparativo investimentos das SDR de 2003 a 2009	96
Figura 13 – Mapa do Processo de litoralização em Santa Catarina.....	132
Figura 14 – Mapa das Secretarias de Desenvolvimento Regional – 2007	133

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - 2007	47
Tabela 1 – IDH dos municípios da SDR de Jaraguá do Sul.....	53
Tabela 2 – IDH dos municípios da SDR de Canoinhas.....	54
Tabela 3 – IDH dos municípios da SDR de Blumenau.....	57
Tabela 4 – IDH dos municípios da SDR de Taió.....	59
Tabela 5 – IDH dos municípios da SDR da Grande Florianópolis.....	62
Tabela 6 – IDH dos municípios da SDR de Concórdia.....	64
Tabela 7 – IDH dos municípios da SDR de São Miguel do Oeste.....	66
Tabela 8 – IDH dos municípios da SDR de Lages	69
Tabela 9 – IDH dos municípios da SDR de São Joaquim	71
Tabela 10 – IDH dos municípios da SDR de Criciúma.....	73
Tabela 11 – IDH dos municípios da SDR de Laguna	74
Tabela 12 – Total de investimentos na SDR de Jaraguá do Sul, período de 2003 a 2009	77
Tabela 13 – Total de investimentos na SDR de Canoinhas, período de 2003 a 2009	79
Tabela 14 – Total de investimentos na SDR de Blumenau, período de 2003 a 2009	80
Tabela 15 – Total de investimentos na SDR de Taió, período de 2003 a 2009	82
Tabela 16 – Total de investimentos na SDR da Grande Florianópolis, período de 2003 a 2009	84
Tabela 17 – Total de investimentos na SDR de Concórdia, período de 2003 a 2009	86
Tabela 18 – Total de investimentos na SDR de São Miguel do Oeste, período de 2003 a 2009	87
Tabela 19 – Total de investimentos na SDR de Lages, período de 2003 a 2009.....	89
Tabela 20 – Total de investimentos na SDR de São Joaquim, período de 2003 a 2009	91
Tabela 21 – Total de investimentos na SDR de Criciúma, período de 2003 a 2009	93
Tabela 22 – Total de investimentos na SDR de Laguna, período de 2003 a 2009	94
Tabela 23 – Total de investimento <i>per capita</i> , período de 2003 a 2009.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

CDR – Conselho de Desenvolvimento Regional

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

DESENVESC – Conselho Estadual de Desenvolvimento de Santa Catarina

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina

FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

NEP – Núcleo de Ensino Profissionalizante

ONG – Organização não Governamental

PDR – Plano de Desenvolvimento Regional

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional

SPG/SC – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

UnC – Universidade do Contestado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 DIMENSÕES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO.....	16
2.2 A DESCENTRALIZAÇÃO, A DESCONCENTRAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO	23
2.2.1 Experiências de Descentralização no Sul do Brasil	28
2.3 O DESENVOLVIMENTO CATARINENSE	31
2.4 PLANEJAMENTO ESTADUAL E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA	38
2.4.1 Planos de Governo em Santa Catarina de 1950 a 2002	38
3 POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CATARINENSE	44
3.1 SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR)	46
3.2 CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CDR).....	48
3.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES DE ABRANGÊNCIA DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	50
3.3.1 Norte – SDR de Jaraguá do Sul e de Canoinhas	51
3.3.2 Vale do Itajaí – SDR de Blumenau e Taió	55
3.3.3 SDR da Grande Florianópolis.....	59
3.3.4 Oeste – SDR de Concórdia e São Miguel do Oeste.....	63
3.3.5 Serra – SDR de Lages e São Joaquim.....	67
3.3.6 Sul – SDR de Criciúma e Laguna.....	71
4 RESULTADOS	75
4.1 INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO PERÍODO DE 2003 A 2009	75
4.1.1 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul.....	76
4.1.2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	77
4.1.3 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau	79
4.1.4 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió.....	81
4.1.5 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São José.....	82
4.1.6 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia	84
4.1.7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	86
4.1.8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages.....	88
4.1.9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.....	89
4.1.10 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma	91
4.1.11 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna.....	93
4.2 ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SDR, ENTRE 2003 A 2009 E SUA APROXIMAÇÃO COM OS OBJETIVOS DA DESCENTRALIZAÇÃO....	95
4.3 PERCEPÇÃO DOS GESTORES REGIONAIS SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	124

1 INTRODUÇÃO

Santa Catarina constitui um caso de desenvolvimento econômico peculiar em relação aos demais estados brasileiros. É caracterizada pela pequena propriedade, consequência do modelo de ocupação do território incentivado, principalmente, a partir do século XIX com a política de colonização do império brasileiro e que mais tarde definiria as especializações das diferentes regiões do estado.

Cada região, seguindo a forma de organização social de seus colonizadores foi se especializando em determinadas atividades econômicas, que transformaram Santa Catarina em um dos estados cujas atividades são mais diversificadas socioeconomicamente. Dessa forma, a região litorânea hoje é especializada na pesca, turismo e serviços; no Nordeste as indústrias eletro-metal-mecânico; no Vale do Itajaí a indústria têxtil e vestuário; no Planalto Norte as indústrias madeiras, moveleiras, de papel e celulose; a pecuária e a indústria no Planalto Serrano; o extrativismo mineral e a indústria cerâmica no Sul; a agroindústria, criação de bovinos, produção de maçã e indústrias de pólo metal-mecânico no Meio Oeste; e, a produção de grãos, aves e suínos e grandes frigoríficos no Oeste catarinense.

Outra característica relevante é a inexistência de uma grande metrópole, uma vez que o sistema urbano em Santa Catarina é multipolarizado, ou seja, possui municípios pólo que exercem influência regional.¹ Esse fator explica as dinâmicas sócio-espaciais do sistema urbano catarinense e sua interferência no crescimento populacional, ou, no aumento do êxodo rural, principalmente no interior do estado (ANJOS, 2007).

Dessa forma, o território catarinense apresenta disparidades de desenvolvimento entre as regiões. Algumas possuem um dinamismo econômico que refletem no padrão de desenvolvimento. Outras, devido ao modelo de desenvolvimento econômico, baseado no extrativismo, encontram dificuldades diante da estagnação econômica que enfrentam, sendo consequência desse modelo. Esses fatores contribuíram para que o governo do Estado, a partir de 2003, formulasse uma política de descentralização administrativa e regionalização do desenvolvimento.

¹ Santa Catarina possui oito municípios pólo que exercem influência regional: Joinville, São José, Blumenau, Itajaí, Criciúma, Lages, Chapecó e Joaçaba.

Todavia, diante da realidade socioeconômica refletida nas diferentes regiões catarinenses cabe indagar se a reforma administrativa do Estado, consolidada através da descentralização administrativa e da regionalização do desenvolvimento é capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico nas regiões deprimidas economicamente. Ou, se, além das variáveis políticas de descentralização/desconcentração das decisões, a capacidade de aprendizado regional seja uma variável determinante para explicar os diferentes padrões de desenvolvimento. A partir dessa relação são apresentadas as seguintes questões de pesquisa: a) Por que algumas regiões catarinenses apresentam melhor desenvolvimento que outras? Hipótese: Os diferentes padrões de desenvolvimento regional catarinense estão relacionados à capacidade de aprendizado de cada região; b) Por que a política de descentralização administrativa de Santa Catarina não alcançou um desempenho homogêneo? Hipótese: Devido aos fatores sociais, políticos, culturais e econômicos de cada região; c) Que fatores contribuíram para o incremento do desenvolvimento regional em determinadas SDR? Hipótese: As SDR em que as ações o desenvolvimento regional possuem melhor sinergia de interação, representação coletiva e propósitos comuns produzidos pelas instituições locais, como institutos de pesquisa, universidades, agências de transferência de tecnologia, câmaras de comércio, bancos e órgãos governamentais.

Para responder às questões apresentadas, o estudo tem como objetivo geral investigar a relação existente entre padrão de desenvolvimento regional e a atuação das Secretarias de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina para determinar se são a articulação política ou a capacidade de aprendizado regional as determinantes do desenvolvimento. Tem como objetivos específicos: a) Caracterizar os diferentes padrões de desenvolvimento das regiões catarinenses; b) Pesquisar a forma de criação, implantação e atuação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR); c) Pesquisar o número de projetos aprovados e executados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional das SDR pesquisadas, no período de 2003 a 2009; d) Avaliar a aproximação dos projetos aprovados em cada SDR pesquisada com os objetivos que embasam a política de descentralização catarinense quanto aos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; e) Investigar a percepção dos Secretários das SDR sobre a política de descentralização e sua capacidade de promover o desenvolvimento das regiões catarinenses.

O desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se em duas ordens de considerações que se encontram interligadas: a relevância acadêmica e a relevância social. A relevância acadêmica justifica-se pela necessidade de produção científica acerca do desenvolvimento regional catarinense, especialmente sobre a política de descentralização administrativa e da regionalização do desenvolvimento, implantadas a partir de 2003 pelo governo estadual. Dessa forma a contribuição teórica pode complementar os trabalhos existentes sobre o tema. Isso porque, de um lado, o trabalho aborda a questão dos diferentes padrões de desenvolvimento regional em Santa Catarina e, de outro se a política de descentralização, através da regionalização do desenvolvimento, é capaz de atuar de maneira eficaz nas regiões menos desenvolvidas do Estado.

Quanto à relevância social é importante ressaltar que, para uma região se desenvolver um dos fatores mais relevantes é o conhecimento produzido acerca de sua realidade. A partir desse conhecimento as políticas públicas poderiam ter maior eficiência e eficácia, melhorando a qualidade de vida da população e promovendo o desenvolvimento regional. Portanto, o resultado deste estudo pode contribuir para demonstrar que a efetividade da política de descentralização depende também de fatores extra-políticos. Tais fatores envolvem, além da capacidade de articulação entre o Estado e a sociedade organizada, a capacidade de aprendizagem das instituições, das empresas e das pessoas. Portanto, ao demonstrar que a capacidade de aprendizado regional é importante para o desenvolvimento, o presente estudo torna-se um instrumento que tem a possibilidade de gerar tecnologias de apoio à organização e funcionamento das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, mais precisamente a qualidade de informação que circula entre os atores.

O universo da pesquisa corresponde às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional escolhidas segundo a divisão territorial das mesorregiões de Santa Catarina, a saber: a) Norte: Canoinhas e Jaraguá do Sul; b) Vale do Itajaí: Blumenau e Taió; c) Grande Florianópolis: São José; d) Oeste: Concórdia e São Miguel do Oeste; e) Serra: Lages e São Joaquim; f) Sul: Criciúma e Laguna.

O estudo está dividido em três capítulos: o primeiro percorreu as dimensões teóricas do desenvolvimento, o processo de descentralização, desconcentração e regionalização do Estado e as experiências de descentralização no Sul do país, anteriores à política de descentralização catarinense. Em seguida descreve-se o

debate sobre o modelo de desenvolvimento catarinense a partir de sua formação econômica e do planejamento estadual desde a década de 1950 a fim de compreender a participação do Estado nas políticas de desenvolvimento anteriores à descentralização.

O segundo capítulo apresenta a política de descentralização administrativa catarinense, iniciada em 2003, assim como a criação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e os Conselhos de Desenvolvimento Regional. Este capítulo apresenta ainda o perfil socioeconômico das regiões de abrangência das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional foco deste estudo. A partir do Plano de Desenvolvimento Regional elaborado em cada SDR é apresentado o nível de IDH da região, as principais atividades econômicas e os problemas elencados no PDR, procurando caracterizar o padrão de desenvolvimento regional.

O terceiro capítulo consiste na apresentação e análise dos dados coletados a partir dos relatórios de atividades desenvolvidas em cada SDR e também das entrevistas com os gestores regionais (secretários de desenvolvimento regional).

Ao final apresentam-se as considerações finais, as referências e os anexos utilizados na dissertação. O texto foi escrito, organizado e formatado de acordo com a normalização da Universidade do Contestado – UnC.

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordadas as temáticas para o entendimento do problema proposto e que atendam aos objetivos apresentados. Pelas temáticas se propõe apresentar as dimensões teóricas do desenvolvimento e a descentralização ou desconcentração e regionalização do Estado.

2.1 DIMENSÕES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO

O tema desenvolvimento é uma questão muito ampla a ser discutida, pois remete aos fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de uma determinada sociedade. Pode ser interpretado de várias maneiras, dependendo do caráter ideológico de quem está analisando. Geralmente está relacionado ao sentido de mudanças. Outro fator relevante é a presença do Estado, seja direta, ou, indiretamente, como indutor do desenvolvimento, o que pode ser analisado em todas as sociedades. O próprio conceito de desenvolvimento passa por uma fase de transição devido às mudanças ocorridas, principalmente com o processo de globalização. Nesse sentido vários autores discutem a relação entre sociedade e Estado e os processos de desenvolvimento.

Ao contrário das teorias desenvolvimentistas, em que o desenvolvimento de um país estaria atrelado às etapas de crescimento econômico², as teorias do desenvolvimento regional, consideram, além dos fatores econômicos, a importância das formas de organização social e sua relação com o Estado para a promoção do desenvolvimento de uma determinada região.

² A teoria desenvolvimentista surgiu na década de 1960 e tem como um dos principais representantes William Wilber Rostow. Trata-se de um novo evolucionismo, no campo da sociologia, para explicar as diferenças entre as sociedades desenvolvidas e não desenvolvidas. Partindo do pressuposto que as diferenças entre as sociedades não eram de natureza, mas de grau de desenvolvimento, Rostow identifica em sua obra *Estágios de Desenvolvimento Econômico* as etapas de desenvolvimento que caracterizam cinco tipos de sociedade: sociedade tradicional, sociedade em processo de transição, sociedade em início de desenvolvimento, sociedade em estágio de maturação e sociedade de produção em massa. Essa classificação procurava justificar o modelo de desenvolvimento capitalista. As sociedades desenvolvidas, centros de dominação política e econômica, passaram a representar o modelo, ou estágio superior de desenvolvimento que deveria ser seguido pelas demais.

De acordo com Franco (2001, p. 238) a concepção predominante é de que o “[...] desenvolvimento é o resultado de crescimento econômico que se atinge em virtude de um dinamismo que se instala na sociedade quando cada indivíduo se lança na busca desenfreada pela satisfação de seus interesses materiais egoístas.” O desenvolvimento de uma sociedade, portanto, dependeria de seu dinamismo econômico, isto é, do crescimento de sua economia. De fato, muitos países passaram por esse processo de crescimento econômico³, porém não atingiram o estágio de desenvolvimento alcançado pelos países industrializados. São países que apresentam concentração de renda e sérios problemas sociais e ambientais. Isso porque o crescimento econômico⁴ é entendido como o “[...] aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia (país ou região), em determinado período de tempo” (SIEDENBERG; VALENTIM, 2006, p. 63). Portanto, não pode ser entendido simplesmente como sinônimo de desenvolvimento, tendo em vista que o desenvolvimento humano e social não é consequência, apenas, do crescimento econômico.

A mudança na concepção do desenvolvimento, portanto, é consequência da necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento capitalista do decorrer do século XX, pautado nas relações de exploração colonialista e da exploração desenfreada dos recursos naturais indispensáveis ao processo de industrialização.

Boisier (2006) argumenta que o conceito desenvolvimento está em fase de transição entre a antiga concepção relacionada às conquistas materiais e, portanto, quantificáveis relacionadas ao crescimento econômico, para uma nova concepção que entende o desenvolvimento como um processo intangível, subjetivo, relacionado mais às atitudes do que às conquistas materiais. Nesse caso, é possível identificar situações de desenvolvimento em lugares com baixas conquistas materiais e que, no entanto, possuem altos níveis de satisfação pessoal. O autor destaca ainda a necessidade de compreender o desenvolvimento como um processo endógeno, ou seja, “[...] diretamente dependente da autoconfiança coletiva na capacidade para

³ Brasil e China são exemplos de países com crescimento econômico considerável, mas com sérios problemas sociais.

⁴ Normalmente é medido pela variação do Produto Nacional Bruto (PNB) que corresponde à soma de todos os bens produzidos e serviços realizados enquanto atividades produtivas de uma nação, independente do território onde foram produzidos e do Produto Interno Bruto (PIB) que corresponde ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtoras. (SIEDENBERG; VALENTIM, 2006, p.63)

inventar recursos, movimentar aqueles já existentes e agir em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território” (BOISIER, 2006, p.69).

Para explicar os fatores necessários para alcançar o desenvolvimento Boisier (1999) assinala nove formas de capital possíveis de serem encontradas em um território organizado. Segundo o autor a articulação entre as formas de capital com o capital sinérgico produziria o desenvolvimento.

Capital econômico: refere-se aos recursos financeiros, geralmente exógenos a região, enfatizando a importância da articulação entre os governos territoriais e os agentes financeiros.

Capital cognitivo: todo o conhecimento científico e técnico disponível em uma comunidade, gerando o conhecimento acerca do próprio território e os saberes científicos e tecnológicos que podem ser usados para promover o seu desenvolvimento.

Capital simbólico: está relacionado ao poder da palavra, de construir na região uma auto-referência, um discurso regional, importante para competir com a concorrência internacional.

Capital cultural: refere-se aos produtos imateriais e materiais específicos de uma determinada comunidade, constituintes da identidade coletiva e da auto-estima.⁵

Capital institucional: são as instituições públicas e privadas existentes em um determinado território e sua capacidade de atuar e tomar decisões (velocidade, flexibilidade, maleabilidade, virtualidade e inteligência) e principalmente o grau de cooperação entre elas.

Capital psicossocial: entendido como a relação entre pensamento e ação, os sentimentos e emoções, a autoconfiança coletiva e o reconhecimento de que o futuro é socialmente construído.

Capital social: significa a capacidade de cooperação e de confiança entre os membros de uma comunidade.

Capital cívico: construído a partir das práticas políticas democráticas, de confiança nas instituições públicas e da preocupação com os assuntos públicos.

⁵ Boisier (1999) se refere ao acervo de tradições, mitos e crenças, linguagem, relações sociais, modos de produção e os produtos imateriais (literatura, pintura, dança, música, etc.) e materiais (produtos produzidos especificamente por uma determinada comunidade).

Capital humano: de um modo geral está relacionado aos conhecimentos e habilidades que os indivíduos possuem.

O capital sinérgico, portanto, seria a capacidade social de promover ações em conjunto dirigidas para fins coletivos e que supostamente seria um estoque latente existente em qualquer território. Nesse caso, o capital sinérgico articulando-se com as demais formas de capital e a preparação de um projeto político de desenvolvimento poderia criar as condições propícias ao desenvolvimento territorial⁶.

Procurando investigar as relações entre desenvolvimento local⁷ e capital social, Franco (2002) recorre a autores como Tocqueville, Jacobs e Putnam para explicar a relação entre as formas de organização de uma sociedade e seu desenvolvimento. Em todos os casos o autor encontra um nexo entre os graus de confiança, capacidade de associação e cooperação dos cidadãos com a boa governança e a prosperidade econômica. O sentimento de pertencimento e o interesse dos cidadãos com os assuntos públicos explicariam o grau de desenvolvimento da sociedade americana já no século XIX, por Tocqueville e a diferença entre as localidades do norte e do sul da Itália, estudadas por Putnam no final do século XX.

Em seus estudos, Putnam (2000) argumenta que existe uma relação entre a comunidade cívica, caracterizada pela participação cívica, igualdade política, solidariedade, confiança, tolerância e capacidade de associação, com as possibilidades de desenvolvimento e a importância do capital social nesse processo. O capital social, conforme Putnam, (2000, p. 177) “[...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” A explicação de um bom governo residiria justamente na distinção entre a comunidade cívica da menos cívica,

[...] os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas

⁶ O desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2008, p.42)

⁷ Desenvolvimento local é um processo de mudança sócio-estrutural, mapeado sobre um território próximo, definido geograficamente pela própria escala do processo (BOISIER, 2006, p.70)

costumam assumir o papel de suplicantes cívicos e alienados. (PUTNAM, 2000, p. 191).

Essa nova configuração do Estado descentralizado, com a interação entre governo e sociedade civil possibilitou a aproximação com as realidades regionais mudando o estilo de atuação política e melhorando dessa forma os processos decisórios, que tiveram como conseqüência o desenvolvimento regional⁸.

No entanto, Putnam reconhece que somente a reforma institucional não é fator suficiente para explicar o desenvolvimento. No caso italiano, o autor observa que as regiões que mais se desenvolveram eram aquelas em que as relações entre Estado e sociedade se caracterizavam pela horizontalidade e igualdade de condições para participar das decisões de interesse da comunidade. O desenvolvimento regional teria melhores condições de ocorrer nas comunidades cívicas onde haveria um significativo estoque de capital social historicamente construído, enquanto nas regiões menos cívicas a desconfiança, o individualismo e as relações verticalizadas entre o Estado e a sociedade dificultariam as estratégias para o desenvolvimento.

Birkner (2006) reconhece no estoque de capital social um fator importante para o desenvolvimento regional, mas que pode ser promovido através do Estado, um produto fomentado institucionalmente, gerado por ações governamentais que permitam a cooperação entre o público e privado. Em ambos os casos, no entanto, o capital social assume um papel importante para o desenvolvimento demonstrando que as ações governamentais construídas democraticamente, através da participação e do interesse coletivo constituem a base do desempenho das novas instituições.

Com isso, fica evidente a presença e influência do Estado nos processos de desenvolvimento, quer seja reafirmando os valores das comunidades cívicas ao incentivar a participação dos cidadãos nas políticas públicas desenvolvidas, ou, organizando os territórios para fomentar o desenvolvimento a partir da construção da cooperação entre o poder público e privado.

⁸ A utilização do termo desenvolvimento regional normalmente está associada às mudanças sociais e econômicas que ocorrem num determinado espaço, porém é necessário considerar que a abrangência dessas mudanças vai além desses aspectos, estabelecendo uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região considerada, configurando um complexo sistema de interações e abordagens. (SIEDENBERG, 2006, p. 72)

No campo econômico, conforme Diniz (2001), na década de 1950, Walter Isard desenvolve nos Estados Unidos, a “Regional Science”, baseada nas teorias clássicas da localização das atividades econômicas, de origem alemã e nos modelos teóricos neoclássicos. Essa teoria tinha como destaque o papel do custo de transportes, da disponibilidade de matérias primas, da dimensão dos mercados e das economias de aglomeração.

Na Europa, nesse mesmo período, desenvolveu-se a análise do desenvolvimento desequilibrado. Perroux desenvolve a noção de pólo de desenvolvimento, afirmando que as indústrias motrizes geram efeitos multiplicadores em outras atividades. Myrdal demonstrou que o desenvolvimento econômico promove um processo de causação circular cumulativa, segundo a qual as regiões ricas ficam mais ricas e regiões pobres, mais pobres. Hirschman desenvolveu a análise do processo de polarização, em que as regiões mais desenvolvidas atraem capital e trabalho qualificado das regiões atrasadas (DINIZ, 2001).

Na América Latina, a teoria cepalina baseada nos conceitos de centro e periferia, demonstrava que o atraso da região era decorrente das relações de troca internacionais. Nessa teoria o centro do capitalismo, ou seja, os países ricos se beneficiariam das relações de troca com a periferia, os países pobres, por ser o primeiro detentor de tecnologias mais avançadas e exportar produtos industrializados, enquanto que o segundo exportava bens primários (DINIZ, 2001).

Na nova economia, ou economia do conhecimento, as vantagens competitivas estão ligadas, além do conhecimento codificado, ao conhecimento tácito, que está relacionado às peculiaridades locais. Segundo os teóricos da economia do conhecimento⁹ o elemento chave da dinâmica econômica é o conhecimento tácito, que não se separa do sujeito e depende de um complexo processo de aprendizagem, por meio da prática, imitação ou experiência. Dessa forma, ao se referir em desenvolvimento de base local, esse processo de aprendizagem envolve a mobilização de um conjunto de atores sociais a partir de arranjos institucionais e da ação de setores públicos e universidades (SICSÚ E BOLAÑO, 2006).

⁹ Lundvall e Johnson foram os primeiros teóricos a utilizar o termo “*learning economy*” destacando o conhecimento como o principal recurso econômico e o aprendizado como o mais importante processo (GONÇALVES; GAVIO 2002, p. 91).

O processo de geração de conhecimento por diferentes formas de aprendizado, informais ou formais (atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), universidades, centros de pesquisa), é importante para a formação de aglomerações industriais. Dessa forma, o aprendizado coletivo se constitui na capacidade das firmas pertencentes a um meio inovador (*innovative milieu*) de gerar ou facilitar um comportamento inovador, produzindo cooperação e soluções para problemas comuns às firmas localizadas em espaços geográficos próximos¹⁰.

Para Dallabrida (2008, p. 38) o meio inovador é um aglomerado territorial caracterizado por:

[...] possuir um capital de conhecimento, de natureza técnica, organizacional, comercial ou relacional, associado ao processo de produção local; apresentar um capital relacional baseado no conhecimento recíproco dos atores do meio e materializado numa trama de relações mercantis e não mercantis, formais e informais; dispor de um quadro valorativo-normativo que regula as relações de comportamentos dos atores locais, conferindo-lhes identidade social ao meio e, desejavelmente, uma convergência de objetivos estratégicos de atuação, sendo esta auto-identificação coletiva do meio a fonte geradora das sinergias criativas da atuação dos atores locais; dispor, estruturado no meio, um coletivo de atores que gera os recursos materiais e humanos do meio, no qual desempenham papel de destaque as empresas, sejam as industriais ou de serviços de apoio, sejam as estruturas de investigação e formação, as instituições financeiras, as instituições de administração pública e as associações profissionais; por ser o meio inovador um espaço privilegiado de abertura ao exterior, integrando-se nas redes internacionais de mercado e de acesso à informação tecnológica, mas apresentando-se também, em interação com o sistema político-institucional do seu país

Barquero (2004) argumenta que a eficiência na organização do sistema produtivo se deve à rapidez na difusão das inovações pela malha produtiva o que torna a cidade mais atrativa para as empresas. A criação e difusão das inovações estão apoiadas na aprendizagem coletiva das empresas e na forma de organização socioinstitucional do território, destacando-se o funcionamento de organizações e instituições capazes de acompanhar esse processo de inovação.

Conforme Dallabrida (2008) o padrão de organização socioterritorial é outra variável fundamental para impulsionar o desenvolvimento e está diretamente relacionado com a capacidade de inovação territorial. As inovações são o resultado da aprendizagem coletiva e dependem da qualidade e densidade das instituições e da cooperação local.

¹⁰ Exemplo disso são os Distritos Industriais Italianos.

De acordo com Gonçalves e Gavio (2002, p. 92) as “[...] instituições locais, como institutos de pesquisa, universidades, agências de transferência de tecnologia, câmaras de comércio, bancos, órgãos governamentais [...]” são importantes para produzir a “[...] sinergia de interação, representação coletiva e propósitos industriais comuns” (ibidem, 2002, p. 92). O sucesso econômico de uma região, segundo esses autores, dependeria também de fatores sociais e culturais como a) forte presença institucional, b) interação entre instituições locais, c) desenvolvimento de estrutura de dominação e/ou padrões de coalizão e, d) desenvolvimento de consciência mútua. Essa teoria, portanto, explicaria as diferenças nos padrões de desenvolvimento regional segundo a capacidade de aprendizado regional, com ênfase nos processos de inovação, com forte investimento em P&D e a interação entre as instituições locais sobre o conhecimento produzido.

2.2 A DESCENTRALIZAÇÃO, A DESCONCENTRAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO

O termo descentralização é entendido de diferentes formas, de acordo com a área a ser analisada. Guinmarães (2002) entende que a descentralização está inserida em um plano político-institucional em que ocorre uma desagregação do poder público e vai desde a desconcentração de atividades até a descentralização do poder decisório. A descentralização apresenta três dimensões: a) na dimensão administrativa a descentralização é entendida como a transferência de competências e de funções entre unidades, esferas de governo ou entre órgãos, busca a eficiência na gestão pública, a desburocratização e a aproximação entre a esfera pública e a sociedade para atender melhor as demandas sociais; b) na dimensão social a descentralização possibilita o aumento da participação social na gestão pública, processo que permite a distribuição do poder decisório entre o Estado e a sociedade civil organizada, além de exercer a função de fiscalização e controle sobre a gestão dos serviços públicos, e; c) dimensão política, a descentralização é uma estratégia para a redistribuição do poder político do Estado, do nível central para os demais níveis (GUINMARÃES, 2002).

Segundo Falleti (2006, p. 60), a descentralização é “[...] um processo de reforma do Estado, composta por um conjunto de políticas públicas que transfere responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados do governo para níveis inferiores, no contexto de um tipo específico de Estado”. De acordo com a autora, na descentralização administrativa há a implantação de um conjunto de políticas que transferem aos governos subnacionais a administração e a provisão de serviços sociais como educação, saúde, assistência social e moradia. No que se refere à descentralização fiscal, trata-se de formular um conjunto de políticas para aumentar as receitas ou a autonomia fiscal dos governos subnacionais. Essa medida pode ser efetuada através do aumento de transferências do governo central, a criação de novos impostos subnacionais ou a delegação da autoridade para cobrar impostos anteriormente cobrados pela esfera federal. Quanto à descentralização política, o fator mais relevante é a transferência da autoridade política, ou os direitos políticos, através do voto, aos atores subnacionais¹¹.

Os direitos políticos são instituídos por um conjunto de emendas constitucionais e de reformas eleitorais com a intenção de abrir novos espaços sociais. A partir dessa reforma, é garantido à sociedade o direito de escolher seus representantes no poder executivo e legislativo em todas as esferas de poder: municipal, estadual e federal. Estas, por sua vez ficam aptas a formular as políticas públicas de acordo com suas demandas, com maior autonomia para escolher a forma de administrar o bem público, orientados, todavia, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por sua vez, Raichelis (1998) afirma que, apesar da descentralização político administrativa ser interpretada e conduzida de diferentes maneiras, inexistente uma partilha de poder que permite a autonomia na definição de políticas públicas específicas para cada local. O que se apresenta é uma desresponsabilização das esferas federal e estadual à esfera municipal. Neste caso, o que ocorre é uma descentralização das responsabilidades que incidem, principalmente, à

¹¹ Exemplos deste tipo de reforma, segundo Falleti (2006), são a eleição por voto popular para prefeitos e governadores que, em períodos anteriores, eram indicados; a criação de assembleias legislativas subnacionais, e reformas constitucionais que fortaleçam a autonomia política dos governos subnacionais.

administração pública municipal sem as condições necessárias para suprir essa demanda.

Já Abrucio (2006) entende a descentralização política como a transferência do poder decisório de um Estado nacional aos governos subnacionais quanto à autonomia na escolha de seus governantes e legisladores, à administração direta, à elaboração da legislação que são de sua competência e a manutenção de sua estrutura tributária e financeira.

Conforme Dario (2004, p. 87) “[...] além da descentralização da ação do Estado entre os níveis de governo, é importante também a descentralização externa do seu processo decisório, decorrente do incentivo e da organização da participação direta da sociedade.” Neste caso a descentralização pode ser entendida como um mecanismo de aprofundamento democrático garantindo a possibilidade de autonomia política local/regional (RIBEIRO, 2008). Não se trata apenas da transferência de responsabilidades do Estado de uma instância central para uma instância regional, mas também da possibilidade de criar espaços de participação e cooperação da sociedade organizada nos processos de desenvolvimento.

Ribeiro (2008, p. 22) argumenta que a descentralização “[...] é a transferência de competências do governo central para as instâncias locais, podendo haver, transferência de poder e recursos financeiros [...]”. Segundo a autora, o objetivo da descentralização seria reduzir o tamanho da estrutura administrativa, o que, conseqüentemente agilizaria a gestão de políticas públicas e aproximaria o Estado da sociedade.

Essa mudança de atitude entre o Estado e a sociedade foi identificada por Putnam (2000) ao comprovar que a reforma institucional ocorrida na Itália a partir da década de 1970, caracterizada pela descentralização político-administrativa, provocou mudanças tanto no comportamento dos atores políticos quanto nos atores sociais. O autor observa que as políticas públicas melhoraram com a transferência de responsabilidades político-administrativas para as regiões, sob a responsabilidade dos conselhos regionais que passaram a ocupar uma posição intermediária entre o poder local e o nacional, incentivando assim a participação comunitária.

Ao falar sobre o processo de descentralização e a participação da sociedade, Dowbor (2003) argumenta sobre a importância das organizações comunitárias nas democracias mais avançadas. Nestas o cidadão participa da gestão da escola, do

seu bairro, de decisões do seu município, de grupos culturais. As pessoas decidem sobre o uso dos recursos e participam efetivamente das ações do Estado.

A organização de conselhos comunitários, utilizados na elaboração dos orçamentos participativos, torna-se uma forma de promoção da participação da comunidade. Outro fator importante para a ampliação da descentralização do governo é a disponibilização de novas tecnologias ao acesso público (DARIO, 2004). Fato também observado por Lobo (1989), mencionado por Ribeiro (2008), ao enfatizar que a flexibilidade, o gradualismo, a transparência e o controle social são princípios fundamentais para a implantação de um processo de descentralização.

No entanto, vários autores enfatizam a necessidade de distinguir descentralização e desconcentração, tendo em vista a prática comum de considerá-los como sinônimos. De acordo com Ribeiro (2008, p. 31), “[...] a desconcentração administrativa consiste em divisão de funções entre os vários órgãos de uma mesma administração, sem quebra de hierarquia”. Como destaca Vaz (2006), mencionado por Ribeiro (2008), na desconcentração as decisões continuam centralizadas, porém são executadas longe do centro, ou seja, os órgãos regionais não dispõem de poder para decidir sobre prioridades ou sobre o planejamento dos serviços.

Ribeiro (2008) considera que em um sistema de desconcentração, todas as decisões importantes são de competência dos governos centrais, mas existem agentes locais que são nomeados pelo governo central e possuem certa capacidade de decisão por delegação. Já nos sistemas descentralizados, a maior parte das decisões é de competência dos órgãos locais independentes e representativos, eleitos pela população.

Cabe destacar que “[...] na descentralização os órgãos se administram livremente, sendo subdivisões geográficas do Estado.” (RIBEIRO, 2008, p. 32). Neste caso, os governos subnacionais possuem autonomia administrativa e legislativa na gestão pública, o que difere da desconcentração, onde as decisões continuam centralizadas.

Já a regionalização, de acordo com Dallabrida (2006, p.141), é “[...] a divisão do espaço segundo diferentes critérios, que variam segundo as intenções explicativas do agente regionalizador.” No caso da regionalização político-administrativa, tem como critérios a busca pela eficácia e racionalidade do poder político do Estado e para isso busca reforçar a sua capacidade de penetração na

sociedade e desenvolver relações de lealdade e confiança dos cidadãos para com suas instituições e políticas.

A participação da sociedade no processo de descentralização também é reconhecida por Amaral (2002). O autor faz um estudo sobre a mudança no modelo de Estado, que surge principalmente na Europa com o processo de regionalização e destaca que o modelo de Estado Moderno, soberano e centralizador é substituído pelo Estado das Autonomias, ou seja, um Estado que reconhece a pluralidade de comunidades e grupos na qual o indivíduo está inserido.

A participação política dos cidadãos se dá pela capacidade de pertencerem a determinadas instituições com relativa autonomia de organização, funcionamento, definição e execução de seus próprios interesses. O Estado surge nas palavras de Amaral (2002, p. 130), como “[...] instância reguladora das atuações autônomas das entidades individuais e coletivas que o constituem, como responsável, tão-só pelos “interesses mais gerais” e pelo “bem-comum da sociedade no seu todo”. Dessa forma, o poder passa a ser distribuído entre os novos agentes políticos, as regiões, que surgem em uma posição intermediária entre os cidadãos individuais e o Estado.

Segundo Amaral (2002), é importante ressaltar a respeito de críticas que confundem a descentralização com a redução do Estado, que o mesmo não se enfraquece com a regionalização, pelo contrário, se fortalece. O seu poder político continua centralizado e seu poder administrativo é que se torna regionalizado, descentralizado.

Com a regionalização o Estado é capaz de desenvolver políticas públicas mais eficazes uma vez que as regiões passam a se organizar através de conselhos que discutem os problemas e projetam suas ações. Dessa forma os agentes regionais são capazes de executar as políticas desenvolvidas pelo governo central de forma mais abrangente. No entanto, a discussão em torno da eficácia das políticas desenvolvidas pelo Estado através da regionalização passa por questões mais amplas que a própria descentralização administrativa em si, como condição de desenvolver as regiões. O território deve ser organizado e fortalecido pelos agentes nele inseridos. As condições materiais não são suficientes, mais uma vez, ressaltando, é preciso um conjunto de fatores que articulados são capazes impulsionar o desenvolvimento.

A região passa a ser vista como

[...] um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo espaço geográfico que habitam e por uma série de características específicas, de solidariedades e de relacionamentos que estabelecem entre si. Estes elementos acabam por se enraizar e por se institucionalizar, transformando-se numa autêntica rede que reúne e que fixa cada um dos membros da coletividade no seu seio, elevando à coletividade regional a unidade, fornecendo-lhe uma natureza ôntica, e construindo-a numa totalidade em si mesma. (AMARAL, 2002, p. 181).

Dessa forma, embora o Estado desenvolva uma política de descentralização para melhor administrar as regiões, sua eficácia dependerá da forma como as regiões estão organizadas. Se existem relações de solidariedade, coletividade e se há um sentimento de pertencimento àquela região. Outro fator importante é a capacidade de organização das instituições locais.

2.2.1 Experiências de Descentralização no Sul do Brasil

As iniciativas de formulação de políticas públicas descentralizadas podem ser entendidas em decorrência das mudanças efetuadas, principalmente, a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização institucional, e anos 1990 com a reformulação e reforma do papel do Estado. Na região sul do Brasil, as experiências de descentralização, anteriores a política de descentralização catarinense, a partir de 2003, são representadas pelos COREDES, no Rio Grande do Sul e, em Santa Catarina, através dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) foram criados no Rio Grande do Sul na década de 1990, quando o governo do Estado, atendendo ao Artigo 55 da Constituição Estadual de 1989 convocou a sociedade para se organizar em COREDES, para que pudesse participar mais diretamente das ações do governo. Em 1994 foi promulgada a Lei que instituiu os COREDES (DALLABRIDA; BÜTTENBENDER; DELL VALLE, p. 02, 2008).

Os Conselhos Regionais constituem um espaço político intermediário entre os níveis estadual e local e tem como finalidade a discussão dos problemas regionais e a formulação de alternativas de desenvolvimento sustentável. Sua missão é criar “[...] um espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em

nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul” (SIEDENBERG; SAAD; SENGER, 2004, p. 07-08).

Porém, se comparado com experiências existentes em outros países, citando como exemplo os *Conseils Économiques et Sociaux Régionaux* na França, que surgiram como parte de uma reforma ampla criando um novo nível territorial da administração pública, o surgimento dos Conselhos Regionais no Rio Grande do Sul não significou a criação de uma nova instância territorial da administração pública. Enfrentam problemas como a falta de compatibilização entre as várias regiões administrativas adotadas pelos órgãos estaduais com as regiões dos COREDES; a falta da criação de instâncias descentralizadas da estrutura administrativa regional que possibilitasse a melhor articulação da atuação de seus órgãos em escala regional e a falta de ação integrada em escala regional devido à fragmentação setorial (BANDEIRA, 2006). No entanto, apesar dos problemas, os COREDES têm conseguido manter um papel expressivo nas regiões em que atuam.

Parte expressiva de suas atividades tem sido constituída por ações de advocacy¹² em favor de políticas e programas relevantes para o desenvolvimento das regiões e para a redução das desigualdades regionais no Estado. Um ponto central dessas ações de advocacy tem sido a defesa da participação da comunidade no debate e na tomada das decisões relativas a essas políticas e programas. O governo do estado adotou, ao iniciar o processo de implantação, uma sistemática flexível para definir o número de Conselhos que seriam criados, bem como a sua abrangência geográfica. As comunidades foram orientadas no sentido de realizar reuniões, com a presença de lideranças de reconhecida expressão local e regional, buscando gerar consensos que pudessem orientar a continuidade do processo. Houve preocupação no sentido de respeitar a autonomia das comunidades quanto à decisão de participar de um ou de outro COREDE, desde que fosse preservada a continuidade territorial. (BANDEIRA, 2006, p. 08)

Cabe ressaltar também a atuação das Universidades na mobilização do processo de consolidação dos COREDES por serem as principais organizações existentes no interior do estado cuja atuação tem alcance efetivamente regional (BANDEIRA, 2006). Embora ainda persistam as dificuldades de cumprir

¹² De acordo com Bandeira (2006, p. 08) o termo advocacy tem sido utilizado para designar atividades que são desenvolvidas por diferentes organizações ou coalizões com o objetivo de exercer influência sobre a formulação de políticas públicas. Tais atividades podem estar direcionadas para vários tipos de objetivos, como incluir novos temas nas agendas governamentais, alterar a posição de ações na hierarquia de prioridades, influenciar as características de determinadas políticas ou garantir a sua efetiva implementação. O termo é especialmente freqüente na literatura relacionada com a atuação de Organizações não Governamentais (ONG), que muitas vezes têm nesse tipo de atividade um dos seus principais focos operacionais.

efetivamente os objetivos propostos pelos COREDES, esses conselhos representam experiências descentralizadas da administração pública na qual a participação da sociedade civil no debate sobre as demandas regionais representa a possibilidade de mudanças na cultura política historicamente centralizadora.

Os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina (FDRI), que deixaram de ser protagonistas a partir de 2003, com a atual política de descentralização do Estado catarinense, foram “[...] entidades não-governamentais de organização das demandas regionais para a formulação de diretivas que permitam a construção do desenvolvimento integrado e sustentável” (BIRKNER, 2006, p. 83). De acordo com o autor, a criação dos Fóruns significou a perspectiva de se ampliar os espaços de participação regional da sociedade civil nos processos decisórios. Fazem parte de um movimento de descentralização política marcado por iniciativas regionais tendo como objetivo entender os problemas regionais ocasionados pelo processo de mundialização e do próprio esgotamento do modelo econômico catarinense.

A formação dos Fóruns foi resultado da articulação entre os atores políticos microrregionais e “[...] em grande medida aos esforços das respectivas associações de municípios” (BIRKNER, 2006, p. 84). O primeiro FDRI foi criado em Chapecó, em 1995, por iniciativa da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina – (AMOSOC), a partir da mobilização de prefeitos e filiados para conhecer experiências de desenvolvimento regional no continente europeu, especificamente na Itália.

Na seqüência é criado o Fórum Catarinense (Forumcat), um fórum permanente para discutir o desenvolvimento de Santa Catarina, sendo

[...] constituído por instituições de vários segmentos da sociedade civil e dos governos, cujo propósito mais comum de atuação tem sido desde sempre na atuação propositiva que estimule processos de desenvolvimento integrado e sustentável no estado. Para tanto, o compromisso formal dessa agência de desenvolvimento é estimular a integração entre público e privado, governo e sociedade civil, para possibilitar a elaboração de projetos de sustentabilidade, evitando ações isoladas e os esforços duplicados, além de comprometer as várias instâncias governamentais com a continuidade de programas, projetos e ações de desenvolvimento, sobretudo independentemente das alternâncias de poder (BIRKNER, 2006, p. 88)

Outro objetivo do Forumcat foi fomentar um desenvolvimento integrado, entre as microrregiões “[...] formulando crescentemente determinados padrões de

intervenção técnica e política, onde as melhores experiências tendem a servir de modelos a serem reproduzidos” (BIRKNER, 2006, p. 88).

Na seqüência desse processo de descentralização ou desconcentração política são criadas as Agências de Desenvolvimento Regional (ADR), a partir da parceria entre o setor público e privado. Consideradas como braços operacionais dos fóruns de desenvolvimento, as ADR teriam a função de “[...] congregar as entidades técnicas e científicas integrantes dos respectivos fóruns regionais para a elaboração e aplicação de projetos específicos, que atendam às decisões políticas tomadas nos respectivos fóruns” (BIRKNER, 2006, p. 102). Os grupos técnicos que compõem as ADR “[...] são oriundos das universidades locais e de órgãos públicos de assessoria, pesquisa e extensão” (ibidem, 2006, p. 103). O primeiro passo dessas agências seria construir um banco regional de dados que permitisse maior racionalidade nos gastos dos recursos públicos. Para isso, o levantamento de estudos e pesquisas socioeconômicas seria importante, pois facilitariam a elaboração de projetos para a captação de recursos junto a órgãos governamentais e agências fomentadoras nacionais e internacionais. Por suas características, havia a expectativa de que as ADR se constituiriam em organizações capazes de racionalizar e estimular o desenvolvimento regional. (ibidem, 2006). Esse processo, porém, foi interrompido a partir de 2003 quando o governo de Santa Catarina, sob a administração de Luis Henrique da Silveira (PMDB), estabelece a descentralização administrativa do Estado, num processo de regionalização em que o braço operacional do Estado são as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), objeto de estudo deste trabalho.

2.3 O DESENVOLVIMENTO CATARINENSE

De acordo com Piffer e Arend (2009, p. 108) “[...] a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional”. Para compreender os diferentes padrões de desenvolvimento das regiões catarinenses, caracterizadas pelas diferentes especializações econômicas, é necessário dialogar com autores que abordam o desenvolvimento

socioeconômico catarinense. Dito de outra maneira, compreender o processo de formação socioeconômica catarinense e, a partir de então, aproximar a influência da diversificação econômica sobre os diferentes padrões de desenvolvimento regional do Estado.

No entanto, o desenvolvimento econômico, principalmente, a partir da década de 1960 está relacionado ao planejamento do Estado que durante duas décadas desempenhou um papel importante na economia catarinense. Essa aproximação contribuirá para discutir a atuação das Secretarias de Desenvolvimento Regional nas diferentes regiões catarinenses.

Goularti Filho (2007) ao estudar a economia catarinense argumenta que a especialização regional é caracterizada pela presença de um mesmo setor industrial numa base territorial microrregional, sendo conseqüência da formação econômica local e da forma como se consolidou e se inseriu no mercado, assumindo o comando do processo de acumulação capitalista. Enquanto Raud (1999, p. 117) defende que “[...] as razões da produtividade e competitividade da indústria catarinense esclarecer-se-ão somente com o estudo do funcionamento interno dos pólos especializados.” Raud (1999) apresenta seis pólos especializados: a) agroindustrial; b) de madeira, papel e celulose; c) cerâmico; d) metal-mecânico; e) têxtil/vestuário e; f) moveleiro, para explicar a atual estrutura industrial catarinense.

Pode-se compreender a trajetória econômica do estado, principalmente a partir do século XIX, período em que a política de colonização do Estado brasileiro no Império e posteriormente, no início da fase republicana, começa a delinear o projeto de desenvolvimento do país. As especializações econômicas de cada região catarinense correspondem ao processo de colonização, assim como da intervenção do Estado em seu modelo de desenvolvimento.

Do processo de colonização europeia, principalmente alemã e italiana considerada o mais importante para a economia local, iniciado no século XIX, resultou em uma estrutura geoeconômica característica e peculiar, dividida em zonas relativamente autônomas e especializadas, reforçadas pelo processo de industrialização (RAUD, 1999).

Conforme Goularti Filho (2007), no período de 1880 a 1945 predominou em Santa Catarina o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais. A diversificação da economia da província ocorreu a

partir de 1870, com a chegada de novos imigrantes que desenvolveram atividades mercantis e manufatureiras. Segundo Goularti Filho (2003, p. 04)

O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos advenços da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália.

Raud (1999) ressalta que a colonização baseada sobre pequenas propriedades teve um papel preponderante, pois impediu a formação de uma aristocracia rural e levou a formação de uma sociedade mais igualitária, baseada nos princípios da cooperação e da solidariedade, prolongando-se mais tarde no processo de industrialização. Os imigrantes, que assistiram ao início da revolução industrial no seu país de origem, trouxeram, além de um conhecimento técnico, a mão de obra qualificada, o espírito empreendedor e a necessidade de obter sucesso no país de adoção.

Assim, durante o período de 1880 a 1945 se originaram e cresceram em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera, têxtil, metalmeccânica e moveleira, que terão um crescimento mais acelerado nos anos posteriores (GOULARTI FILHO, 2007).

O processo de acumulação ocorre primeiramente com a venda do excedente da produção da agricultura de subsistência e, em seguida, com o aproveitamento da disponibilidade local de matérias-primas comerciáveis. Esse processo pode ser observado no Norte do Estado, em São Bento do Sul, com a comercialização da madeira e a erva-mate nos grandes centros consumidores nacionais ou internacionais e do aproveitamento dos resíduos da madeira para a produção de artefatos, móveis e insumos para a carpintaria (RAUD, 1999).

Em Joinville, a formação do ramo metal-mecânico pode ser explicada a partir do comércio da erva-mate. Seu transporte exigia a presença de carpinteiros, ferreiros e mecânicos para a fabricação dos veículos e seus acessórios e que, mais tarde consolidaram a região na especialização de peças e equipamentos para a indústria automobilística (RAUD, 1999). No final do século XIX, a indústria têxtil também passa a se destacar na região de Norte, em Joinville e Jaraguá do Sul.

Raud (1999) enfatiza que, no Vale do Itajaí, o fator determinante na industrialização foi a existência de um mercado local, estendendo-se depois para o

resto do Estado e do país. Os fios de algodão eram importados da Alemanha a preços interessantes, devido às baixas taxas de importação sobre esse produto.

De acordo com Goularti Filho (2007), no Vale do Itajaí, entre 1850 a 1880, a colônia Blumenau dedicou-se à produção de produtos agrícolas, alimentos, bebida, madeira e tijolos. A indústria têxtil surgiu somente com a chegada de novos imigrantes, a partir de 1875, que eram provenientes da Saxônia, uma região industrial da Alemanha recém-unificada. Entre 1880 e 1884, em Blumenau, foram fundadas as indústrias têxteis Gebrüder Hering, Karsten e Garcia. Em Brusque, a Buettner (1875) e a Renaux (1882).

No Litoral Sul o destaque econômico ocorreu com o início das atividades carboníferas e com o início da construção da ferrovia pós-1880. Até 1914 a exploração carbonífera era realizada de forma artesanal e somente com o advento da Primeira Guerra Mundial, com a redução das importações, é que aumentam as atividades carboníferas na região¹³ (GOULARTI FILHO, 2007). “Com o declínio da economia carbonífera, outros capitais vieram pouco a pouco a ser investidos nessa nova atividade, estimulada pelo surto da urbanização e da construção civil” (RAUD, 1999, p. 99).

No Planalto Norte e o Alto Vale do Rio do Peixe, tendo Canoinhas e Caçador como municípios-pólos, a principal atividade industrial é a madeireira. Sua colonização teve início com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e do Ramal Porto União – São Francisco. A indústria madeireira teve início com a instalação da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, instalada em Calmon e Três Barras. No entanto, as primeiras pequenas serrarias foram de propriedade dos colonos imigrantes, inicialmente instalados como comerciantes e que se transformaram em industriais. A madeira era comprada pelos comerciantes e revendida, serrada, à *Lumber* (GOULARTI FILHO, 2007). De acordo com Thomé (1995) mencionado por Goularti Filho (2007), até meados de 1930, em Caçador, metade da madeira produzida era vendida à *Lumber*, que representava naquele período, a maior serraria da América Latina.

Já o Oeste catarinense passa a ter um destaque econômico após 1916, com a exploração de madeira e erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias.

¹³ Entre 1917 e 1922, foram fundadas cinco companhias carboníferas: a CBCA, a companhia Carbonífera Urussanga S.A. (CCU), a Companhia Carbonífera Próspera S.A., a Companhia Ítalo-Brasileira Ltda. e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 86).

Conforme Goularti Filho (2007), no Oeste desenvolveu-se uma economia de subsistência e de venda do excedente, estimulando o mercado interno e rapidamente se integrando a economia nacional por meio da ferrovia, “[...] a criação de porcos, comum nessas pequenas propriedades de policultura, levou a instalação de frigoríficos por colonos italianos.” (RAUD, 1999, p. 99). A partir da acumulação pulverizada surgem comerciantes mais abastados que se tornaram grandes madeireiros ou donos de frigoríficos.

No entanto, para Goularti Filho (2007), a ocupação do Oeste catarinense deve ser analisada não somente a partir do ponto de vista estratégico territorial. A terra passa a ser utilizada como uma fonte de acumulação capitalista voltada ao capital industrial, representado por Percival Farquhar e ao capital mercantil representado pelas companhias colonizadoras em acordo com os governos locais.

No Planalto Serrano a base econômica se encontrava na grande propriedade pecuária e extrativista mercantil. A partir da década de 1940 e, sobretudo de 1950, ocorre uma mudança na sua estrutura econômica, a pecuária deixa de ser a atividade básica e a madeira passa a ser explorada, constituindo-se em um parque industrial madeireiro (RAUD, 1999).

Nos anos 1930 e 1940 houve um salto na economia catarinense devido ao engajamento do Estado com a economia nacional, principalmente a paulista. Santa Catarina, que já possuía um setor comercial e um parque industrial articulado se ajustou rapidamente às demandas paulistas pós-30, principalmente de produtos básicos como alimentação e vestuário e de carvão mineral para a indústria siderúrgica (GOULARTI FILHO, 2003).

A partir da Segunda Guerra Mundial ocorre um crescimento da economia regional, que atinge uma média anual de 7% entre 1950 e 1980. Esse fator é explicado por Raud (1999) ao constatar que, a Segunda Guerra embora tenha dificultado a importação de matérias-primas, insumos e máquinas freando a expansão da indústria catarinense não significaram a estagnação do processo de desenvolvimento. Este foi mantido devido às exportações para o resto da América Latina. Neste período ocorreu a expansão da indústria alimentar, no Oeste, e de derivados de madeira (papel e papelão) para os grandes centros consumidores do país. A implantação do setor mecânico de Joinville e moveleiro de São Bento nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, assim como o aumento da produção de pasta mecânica, no Planalto, foram facilitados pela guerra.

A ampliação e diversificação do capital industrial catarinense iniciam-se na segunda metade dos anos de 1940. Goularti Filho (2007) destaca que no período de 1945 a 1962 surgem novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos, que se expandem e se consolidam rapidamente. O surgimento de novas indústrias, a ampliação da capacidade produtiva dos setores carbonífero e têxtil, assim como a industrialização da agricultura com a mudança do complexo agrocomercial para agroindustrial contribuíram para o surgimento de um novo padrão de crescimento, baseado no médio e grande capital industrial.

A partir de 1962 o padrão de crescimento altera-se com o novo sistema de crédito, investimentos em energia e transporte e a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. A diversificação e a integração produtiva de Santa Catarina foram comandadas pelo capital de origem local e pelo Estado. Embora a estrutura fundiária, baseada na pequena propriedade rural, seja uma característica do estado catarinense, as grandes empresas foram os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico. Fator que explica o sucesso dos frigoríficos, devido à modernização conservadora e aos benefícios da política agrícola deliberadas pelo Estado. Dessa forma, as políticas estaduais de desenvolvimento e a articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos foram a base para a integração econômica catarinense pós-1962 (GOULARTI FILHO, 2007).

Como descreve Raud (1999), com a integração da economia catarinense a partir da década de 1960 houve um delineamento da indústria no Estado podendo ser analisada a partir de seis pólos especializados: pólo agroindustrial; pólo de madeira, papel e celulose; pólo cerâmico; pólo metal-mecânico; pólo têxtil/vestuário e pólo moveleiro.

O pólo agroindustrial conforme Raud (1999) organiza-se em torno de Chapecó, Concórdia e Videira, em 1980 correspondia a 12,5% do Valor de Transformação Industrial (VTI) do Estado e 5,16% do VTI em nível nacional.

O pólo de madeira, papel e celulose, localizado no Planalto, abrangendo Lages, Curitibanos, Caçador, Campos Novos e Canoinhas, perde peso dentro da economia catarinense na década de 1980. A madeira representava 25,6% do VTI em 1959 e passa para 12% do VTI em 1980, e o papel/celulose 4% em 1980, contra 7,3% em 1970 (ibidem, 1999).

Já o pólo cerâmico ganhou peso dentro da economia catarinense na década de 1980, representando 8% do VTI nesse período e a sua produção está concentrada no Sul do Estado, principalmente em Criciúma, Tubarão e Urussanga. Com a urbanização e o aumento da construção civil a partir da década de 1970 o setor de cerâmica de revestimento (pisos e azulejos) teve um forte crescimento, colocando o Estado de Santa Catarina como primeiro produtor nacional (ibidem, 1999).

O Nordeste do Estado concentra o pólo metal-mecânico e tem Joinville e Jaraguá do Sul como principais cidades. Na década de 1980, em nível estadual, Joinville era responsável por 62,2% do VTI no gênero de metalurgia, 57,9% no mecânico, 66,8% no material de transporte e 12% no de material elétrico e comunicação. Jaraguá do Sul domina o gênero de material elétrico e comunicação e, na década de 1980 representava 55,8% do VTI estadual (ibidem, 1999).

O pólo têxtil/vestuário está concentrado em Blumenau e, em menor grau em Brusque, Jaraguá do Sul e Joinville. No entanto a partir de meados da década de 1970 este setor começa a desenvolver no Sul do Estado, na região de Criciúma, envolvendo os municípios de Araranguá, Urussanga e Nova Veneza. Em Criciúma, inclusive, o vestuário emprega mais que a cerâmica, correspondendo a 21,4% do pessoal ocupado na década de 1980 (ibidem, 1999).

O pólo moveleiro, por sua vez, agrupa as cidades de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra e Jaraguá do Sul, no norte do Estado. São Bento do Sul, na década de 1980 era responsável por 49,8% do VTI do mobiliário do Estado (ibidem, 1999).

Nos anos de 1990, a desarticulação da Instituição Estado, ocorrida mundialmente e, conseqüentemente no Brasil e em Santa Catarina, e a reestruturação econômica provocam mudanças estruturais na economia catarinense. Nesse período, as políticas de desenvolvimento passam a ser pensadas a partir de iniciativas regionalizadas, diante do movimento de descentralização administrativa do Estado¹⁴.

¹⁴ Com a desarticulação do Estado houve um processo de reestruturação, consolidada pela reforma burocrática, pela agilização de procedimentos e pela reestruturação das dívidas. Ao largo disso o combate à inflação como prioridade, representando falta de investimentos em infra-estrutura, os governos tiveram que buscar novas formas de resolver seus problemas e, sem dinheiro, tiveram que se aproximar da sociedade: é aí que os processos de participação, parcerias, cooperação, capacidade regional endógena e, por extensão, a descentralização fazem sentido.

2.4 PLANEJAMENTO ESTADUAL E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

O modelo de desenvolvimento catarinense, pautado na diversificação econômica, na pequena propriedade agrícola e na distribuição espacial da população, não pode ser explicado somente a partir do processo de imigração europeia ocorrido no século XIX e que trouxe consigo o germe da industrialização no estado. Além deste fator, deve-se considerar o papel do Estado nos planos de desenvolvimento de Santa Catarina. Como destaca Birkner (2006, p. 63), o crescimento industrial no período de 1963 a 1980 é consequência da significativa modernização do aparelho tecnoburocrático dos sucessivos governos estaduais e do apoio ao setor empresarial, não apenas no financiamento, mas também na assistência gerencial. Procurando entender o processo de desenvolvimento catarinense a seguir são apresentados os planos de governo que antecederam a descentralização administrativa implantada em 2003.

2.4.1 Planos de Governo em Santa Catarina de 1950 a 2002

De acordo com Birkner (2006) o planejamento governamental de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento em Santa Catarina é recente e ocorreu a partir da metade da década de 1950 acompanhando paralelamente a elaboração dos planejamentos nacionais.

A primeira experiência de planejamento foi o Plano de Obras e Equipamentos (POE), elaborado no governo de Irineu Bornhausen (1951-1955) para um período de dez anos e representava uma estratégia política, amarrando a continuidade de Bornhausen nas eleições de 1960. (GOULARTI FILHO, 2005, p. 632). Com a finalidade de orientar a atuação do poder público (BIRKNER, 2006, p. 56), a criação do POE “[...] representou a primeira tentativa, no Estado, de vinculação de recursos a um programa plurianual de investimentos em obras predefinidas” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 632). As áreas de investimento previstas no POE seriam: as estradas de rodagem, a energia elétrica, a agricultura e, saúde e educação.

Em 1960 com a mudança de governo de Irineu Bornhausen para Celso Ramos, o POE é substituído pelo Plano de Metas do Governo (PLAMEG) e permanece em vigência até 1970, no governo de Ivo Silveira (PLAMEG II). Os investimentos foram direcionados, principalmente, para a área de estradas e rodagem, energia elétrica, agricultura e, educação e cultura (BIRKNER, 2006). De acordo com Goularti Filho (2005) o PLAMEG inaugurou uma nova fase da economia catarinense, pois os grandes industriais começaram a participar de forma mais decisiva na esfera política e a indústria catarinense passa a ser pensada pelo Estado. O processo de integração e consolidação do capital industrial foi conduzido pelo Estado através de investimentos em infraestrutura e na oferta de linhas de crédito de longo prazo.

Com o PLAMEG foram criados o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), posteriormente transformado em Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Para administrar o Plano foi instituído o Gabinete de Planejamento e seu órgão de supervisão passou a ser o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), que incluiu representantes do governo estadual, de trabalhadores e das classes produtoras. (BIRKNER, 2006).

Em 1971 o governador Colombo Machado Sales substituiu o PLAMEG pelo Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD). Essa mudança não significou uma ruptura do plano anterior, mas a tentativa de aperfeiçoamento (BIRKNER, 2006). O PCD seguia o “modelo de desenvolvimento” apresentado pelo governo Médici. Tinha o propósito de integrar as regiões catarinenses e, com o intuito de descentralizar as políticas econômicas o Estado foi subdividido em 13 microrregiões (GOULARTI FILHO, 2005).

De acordo com Birkner (2006, p. 59)

Além de dar continuidade às metas do PLAMEG, o PCD fixava novas prioridades, entre as quais a construção de um sólido sistema financeiro e de assistência técnica à produção, a integração estadual pelas rodovias e pelo sistema de comunicação, a consolidação do sistema energético, os investimentos em educação e saúde, saneamento e desenvolvimento científico-tecnológico. Decorrente do PCD é a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que passaria a planejar de forma global o desenvolvimento.

No governo de Antonio Carlos Konder Reis, entre 1975 a 1979 foi elaborado o Plano de Governo (PG), em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O PG pretendia “[...] melhorar a aplicação dos incentivos fiscais e dos mecanismos de crédito à produção, a melhoria da qualidade de vida no campo e a organização de conselhos comunitários” (BIRKNER, 2006, p. 61).

Segundo Goularti Filho (2005, p. 640) o Plano estava pautado em duas áreas básicas: a econômica (telecomunicações, transportes, política de estoques reguladores, extensão e assistência técnica rural, políticas regionais e distribuição de energia elétrica) e a social (ampliação da eletrificação rural, criação de conselhos comunitários, medicina preventiva, dentre outros). Este período é marcado pela criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social (CEDS) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CEDE).

Birkner (2006) enfatiza que a partir do PLAMEG Santa Catarina teve um crescimento econômico de 11,3% ao ano devido à aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. No entanto, a partir de 1979 entram no cenário catarinense os governos liberais e, conseqüentemente ocorre um processo de retirada, ou distanciamento, do Estado nas políticas de desenvolvimento.

Em 1979 Jorge Konder Bornhausen assumiu o governo em Santa Catarina e, por seguir uma linha mais liberal, com menor participação do Estado nas atividades econômicas, apresentou propósitos políticos e econômicos diferentes de seus antecessores. Foi elaborado o Plano de Ação (PA), que estava dividido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento (GOULARTI FILHO, 2005). Neste período, conforme descreve Birkner (2006) começa a se delinear a preocupação mais específica com o desenvolvimento regional e com a descentralização.

Em 1982, com a volta das eleições para governador, Esperidião Amin é eleito pelo Partido Democrático Social – PDS (1983-1987). O Plano de Governo de Amim estava pautado na Carta dos Catarinenses, que pretendia dar “prioridade aos pequenos, participação comunitária, integração estadual e qualidade de vida”. De tendência liberal, visava à redução da participação do Estado na economia. No entanto, na Carta não havia um programa prévio de gastos e estava dividida em três setores: administrativo, social e econômico e de infraestrutura (GOULARTI FILHO, 2005).

Para o período de 1987 a 1990, sob o governo de Pedro Ivo Campos, o PMDB elaborou o Plano de Governo Rumo à Nova Sociedade Catarinense. O plano foi construído a partir de 17 Seminários Regionais Permanentes, realizados em várias cidades do Estado e contemplava quatro grandes áreas: político-institucional, social, econômica e infraestrutura e ambiental. O plano reconhecia a importância do Estado como indutor do desenvolvimento, no entanto, do ponto de vista econômico, advogava em favor da austeridade fiscal e do saneamento do Estado. Já do ponto de vista político e social representava, até então, a proposta mais avançada para a sociedade catarinense, pois previa o orçamento participativo e a participação permanente de todos (GOULARTI FILHO, 2005). As diretrizes básicas do referido plano seriam: promover mudanças com coragem e determinação; aprimorar a sociedade construída pelos catarinenses; o homem como objetivo central da ação do governo; descentralizar, modernizar e governar com austeridade e probidade.

Conforme as diretrizes básicas

No plano executivo aquele instrumento de Governo previa que a gestão dos serviços públicos e a execução de obras de interesse local fossem delegadas aos municípios e a segmentos organizados da sociedade, transferindo-lhes os recursos e a responsabilidade de gerenciá-los, sob a supervisão do governo estadual. No campo da administração pública preconizava empreender esforços de modernização, adaptando os métodos de trabalho e os seus padrões organizacionais às avançadas tecnologias da comunicação social e do processamento de informações. Ao Estado cabe-lhe assumir o seu papel de agente indutor do desenvolvimento. No campo da Administração Pública colocava como diretrizes: governar com austeridade e eficiência, administrar com probidade, prestigiar a função pública, descentralizar a ação do governo (incentivando à participação popular nas decisões, acompanhamento da execução de obras e serviços de interesse local e regional, delegando aos municípios e segmentos organizados da sociedade); modernizar a máquina administrativa (incorporando gradativamente os avanços científicos e tecnológicos), alcançar e manter o equilíbrio financeiro, atuar com eficácia e com efetividade, desfazer equívocos e mobilizar todos os potenciais (DARIO, 2004, p. 60-61).

Em 1991, após a eleição de Wilson Kleinünbing para governador, gestão 1991 a 1994, foi criado o Plano Saúde, Instrução e Moradia (SIM) representando a volta de um plano com previsão de gastos para os quatro anos de governo e com metas mais detalhadas. Do total de gastos neste período, 11,0% seriam destinados a novos investimentos em saúde e educação, habitação e agricultura, indústria, rodovia e saneamento, segurança pública e turismo (GOULARTI FILHO, 2005).

O plano SIM tinha como objetivo alçar Santa Catarina a um novo estágio de desenvolvimento para que o padrão de qualidade de vida fosse compatível com o de alguns países de Primeiro Mundo. Saúde, instrução e moradia seriam levadas a todas as famílias catarinenses. Seguindo a orientação neoliberal, o plano previa ainda a modernização do Estado, com a redução da estrutura organizacional e a transferência para a iniciativa privada de atividades consideradas incompatíveis com a gestão dos negócios públicos (DARIO, 2004).

O Plano de Governo Viva Santa Catarina, do governo de Paulo Afonso, gestão 1995 a 1998, defendia uma gestão mais democrática e descentralizada, como condição necessária para o desenvolvimento auto-sustentado (GOULARTI FILHO, 2005). “A descentralização das ações do governo deve ser buscada permanentemente, com o objetivo de aumentar sua eficácia e facilitar a participação da sociedade na administração” (DARIO, 2004, p. 62).

O Plano era dividido em quatro áreas: a cidadania, com a geração de novas oportunidades de trabalho e de renda; o campo, com a valorização do homem e do seu trabalho; a criança, a construção do futuro; e a modernização do Estado. Mesmo seguindo uma orientação neoliberal, baseada na diminuição ou na privatização de alguns serviços do Estado, defendia o estabelecimento de parcerias entre o Estado e as ONGs, prefeituras e empresas privadas para o desenvolvimento das ações (GOULARTI FILHO, 2005).

No segundo governo de Esperidião Amin, entre 1999 a 2002, foi elaborado o Plano de Governo Santa Catarina: Estado Vencedor. Da mesma forma que na Carta dos Catarinenses, o plano estava pautado em fundamentos subjetivos, sem apresentar uma articulação com a realidade concreta para poder transformá-la (GOULARTI FILHO, 2005).

Cinco postulados estão presentes no plano: a) incluir: democratizar os benefícios da prosperidade para que um número maior de catarinenses possa usufruir deles¹⁵; b) crescer: na educação, na saúde, segurança em qualidade de vida, na economia, na renda, na socialização dos benefícios; c) preservar o modelo catarinense que reflete a forma de ser, de pensar, de viver, de prosperar; d) parceria: o governo deve estimular ações e criar oportunidades, não dever ser um

¹⁵ Melhores escolas, profissionalização e ingresso no mercado de trabalho, saúde pública, ampliação de renda, habitação, vida digna e plena cidadania política e social.

distribuidor de favores; e) o bom exemplo indicando a meta final e coletiva (DARIO, 2004).

As ações para modernizar a administração do Estado, conferindo-lhe eficácia e transparência estavam pautadas na: reestruturação da administração pública; implantação do modelo de gestão do Estado por resultados; profissionalização e valorização do servidor público; terceirização, com o cidadão, da administração das necessidades por ele geradas; revisão do modelo previdenciário do Estado e; fortalecimento das administrações municipais (ibidem, 2004).

Em 2003, Luis Henrique da Silveira assume o governo do Estado e inicia o processo de implantação das ações pautadas no Plano 15. A reestruturação proposta no Plano 15 está embasada em quatro linhas: descentralização, municipalização, prioridade social e modernização do Estado. Inicia-se a partir daí a implantação da política de descentralização administrativa catarinense e a regionalização do desenvolvimento, descrita a seguir.

3 POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CATARINENSE

O governo do Estado de Santa Catarina, a partir de 2003, estabeleceu uma nova estrutura organizacional da administração pública estadual, implantando uma política de descentralização administrativa do Estado. Conforme a justificativa do governo catarinense, o Estado tornou-se nos últimos anos da década de 1990, um dos estados campeões nacionais de êxodo rural. Os principais motivos seriam a centralização governamental e a conseqüente ausência de políticas regionais de desenvolvimento. Esses fatores estariam influenciando na geração de uma crise urbana caracterizada pelo desemprego, subemprego, favelização, subnutrição e criminalidade¹⁶.

Dessa forma, o objetivo socioeconômico da descentralização seria o de combater a litoralização, fenômeno que vem esvaziando o campo e inchando as cidades, principalmente as litorâneas, a começar pela capital do estado. De fato, como pode ser observado na figura 1, principalmente os municípios da região Oeste tiveram uma perda populacional nas últimas décadas, enquanto os municípios mais industrializados e os municípios litorâneos tiveram um ganho populacional. O resultado desse processo está se refletindo na crise urbana apontada pelo governo catarinense e que, embora seja irreversível, pois o processo de urbanização é inevitável, pode ser amenizada se houver um planejamento regionalizado¹⁷.

A reestruturação proposta pelo governo estadual foi baseada em quatro linhas básicas: descentralização, municipalização, prioridade social e modernização tecnológica.

a) Descentralização: é uma proposta de reengenharia da estrutura governamental para que o governo esteja efetivamente em todo o território catarinense, sendo representado pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional e pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

¹⁶ Texto extraído do Plano de Governo de Santa Catarina (2003 – 2006) disponível no site <<http://www.sc.gov.br>>

¹⁷ Em 2005 foi elaborado em cada SDR um Plano de Desenvolvimento Regional intitulado “Projeto Meu Lugar”, uma parceria entre o governo catarinense e o PNUD. Neste documento cada região apresenta seus principais problemas e planeja as principais ações para superá-los e, por conseguinte fomentar o desenvolvimento de seu território.

- b) Municipalização: o Estado servirá de apoio aos municípios por meio de ações que viabilizem a execução de obras locais para garantir a melhoria da qualidade de vida da população local.
- c) Prioridade social: visa o desenvolvimento de programas estaduais que priorizem a área social como: habitação, saneamento e meio ambiente, atendimento ao menor, adolescente e idoso, entre outros.
- d) Modernização tecnológica: tem como finalidade a maior eficiência, transparência e participação da sociedade (SANTA CATARINA, 2003).

Para promover o desenvolvimento e reverter o processo de litoralização era preciso regionalizar o orçamento, ou seja, criar agências governamentais descentralizadas, as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. As SDR, reunindo atores e entidades locais teriam autonomia para “[...] identificar os “gargalos” do desenvolvimento, apontar um conjunto de demandas prioritárias e formular estratégias para a sua operacionalização com o apoio político-institucional governamental” (BIRKNER, 2005, p. 185).

O processo político ocorreu em três reformas. A primeira ocorreu em janeiro de 2003. A Lei Complementar nº. 243 estabeleceu uma nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado baseada na descentralização e desconcentração da execução das atividades da administração estadual. Através desta Lei foi criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC)¹⁸, 29 (vinte e nove) Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) e 29 (vinte e nove) Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR).

Nesta primeira reforma a descentralização e desconcentração das ações passam a ser efetivadas das Secretarias Centrais para as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional. A execução das ações, programas e projetos das Secretarias Centrais pelas SDR se realizariam de forma ordenada e garantida nos termos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária. (SANTA CATARINA, 2003).

Em janeiro de 2005 ocorreu a segunda Reforma através da Lei Complementar nº. 284. Esta Lei estabeleceu o modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispôs sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Neste

¹⁸ O Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC) tem como competência a formulação de políticas estaduais de desenvolvimento econômico, emprego e renda e a busca de um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina.

momento há um aprofundamento da descentralização e um empoderamento dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. A estrutura passou a ser organizada em dois níveis: a) o nível setorial, através das Secretarias Setoriais, que tem o papel de formular, normatizar e controlar as políticas públicas do Estado, específicas de sua área de atuação e; b) o nível de Desenvolvimento Regional, compreendendo as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, que tem o papel de coordenar e executar as políticas públicas do Estado nas suas respectivas regiões. Foi criada mais uma SDR, totalizando 30 (trinta) Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e 30 (trinta) Conselhos de Desenvolvimento Regional (SANTA CATARINA, 2005).

Com a terceira Reforma que ocorreu em 2007 através da Lei Complementar nº. 381 foram criadas mais 06 (seis) Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, totalizando 36 (trinta e seis) distribuídas em várias regiões do Estado catarinense. Esta etapa representa um aprofundamento do processo de descentralização e a melhor definição de competências das diversas instâncias do poder executivo. O papel das Secretarias Setoriais passa a ser o de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado. Já as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional passam a atuar como agências de desenvolvimento, com o papel de executar as políticas do Estado, nas suas respectivas regiões. Cabe às SDR a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado (SANTA CATARINA, 2007).

3.1 SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR)

Em 2003, no início do processo de descentralização, 29 (vinte e nove) SDR foram implantadas. No entanto com realização das reformas mais 07 (sete) SDR foram criadas, totalizando 36 (trinta e seis) a partir de 2007. A figura 02 e o quadro 01 apresentam a distribuição das SDR nas regiões catarinenses.

De acordo com Birkner (2005, p. 185) as SDR foram criadas “[...] não apenas na perspectiva da descentralização, mas também na criação de um estabelecimento de sinergias entre governos e sociedade organizada [...]”. A criação das SDR,

portanto, seria importante “[...] para a geração de ambientes de participação e cooperação a fim de construir estratégias de eficiência governativa na promoção do desenvolvimento regional”.

Quadro 1 - Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - 2007

01ª São Miguel do Oeste	19ª Laguna
02ª Maravilha	20ª Tubarão
03ª São Lourenço do Oeste	21ª Criciúma
04ª Chapecó	22ª Araranguá
05ª Xanxerê	23ª Joinville
06ª Concórdia	24ª Jaraguá do Sul
07ª Joaçaba	25ª Mafra
08ª Campos Novos	26ª Canoinhas
09ª Videira	27ª Lages
10ª Caçador	28ª São Joaquim
11ª Curitiba	29ª Palmitos
12ª Rio do Sul	30ª Dionísio Cerqueira
13ª Ituporanga	31ª Itapiranga
14ª Ibirama	32ª Quilombo
15ª Blumenau	33ª Seara
16ª Brusque	34ª Taió
17ª Itajaí	35ª Timbó
18ª Grande Florianópolis	36ª Braço do Norte

Fonte: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Planejamento, 2007

Cabe ressaltar que a descentralização passou por três reformas entre 2003 e 2007. Essas reformas fazem parte do amadurecimento do processo de descentralização, delineando o papel de cada instância do Estado. Assim, a partir da Lei Complementar n.º 381/2007 as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) passam a atuar como agências de desenvolvimento e tem o papel de executar as políticas públicas do Estado em suas respectivas regiões.

De acordo com a Lei n.º 381/2007 as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional devem:

- I - atuar como agências de desenvolvimento regional;
- II - articular a transformação das regiões em territórios de desenvolvimento sustentável e de bem-estar social;
- III - motivar o desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda;
- IV - induzir o engajamento, a integração e a participação da sociedade civil organizada;
- V - colaborar com a sistematização das propostas dos programas governamentais, dos planos e orçamentos estaduais e;
- VI - promover o planejamento para o desenvolvimento sustentável das áreas de seu espaço regional.

Cabe às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, na qualidade de agências de desenvolvimento, orientar os agentes produtivos e os municípios sobre as opções de financiamento e incentivos financeiros disponíveis nos bancos e agências oficiais, como BRDE, BADESC, PRODEC e PRÓ-EMPREGO.

3.2 CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CDR)

Em cada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional foi criado um Conselho de Desenvolvimento Regional. De caráter deliberativo, é um órgão de deliberação coletiva, aconselhamento, orientação e formulação de normas e diretrizes gerais para a execução de Programas voltados para o desenvolvimento regional.

Conforme a Lei n.º 381/2007 cada Conselho é constituído por:

I - membros natos:

- a) O Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional,
- b) Prefeitos da região de abrangência e;
- c) Os Presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência

II - Dois representantes, por município da região de abrangência, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais mais expressivos da região, definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo (SANTA CATARINA, 2007).

Compete aos Conselhos de Desenvolvimento Regional, com poder deliberativo:

- I - apoiar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;
- II - aprovar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as Secretarias de Estado Setoriais;
- III - emitir parecer, quando solicitado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, sobre projetos que requeiram decisão do Chefe do Poder Executivo para efeito de execução;
- IV - auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais para aplicação em projetos de desenvolvimento regional;
- V - assessorar o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional na coordenação do inter-relacionamento dos setores público, privado e comunidade científica e tecnológica;
- VI - incentivar, orientar e apoiar programas de novos empreendimentos na região;
- VII - emitir parecer, por escrito, firmado pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Regional, a cada quadrimestre, sobre a execução orçamentária e o relatório das atividades executadas na região, por área de atuação, a ser enviado ao Chefe do Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento;
- VIII - definir as prioridades de intervenção das funções públicas de interesse comum especificadas na Lei Complementar nº-104, de 04 de janeiro de 1994 e;
- IX - deliberar sobre a instituição e as regras de funcionamento de consórcios no âmbito regional (SANTA CATARINA, 2007).

Acrescente-se que o organograma dos Conselhos de Desenvolvimento Regional prevê a composição de Comitês Temáticos. Devido à diversidade de ocupações, níveis de escolaridade e formação profissional dos conselheiros, os integrantes dos Conselhos necessitam de um embasamento técnico e político para a tomada de decisões. A criação dos Comitês Temáticos, nesse sentido, é fundamental para preparar o processo de tomada de decisão tendo em vista que a sua função é a de avaliar a qualidade técnica e a viabilidade das solicitações e dos projetos que chegam ao Conselho para a homologação¹⁹.

Os Comitês podem ser formados por secretários municipais, representantes de colegiados e conselhos municipais, de universidades, de entidades empresariais, civis, de trabalhadores, técnicos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, organizações de representações regionais e de consultores independentes de reconhecida capacidade técnica²⁰. Na prática, todavia, até 2009, parte dos Conselhos de Desenvolvimento Regional ainda não criou os referidos Comitês.

¹⁹ Texto embasado pela cartilha “Bons Conselhos para o Desenvolvimento”. Governo do Estado de Santa Catarina, 2005.

²⁰ Consulta no sítio eletrônico da SDR de Joinville, disponível em www.jve.sdr.gov.sc.br

A atuação dos conselheiros é importante no processo de descentralização devido à representação social que é exercida através da participação de diversos segmentos da sociedade. Trata-se de uma gestão do território pelo Estado e pela sociedade que permite de um lado uma mudança de atitude por parte dos agentes políticos e, de outro a oportunidade da sociedade participar do planejamento e da tomada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas em sua região²¹.

Contudo, a atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional depende do comprometimento de seus agentes com o Plano de Desenvolvimento Regional. Embora a política de descentralização priorize os investimentos em regiões menos desenvolvidas do estado, se não houver qualidade de informação e capacidade técnica para formular projetos coerentes para fomentar o desenvolvimento, os resultados serão ineficazes.

3.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES DE ABRANGÊNCIA DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

É importante caracterizar as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, foco deste estudo, para fazer atender aos objetivos propostos, quer seja, explicar se é a articulação política, ou, a capacidade de aprendizado regional, o fator de incrementação do desenvolvimento regional. Para isso, utilizou-se do “Projeto Meu Lugar”, adotado pelo governo catarinense e que tem como objetivo central combater a pobreza com o desenvolvimento humano e territorial local. Pela leitura sobre o Plano de Desenvolvimento Regional “Projeto Meu Lugar” buscou-se caracterizar o perfil socioeconômico de cada regional, ou seja, a especialização econômica, os indicadores de desenvolvimento humano, os principais problemas e as metas a serem alcançadas a partir do plano de desenvolvimento de cada SDR.

Na sequência apresenta-se uma análise comparativa entre as regiões com diferentes padrões de desenvolvimento socioeconômico para, em seguida, apresentar o total de investimentos repassados a cada regional entre 2003 a 2009 e a aproximação destes com os objetivos da descentralização.

²¹ “Bons Conselhos para o Desenvolvimento”. Governo do Estado de Santa Catarina, 2005.

3.3.1 Norte – SDR de Jaraguá do Sul e de Canoinhas

Com o intuito de analisar o desempenho das SDR na região Norte, optou-se pelo estudo de uma regional do Nordeste do Estado, a SDR de Jaraguá do Sul e, no Planalto Norte, a SDR de Canoinhas. São duas regionais que, apesar de se localizarem na região Norte do estado apresentam características socioeconômicas, políticas e culturais distintas. Enquanto Jaraguá do Sul concentra o pólo metal-mecânico e têxtil, possui uma taxa elevada de urbanização devido à concentração industrial na região e alto nível de IDH, Canoinhas concentra o pólo de madeira, papel e celulose, além do setor agropecuário e apresenta um dos IDH mais baixos do estado.

24ª SDR – Jaraguá do Sul

A SDR de Jaraguá do Sul encontra-se na região Norte de Santa Catarina, possui uma área de aproximadamente 1.723 Km², correspondendo a 1,81% do território catarinense. Os municípios que a compõe são: Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder. A estimativa da população desta SDR é de 199.216 habitantes (IBGE, 2007). O PIB microrregional é de aproximadamente R\$ 2.536 bilhões²². Jaraguá do Sul e Guaramirim são municípios industrializados, enquanto que Corupá, Massaranduba e Schroeder têm vocação voltada à agricultura familiar pouco diversificada. A região possui um dos principais parques fabris e metal-mecânico de Santa Catarina, sendo a 4ª região arrecadadora de impostos do estado. “Jaraguá domina o gênero de material elétrico e comunicação [...]” (RAUD, 1999, p. 119). Na agricultura se destaca a produção de banana (Corupá e Schroeder) e de arroz (Massaranduba).

²² Fonte Projeto Meu Lugar



Figura 1 – Mapa da SDR de Jaraguá do Sul

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/jaraguadosul.htm>

Por conseguinte, o crescimento populacional acima do crescimento econômico implica no surgimento de problemas relacionados à habitação urbana, saúde, educação, segurança e saneamento básico, além dos problemas ambientais causados pela ocupação irregular.

Por ser uma região industrializada, possui 88,8% de população urbana e apenas 11,2% de população rural. O esvaziamento do meio rural é consequência da modernização da agricultura e da ampliação da procura de vagas nas indústrias. Outro fator que contribui o aumento da taxa de urbanização é a atração migratória da região que possui taxa de crescimento regional de 3,9%, índice superior ao do estado que é de 1,87%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da SDR de Jaraguá do Sul é alto, demonstrando que todos os municípios que a compõem possuem indicadores sociais positivos quanto à educação, saúde e renda. Jaraguá do Sul apresenta uma posição de destaque entre os municípios catarinenses ocupando a 9ª posição.

A preocupação da região está voltada ao atendimento de novas demandas que surgem com a atração de migrantes de outras regiões de Santa Catarina e de outros estados em busca de emprego.

Tabela 1 – IDH dos municípios da SDR de Jaraguá do Sul

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Jaraguá do Sul	0,790	6	0,850	9	Alto
Schroeder	0,752	36	0,838	24	Alto
Massaranduba	0,769	17	0,835	25	Alto
Guaramirim	0,760	24	0,822	50	Alto
Corupá	0,748	38	0,818	61	Alto

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

O Plano de Desenvolvimento da região, de acordo com o Projeto Meu Lugar, volta-se para a necessidade de implantação de amplos projetos de infra estrutura, políticas sociais e programas de emprego, envolvendo estratégias locais de dinamização de atividades econômicas. Destaca-se também a necessidade de cooperação intermunicipal em torno de programas interdependentes voltados ao meio ambiente, ao turismo integrado, à implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao lixo, a água, entre outros. (SANTA CATARINA, 2006).

26ª SDR – Canoinhas

A SDR de Canoinhas compreende os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras. Os seis municípios dessa região ocupam uma área de 3.904 Km², o que representa 4,33% de todo o território catarinense. De acordo com o IBGE, estimativa de 2007, a região da SDR de Canoinhas possui aproximadamente 126.403 habitantes, dos quais 68,66% vivem no meio urbano e 31,34% vivem no meio rural.

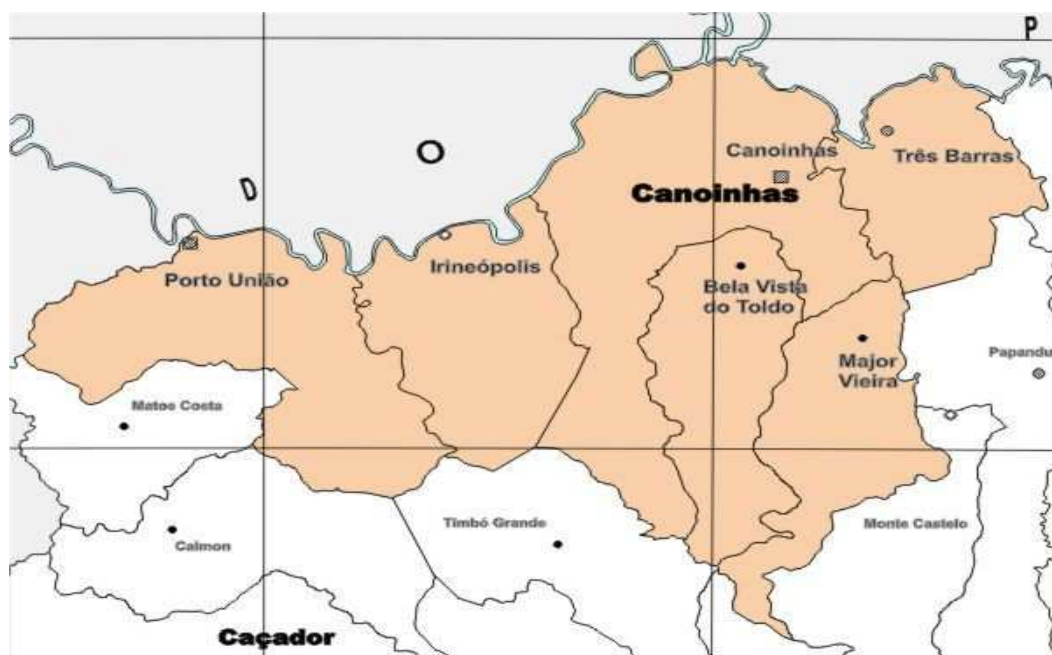


Figura 2 – Mapa da SDR de Canoinhas

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/canoinhas.htm>

O nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da SDR de Canoinhas é médio. Somente o IDH do município de Porto União é considerado alto, corresponde a 0,806 e ocupa a 102ª posição no Estado. Bela Vista do Toldo, por conseguinte é o município que, embora apresente nível médio de IDH, correspondendo a 0,702, ocupa a 288ª posição no estado e na região, é o município com menor indicador. No entanto, comparando os indicadores de 1991 e 2000, constata-se a elevação do IDH em todos os municípios, mas que, se comparado as demais SDR, especialmente na região Norte, como é o caso de Jaraguá do Sul, ainda apresenta um dos piores níveis do estado.

Tabela 2 – IDH dos municípios da SDR de Canoinhas

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Porto União	0,742	51	0,806	102	Alto
Canoinhas	0,696	194	0,780	193	Médio
Irineópolis	0,657	264	0,767	225	Médio
Três Barras	0,667	249	0,758	241	Médio
Major Vieira	0,668	246	0,752	248	Médio
Bela Vista do Toldo	0,632	285	0,702	288	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Em parte a persistência desses problemas é consequência da especialização econômica regional tendo em vista que a predominância de indústrias madeireiras e papelerias. Esse setor de produção não exige mão de obra qualificada e apresenta nível salarial baixo e médio, além de não ser capaz de dinamizar o desenvolvimento de outros setores da indústria e serviços. Goularti Filho (2007) destaca que o setor industrial de papel e celulose é o que menos tem efeito no encadeamento produtivo no Estado catarinense, utilizando apenas a mão de obra e madeira do local. O autor destaca ainda que Três Barras apresenta baixo nível populacional e alto nível de produção industrial setORIZADA, diminuindo as perspectivas de diversificação econômica.

A predominância do setor agropecuário e a ausência da industrialização de seus derivados é um fator que dificulta a agregação de valor aos produtos oriundos desse setor. A região não apresenta uma cadeia produtiva no setor agroindustrial, embora possua potencial para isso.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional da SDR de Canoinhas observa-se a ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade socioeconômica da região. Consta-se no PDR a ausência de estudo sobre as desigualdades sociais, a concentração de renda e falta de diversificação econômica. No entanto os problemas abordados no PDR estão relacionados à falta de qualificação de mão de obra, a questão ambiental e a falta de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os problemas relativos ao acesso a cultura, esporte, lazer, educação, saúde, também foram abordados por serem considerados importantes para a melhoria da qualidade de vida da região.

3.3.2 Vale do Itajaí – SDR de Blumenau e Taió

O Vale do Itajaí é uma das regiões mais desenvolvidas de Santa Catarina. A industrialização da região se concentra principalmente no setor têxtil e vestuário. A SDR de Blumenau apresenta IDH elevado em quase todos os municípios de abrangência, com exceção de Ilhota. A SDR de Taió, por sua vez, tem sua economia voltada à agricultura e a indústria metal-mecânica, têxtil, além da

agroindústria e apresenta IDH médio em quase todos os municípios, exceto Taió e Salete.

15ª SDR – Blumenau

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, localizada no Médio Vale do Itajaí, é constituída por cinco municípios: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode. O território se estende em uma área de 1.635 Km² e sua população está estimada em 391.199 habitantes (IBGE, 2007).

Possui um alto índice de industrialização com destaque para o setor secundário e terciário da economia, ou seja, para a indústria de transformação, assim como para o comércio e a prestação de serviços. A produção industrial é especializada no setor têxtil e de confecções, além do setor metal-mecânico.

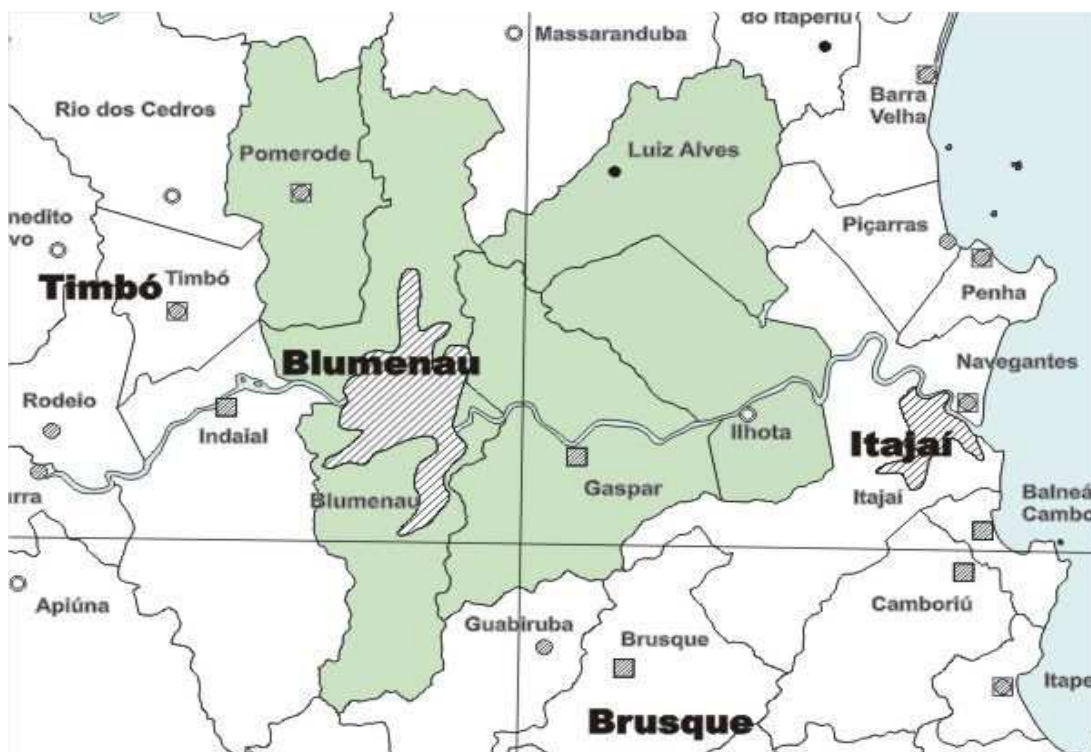


Figura 3 – Mapa da SDR de Blumenau

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/blumenau.htm>

É uma das regiões mais desenvolvidas do Estado, mas que, no final do século XX devido à crise socioeconômica e urbano-ambiental, passou por uma reestruturação produtiva, considerando o paradigma da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A saturação do espaço físico de Blumenau, condicionado por enchentes e morros levou à desconcentração industrial nas últimas décadas o que beneficiou as cidades vizinhas. No entanto, Blumenau concentra cerca de 60% da população regional. Os municípios da SDR de Blumenau possuem IDH elevado, variando entre 0,855 em Blumenau e 0,795 em Ilhota.

Tabela 3 – IDH dos municípios da SDR de Blumenau

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Blumenau	0,813	3	0,855	5	Alto
Pomerode	0,765	20	0,849	13	Alto
Luiz Alves	0,742	49	0,840	21	Alto
Gaspar	0,769	15	0,832	28	Alto
Ilhota	0,736	63	0,795	142	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Embora seja considerada uma das regiões mais desenvolvidas de Santa Catarina, o PDR de Blumenau apresenta de forma bem estruturada os problemas enfrentados pela região e as metas para revertê-los. Os principais problemas da região estão relacionados à vulnerabilidade às enchentes e a ocupação das encostas sujeitas a deslizamentos em função de sua localização geográfica. A falta de uma política habitacional voltada à população de baixa renda aumenta a ocupação irregular de áreas inadequadas à moradia, a deficiência na estrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a falta de qualificação da atividade rural e a baixa diversificação da economia regional (BLUMENAU, 2006).

34ª SDR – Taió

A SDR de Taió localiza-se na região do Alto Vale do Itajaí e compreende os municípios de Mirim Doce, Rio do Campo, Pouso Redondo, Salete, Santa Terezinha

e Taió. O território se estende em uma área de 2.790 Km² e a população da região é estimada em 55.604 habitantes (IBGE, 2007). Possui agricultura diversificada, com predominância da pequena propriedade rural embasada na agricultura familiar, destacando-se a produção de milho, fumo, arroz, mandioca e outros. Destaca-se também a avicultura, a suinocultura, a bovinocultura de leite e de corte, a agroindústria, indústria metal-mecânica e indústria têxtil.

Embora seja uma região diversificada, segundo o PDR, enfrenta problemas sociais e econômicos. O perfil territorial da região demonstra que o problema do êxodo rural pode ser amenizado com o incentivo ao turismo rural, agregando valor às propriedades rurais e aproximando turistas e moradores do meio rural. Os principais problemas são os baixos índices de escolaridade da população adulta no meio rural, a falta de consciência coletiva sobre as questões ecológicas e culturais, os baixos níveis de qualificação profissional, a deficiência nos serviços de saneamento básico, a desarticulação entre as autoridades legislativas e executivas e, a visão imediatista de lucro nos empreendimentos regionais.

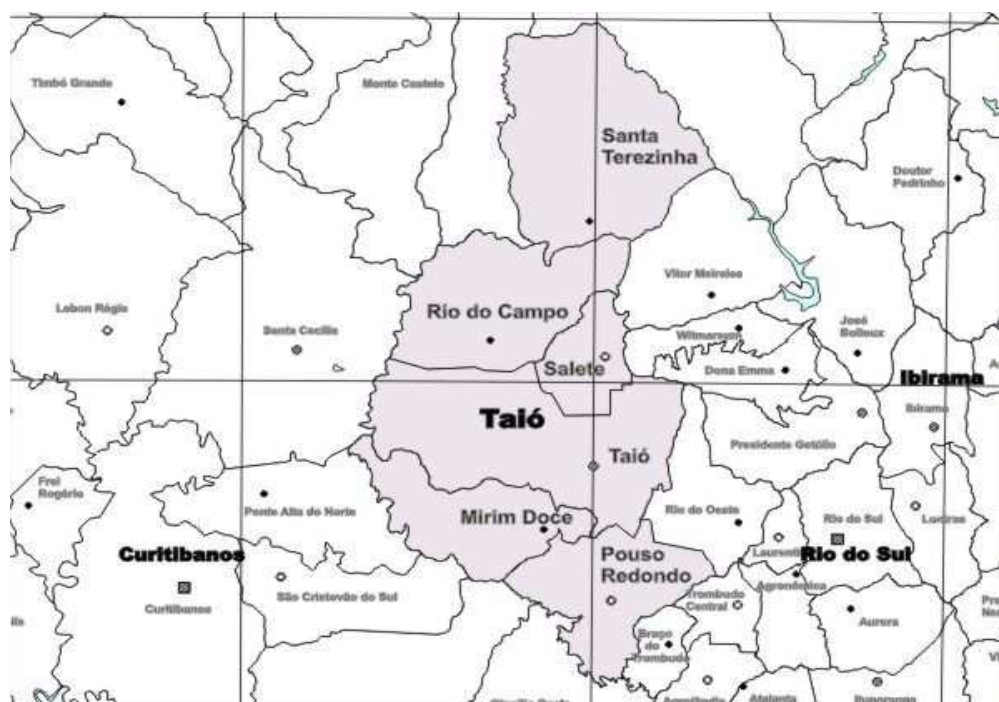


Figura 4 – Mapa da SDR de Taió

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/taio.htm>

Na área da saúde, as principais deficiências que persistem estão voltadas às defasagens salariais para todos os profissionais da saúde, refletindo no atendimento precário, principalmente à população de baixa renda. Já no desenvolvimento social os principais problemas refletem a prevalência de valores paternalistas e assistencialistas, assim como a falta de articulação nos processos de planejamento e utilização de indicadores fidedignos. Na área de indústria e comércio falta mão de obra qualificada devido a inexistência de escolas de formação técnica, assim como a carência de processos planejados de ação, falta de infraestrutura e políticas públicas adequadas para o setor industrial.

O IDH da região é considerado médio (tabela 4), apenas Taió e Salete apresentam IDH alto.

Tabela 4 – IDH dos municípios da SDR de Taió

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Taió	0,723	100	0,809	95	Alto
Salete	0,718	122	0,800	121	Alto
Rio do Campo	0,720	114	0,797	137	Médio
Mirim Doce	0,709	157	0,790	172	Médio
Pouso Redondo	0,701	181	0,786	180	Médio
Santa Terezinha	0,653	268	0,738	270	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

3.3.3 SDR da Grande Florianópolis

Na região da Grande Florianópolis fica o centro administrativo e político do Estado de Santa Catarina. Embora o processo de descentralização administrativa tenha possibilitado a desconcentração de recursos para todas as regiões catarinenses, o volume de investimentos na capital do Estado ainda é um dos maiores em relação às demais regiões, o que pode ser observado a partir dos resultados apresentados a seguir.

18ª SDR – Grande Florianópolis

A região de abrangência da SDR da Grande Florianópolis encontra-se dividida em treze municípios: Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara. Possui uma superfície de 4.163 Km², correspondendo a 4,37% do território de Santa Catarina e uma população estimada em 830.011 habitantes (IBGE, 2007).

As principais atividades econômicas da região estão nos setores de comércio e serviços (administração pública, turismo e educação) em Florianópolis e comércio, serviços e indústria em Biguaçu. São José se destaca como uma das principais cidades do estado, com forte atividade econômica nos setores terciário (comércio e serviços) e industrial (construção civil, alimentar, vestuário, equipamentos de telecomunicações, entre outros). Governador Celso Ramos tem vocação ligada ao mar, destacando a pesca, atividade mais tradicional de sua população e nos últimos anos vem surgindo novas atividades, como a maricultura de mexilhões e a atividade turística. Palhoça é um dos grandes municípios litorâneos da região. Suas principais atividades econômicas estão voltadas ao comércio e serviços (principalmente ao turismo), destacando-se também a maricultura. Em Santo Amaro da Imperatriz as principais atividades econômicas são a agricultura e as atividades relacionadas aos recursos naturais.



Figura 5 – Mapa da SDR da Grande Florianópolis
Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/saojose.htm>

O município de Águas Mornas dedica-se à agricultura, especialmente a horticultura, para atender o mercado da região metropolitana, além da hotelaria com exploração das águas termais. Angelina destaca-se pelo turismo religioso e atrativos naturais como as cascatas, cachoeiras e montanhas. O município de Antonio Carlos destaca-se na atividade agrícola, com hortaliças para o abastecimento da população da área metropolitana e na produção de bebidas (refrigerante e cachaça). Rancho Queimado se destaca pela cultura de morango. As atividades econômicas de São Bonifácio são voltadas principalmente à agricultura, pecuária leiteira e indústria de madeira e, mais recentemente o turismo ecológico. Anitápolis tem como principal atividade econômica a agricultura, entretanto, devido à disponibilidade de recursos minerais, existem projetos de mineração e industrialização na área de fertilizantes.

Há concentração demográfica nos municípios litorâneos de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, reunindo 92,5% da população. Os municípios de Anitápolis, São Bonifácio, Rancho Queimado e Angelina, localizados em áreas montanhosas e mais distantes do litoral, são os de menor densidade demográfica. Conseqüentemente a maior taxa de urbanização encontra-se nos municípios

litorâneos, cerca de 90% da população desses municípios vivem nas áreas urbanas. A região tem altas taxas de crescimento populacional, crescendo em média anual de 3%, retratando o fenômeno da migração interna proveniente do interior catarinense, assim como também de outros estados, causando impactos sobre o território e sobre os recursos naturais da orla marítima.

Diante das características apresentadas na região, a política de desenvolvimento regional, elaborada na SDR de Florianópolis está voltada à qualidade do meio ambiente e dos recursos hídricos, aos projetos que impulsionem o desenvolvimento econômico e tecnológico, à educação de qualidade e com base para o desenvolvimento, à política inclusiva e desconcentradora, aos projetos integrados em turismo, esporte e cultura, à infraestrutura econômica para viabilizar o desenvolvimento. A tabela 05 apresenta o IDH da SDR de São José e pode-se observar que, em 2000, Florianópolis apresentava o melhor IDH do estado, ocupando a 1ª posição. Em relação aos demais municípios o IDH fica entre 0,849 de São José (4ª posição) e 0,766 em Angelina (227ª posição), demonstrando um contraste no desenvolvimento dos municípios de abrangência dessa regional.

Tabela 5 – IDH dos municípios da SDR da Grande Florianópolis

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Florianópolis	0,824	1	0,875	1	Alto
São José	0,798	4	0,849	10	Alto
Santo Amaro da Imperatriz	0,740	53	0,843	18	Alto
Antonio Carlos	0,731	76	0,827	37	Alto
Biguaçu	0,755	32	0,818	60	Alto
Palhoça	0,742	50	0,816	67	Alto
São Pedro de Alcântara	0,720	115	0,795	145	Médio
Governador Celso Ramos	0,717	124	0,790	171	Médio
São Bonifácio	0,721	107	0,785	181	Médio
Águas Mornas	0,695	196	0,783	189	Médio
Rancho Queimado	0,702	175	0,773	205	Médio
Anitópolis	0,701	178	0,773	206	Médio
Angelina	0,689	207	0,766	227	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

3.3.4 Oeste – SDR de Concórdia e São Miguel do Oeste

A região Oeste de Santa Catarina concentra o maior número de SDRs em relação às demais regiões. É caracterizada principalmente pela pequena propriedade e concentra o pólo agroindustrial do Estado. Para a realização do estudo sobre o desempenho das SDR nas diferentes regiões do Estado, no Oeste as SDR escolhidas foram de Concórdia e São Miguel do Oeste. A SDR de Concórdia concentra sua atividade industrial na agroindústria, possui uma taxa de urbanização elevada, assim como um IDH elevado. São Miguel do Oeste, por sua vez, é caracterizado pela atividade agropecuária, concentrando-se no setor primário, possui IDH médio e enfrenta problemas principalmente em relação ao êxodo rural.

16ª SDR – Concórdia

Os municípios que compõem a SDR de Concórdia são: Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba, e Presidente Castello Branco e ocupam uma área de 1.692 Km². A região possui aproximadamente 92.559 habitantes.

As atividades econômicas no meio rural estão relacionadas ao plantio de arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, trigo e uva. Destaca-se, também, a criação de bovinos, aves, ovinos e suínos, a produção de leite, mel de abelha, ovos, peixes, hortaliças, frutas, temperos, conservas, geléias e laticínios.

A região detém, atualmente, o maior complexo agroindustrial do país, destacando o município de Concórdia, onde está localizada a sede da Sadia S/A. Concórdia é a cidade pólo da região, concentrando 176 indústrias.



Figura 6 – Mapa da SDR de Concórdia

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/concordia.htm>

Analisando o IDH da região, descrito na tabela 06, observa-se a predominância de alto nível desse indicador e apenas dois municípios possuem IDH médio.

Tabela 6 – IDH dos municípios da SDR de Concórdia

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Concórdia	0,774	10	0,849	11	Alto
Presidente Castello Branco	0,736	65	0,832	30	Alto
Peritiba	0,765	19	0,810	88	Alto
Piratuba	0,716	129	0,806	104	Alto
Ipirá	0,720	111	0,804	112	Alto
Irani	0,698	185	0,798	134	Médio
Alto Bela Vista	0,711	147	0,795	148	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Embora o desenvolvimento da região da SDR de Concórdia seja satisfatório, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Região (Projeto Meu Lugar, 2006), os problemas que permeiam a região estão relacionados às desigualdades salariais, a redução dos índices de emprego formal e à tendência da queda do PIB *per capita*.

Em alguns municípios persistem os altos coeficientes de mortalidade infantil e na zona rural existe uma alta concentração de pessoas sem renda suficiente, além da alta concentração das atividades econômicas em apenas dois municípios. Para reverter esse quadro negativo, o Plano de Desenvolvimento da região contempla a necessidade de melhorar a renda no meio rural, aumentar a competitividade de outros setores da economia regional (indústria, comércio e serviços). Visa também adequar as propriedades rurais à legislação ambiental vigente, melhorar o atendimento a todos os níveis de educação, melhorar a infraestrutura de todos os municípios, entre outras ações, que, em conjunto melhorem a qualidade de vida da região.

01ª SDR – São Miguel do Oeste

A SDR de São Miguel do Oeste, localizada no Extremo Oeste catarinense, abrange os municípios de Barra Bonita, Bandeirante, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso e São Miguel do Oeste e ocupa uma área de 1.363 Km². Segundo a estimativa do IBGE (2007) a região possui aproximadamente 65.083 habitantes.

A região caracteriza-se pela predominância de pequenas unidades familiares de produção agrícola diversificada e, conseqüentemente pela desconcentração da propriedade da terra. O desenvolvimento econômico da região está diretamente relacionado ao setor primário, especialmente o agropecuário, desde a produção à transformação de seus produtos. As atividades econômicas estão voltadas à produção de milho, feijão, fumo, soja, trigo, mandioca, cana-de-açúcar; na criação de suínos e aves e na produção leiteira.

No setor industrial, os municípios de São Miguel do Oeste e Guaraciaba concentram a maior porcentagem do número de estabelecimentos industriais, assim como os demais setores da economia (comércio e serviços) e, conseqüentemente, o número de empregos.



Figura 7 – Mapa da SDR de São Miguel do Oeste

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/saomiguel.htm>

A região sofre com o êxodo populacional tanto urbano, quanto rural que, em busca de oportunidades em centros maiores acaba abandonando a região, causando problemas sociais não somente no local de origem, mas também no local de destino desses migrantes. O território possui um dos menores IDH do Estado, onde somente São Miguel do Oeste apresenta nível alto (0,838). Nos demais municípios o IDH varia entre 0,796 em Descanso e 0,743 em Barra Bonita, como pode ser observado na tabela 07.

Tabela 7 – IDH dos municípios da SDR de São Miguel do Oeste

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
São Miguel do Oeste	0,759	27	0,838	23	Alto
Descanso	0,726	88	0,796	138	Médio
Guaraciaba	0,708	159	0,785	182	Médio
Paraíso	0,679	230	0,773	208	Médio
Bandeirante	0,664	252	0,765	229	Médio
Belmonte	0,672	239	0,759	237	Médio
Barra Bonita	0,653	267	0,743	264	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Diante da realidade socioeconômica da região de São Miguel do Oeste, as ações a serem desenvolvidas segundo o Plano de Desenvolvimento Regional buscam reduzir a pobreza pela oferta de capacitação e oportunidades de trabalho. Também se pretende fortalecer a educação, diminuir o êxodo populacional do território, desenvolver fontes alternativas de renda, melhorar o atendimento à saúde, desenvolver uma agropecuária sustentável, entre outras ações para a qualidade de vida.

3.3.5 Serra – SDR de Lages e São Joaquim

A região serrana do Estado catarinense apresenta algumas peculiaridades. Por ser uma das primeiras regiões povoadas do Estado, é caracterizada pela média e grande propriedade e, conseqüentemente pela concentração de renda. Da pecuária à indústria madeireira, a região de Lages não foi capaz de romper o ciclo vicioso da dependência de investimentos de fora (GOULARTI FILHO, 2007).

A região de São Joaquim tem a agropecuária como a principal atividade econômica, destacando-se a produção de maçã, possui um dos IDH mais baixos de Santa Catarina e apresenta graves problemas sociais.

27ª SDR – Lages

A SDR de Lages localiza-se na região serrana de Santa Catarina e abrange os municípios de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto, Palmeira, Painel, Anita Garibaldi, São José do Cerrito, Ponte Alta, Capão Alto, Bocaína do Sul, Campo Belo do Sul e Cerro Negro. Possui uma área de 10.556,19 Km², correspondendo a 11,7% do território catarinense. Segundo o IBGE (2007), a região de Lages possui 239.443 habitantes, dos quais, em torno de 82,76% residem no meio urbano.



Figura 8 – Mapa da SDR de Lages

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/lages.htm>

Lages, com aproximadamente 161.583 habitantes, é o município pólo da região serrana e concentra o setor industrial, além do comércio e de serviços. As principais atividades econômicas estão vinculadas às indústrias de papel e celulose e moveleira, além da indústria de laticínios e carne.

A estrutura fundiária da região é baseada em médios e grandes estabelecimentos, decorrência de seu processo histórico em que a atividade dos tropeiros e o ciclo da madeira possibilitaram o surgimento dos latifúndios na região. Conseqüentemente surge o processo de exclusão e desigualdades sociais entre os “coronéis”, detentores do poder político e econômico local e as pessoas desprovidas de posses que eram submetidas ao seu mando. Essa forma de organização social no decorrer da história excluiu grande parte da população do acesso ao direito e à garantia de dignidade e qualidade de vida (SANTA CATARINA, 2009)

O resultado da concentração de renda na região é refletido nos indicadores sociais que esta apresenta. A região de Lages possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado de Santa Catarina. Com exceção dos municípios de Lages e Otacílio Costa que possuem IDH considerado alto, 0,813 e

0,804 respectivamente, os demais apresentam IDH médio, variando entre 0,772 em Correia Pinto e 0,686 em Cerro Negro.

Tabela 8 – IDH dos municípios da SDR de Lages

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Lages	0,731	77	0,813	74	Alto
Otacílio Costa	0,725	93	0,804	110	Alto
Correia Pinto	0,712	143	0,772	210	Médio
Palmeira	0,659	261	0,755	244	Médio
Painel	0,666	251	0,753	246	Médio
Anita Garibaldi	0,633	283	0,750	254	Médio
São José do Cerrito	0,633	284	0,731	281	Médio
Ponte Alta	0,663	255	0,727	283	Médio
Capão Alto	0,607	290	0,725	284	Médio
Bocaina do Sul	0,648	272	0,716	287	Médio
Campo Belo do Sul	0,617	288	0,694	290	Médio
Cerro Negro	0,598	292	0,686	292	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Entretanto, segundo o Plano de Desenvolvimento Regional da SDR de Lages, atualmente a região apresenta boas condições para o desenvolvimento econômico e tecnológico. Destaca-se o papel das instituições de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia, a atuação de incubadoras de empresas e o setor de serviços (educação, comércio, turismo e informática). Ainda falta a integração do setor produtivo, pouca agregação de valor à madeira e dificuldades de desenvolver o empreendedorismo na região.

No desenvolvimento social os desafios a serem superados estão relacionados à diminuição das desigualdades sociais e a elevação do nível do IDH da região. Assim, as principais ações a serem desenvolvidas no PDR visam à diminuição da pobreza, o acesso ao ensino fundamental e básico, à melhoria da saúde, à diminuição da concentração de renda e a geração de novas oportunidades de emprego e renda.

28ª SDR – São Joaquim

A SDR de São Joaquim está localizada na Serra Catarinense e compreende os municípios de Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema. O território se estende em uma área de 5.532 Km², correspondendo a 5,8% do território catarinense. Possui aproximadamente 51.903 habitantes (IBGE, 2007).

A agropecuária é a principal atividade econômica, sendo responsável por 53,37% do PIB da região. Destaca-se no setor agropecuário a produção de milho, batata, cebola, feijão, fumo, tomate e principalmente a maçã que representa a maior fonte de renda da região. O setor de serviços vem em segundo lugar, correspondendo a 32,89% do PIB, seguida da indústria (8,74%).



Figura 9 – Mapa da SDR de São Joaquim

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/saojoaquim.htm>

A região apresenta sérios problemas sociais, possui o menor IDH do Estado, altas taxas de mortalidade infantil e baixa renda *per capita*. Como pode ser observado na tabela 09, todos os municípios apresentam IDH médio, variando entre 0,785 em Urubici e 0,732 em Bom Retiro.

Tabela 9 – IDH dos municípios da SDR de São Joaquim

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Urubici	0,708	160	0,785	183	Médio
Urupema	0,693	199	0,784	187	Médio
São Joaquim	0,692	203	0,766	226	Médio
Bom Jardim da Serra	0,669	243	0,758	240	Médio
Rio Rufino	0,660	260	0,736	275	Médio
Bom Retiro	0,662	257	0,732	279	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

A partir da realidade socioeconômica apresentada, a preocupação da região é desenvolver, a partir do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, ações que contribuam para o desenvolvimento. As principais preocupações são voltadas à redução do índice de pobreza, o acesso à educação básica, a melhoria da assistência à saúde. É preciso também minimizar o risco de favelização nas áreas urbanas do território regional, melhorar a distribuição de renda através do aumento das oportunidades de ocupação e renda e da manutenção de empreendimentos produtivos.

3.3.6 Sul – SDR de Criciúma e Laguna

Na região Sul foram escolhidas duas SDR com características distintas. A SDR de Criciúma, região que concentra o pólo cerâmico do Estado, apresenta IDH alto e taxa de urbanização elevada. E a SDR de Laguna, que está localizada no litoral sul do Estado e tem como principal atividade econômica o setor de serviços voltados principalmente ao turismo.

21ª SDR – Criciúma

O território da SDR de Criciúma é formado pelos municípios de Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Ocupa uma área de 2.639 Km², correspondendo a 2,77% do território catarinense e possui aproximadamente 371.972 habitantes. Criciúma é a cidade pólo da região e concentra cerca de 49,87% da população da região de abrangência da SDR.

Na atividade econômica predomina o setor industrial, correspondendo à 59,20% do PIB regional, com destaque para as atividades carboníferas, de revestimentos cerâmicos, vestuário, descartáveis plásticos e calçados. Outro destaque é o setor de serviços, que contribui com 31,31% do PIB na região. No setor agropecuário (9,49% do PIB), destaca-se a apicultura no município de Içara, a bacia leiteira e a rizicultura em Nova Veneza e Forquilha.

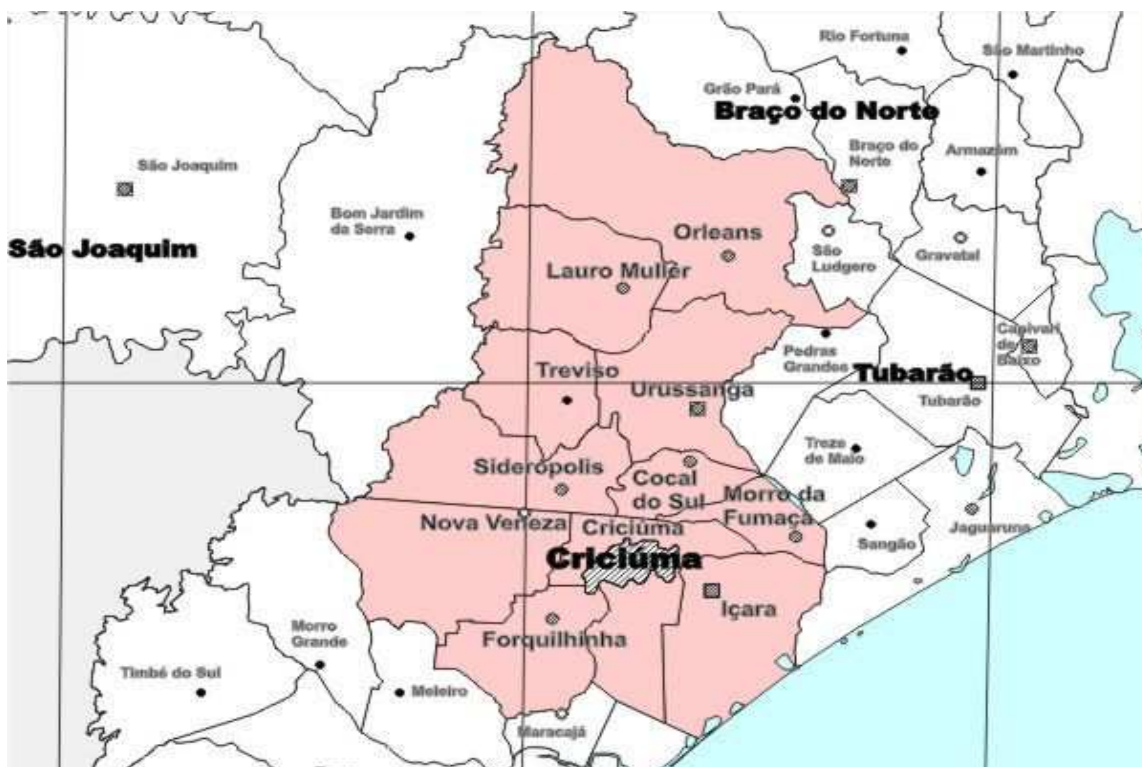


Figura 10 – Mapa da SDR de Criciúma

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/criciuma.htm>

Devido à predominância do setor industrial, o desemprego é um dos principais problemas enfrentados pela região de Criciúma, além de outros problemas sociais como a baixa renda *per capita* em alguns municípios.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano da região, pode-se observar na tabela 10 que, com exceção do município de Içara (0,780), todos os municípios da SDR de Criciúma apresentam IDH elevado, variando entre 0,845 em Urussanga e 0,797 em Forquilha.

Tabela 10 – IDH dos municípios da SDR de Criciúma

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Urussanga	0,762	22	0,845	16	Alto
Cocal do Sul	0,772	12	0,823	48	Alto
Criciúma	0,765	18	0,822	49	Alto
Siderópolis	0,746	44	0,817	63	Alto
Orleans	0,736	64	0,814	71	Alto
Nova Veneza	0,743	47	0,813	73	Alto
Treviso	0,703	172	0,806	105	Alto
Morro da Fumaça	0,735	68	0,804	108	Alto
Lauro Muller	0,704	168	0,800	122	Alto
Forquilha	0,729	83	0,797	136	Alto
Içara	0,716	127	0,780	191	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

19ª SDR – Laguna

Localizada na região litoral sul de Santa Catarina, a região de abrangência da SDR de Laguna compreende os municípios de Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna e Paulo Lopes, ocupa uma área de 2.062 Km², o que representa 2,16% de todo o território catarinense e possui aproximadamente 136.982 habitantes (IBGE, 2007).

A principal atividade econômica da região da SDR de Laguna é o setor de serviços (53,45% do PIB), especialmente o turismo, seguido da indústria (30,88%), principalmente em Imbituba, município portuário e da agropecuária (15,67%), baseada na agricultura (arroz e mandioca) e na pesca. Devido a sua localização

litorânea, a região destaca-se na área turística, atraindo turistas de vários estados e países. Na área rural, devido à estrutura fundiária ser caracterizada pela pequena propriedade, a atividade de destaque é a agricultura familiar.



Figura 11 – Mapa da SDR de Laguna

Fonte: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/laguna.htm>

O IDH da região é considerado médio, ficando entre 0,785 em Paulo Lopes e 0.736 em Laguna (tabela 11). Esse indicador demonstra a deficiência em setores como a saúde, educação e renda.

Tabela 11 – IDH dos municípios da SDR de Laguna

Municípios	1991		2000		Nível
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	
Paulo Lopes	0,708	160	0,785	183	Médio
Garopaba	0,693	199	0,784	187	Médio
Imbituba	0,692	203	0,766	226	Médio
Imaruí	0,669	243	0,758	240	Médio
Laguna	0,660	260	0,736	275	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

4 RESULTADOS

Esta etapa trata dos resultados e da análise sobre a política de descentralização e o desenvolvimento regional em Santa Catarina. Está dividida em dois momentos: no primeiro momento é apresentado o total de investimentos destinados a cada SDR estudada. A partir da identificação das informações os dados foram agrupados e analisados para constatar a possibilidade de aproximação entre os resultados e os objetivos da política de descentralização. O segundo momento corresponde a uma análise qualitativa sobre a percepção que os agentes regionais têm sobre a política de descentralização. Pela comunicação prévia com os agentes regionais e posteriormente do envio de questionários com perguntas abertas para que os mesmos respondessem, as respostas foram agrupadas e analisadas. Os dois momentos são necessários para atingir os objetivos do estudo, ou seja, averiguar se a relação entre o padrão de desenvolvimento regional e atuação das SDR é consequência de variáveis políticas ou da capacidade de aprendizado regional.

4.1 INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO PERÍODO DE 2003 A 2009

Neste item são apresentados os resultados da pesquisa sobre o total de investimentos destinados às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional estudadas, no período de 2003 a 2009. Foram analisados os relatórios das atividades desenvolvidas pelas SDR de Jaraguá do Sul, Canoinhas, Blumenau, Taió, Florianópolis, Concórdia, São Miguel do Oeste, Lages, São Joaquim, Criciúma e Laguna. Cabe lembrar que a principal justificativa do governo de Santa Catarina ao implantar a descentralização estava embasada no processo de litoralização. Assim, supostamente, os investimentos deveriam ser direcionados, principalmente às regiões deprimidas economicamente e que apresentavam perda populacional.

4.1.1 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul

De acordo com o Relatório de Atividades 2003 – 2009 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009), neste período, foram investidos R\$ 218,7 milhões na região de Jaraguá do Sul. A Educação recebeu R\$ 31,3 milhões para a ampliação de escolas, em transporte escolar e na capacitação de profissionais.

A Saúde recebeu R\$ 17,3 milhões para a aquisição de ambulâncias e equipamentos a para construção de unidades de saúde. Em Segurança Pública, foram investidos R\$ 3 milhões na construção de sedes da Polícia Militar e na compra de equipamentos, como câmeras de monitoramento. Para o setor de Transporte, Logística e Infraestrutura foram repassados R\$ 66,1 milhões destinados à pavimentação asfáltica, contenção de encostas e manutenção de estradas dos municípios da região de Jaraguá do Sul.

O setor de Energia recebeu R\$ 37,8 milhões para a ampliação da rede de distribuição. O Desenvolvimento Rural e Pesqueiro recebeu R\$ 2,3 milhões, destinados à aquisição de equipamentos para a Epagri. Para o Desenvolvimento Sustentável foram repassados R\$ 42,6 milhões, por meio de financiamentos do Badesc para realização de pesquisas e implantação de indústrias. No Esporte, foram investidos R\$ 7,8 milhões para a construção da Arena Multiuso em Jaraguá do Sul e para realização de competições.

A Cultura recebeu R\$ 2,7 milhões para apoio a associações, projetos e eventos. No Turismo, foi investido R\$ 1,1 milhão no apoio à realização de festas típicas e no incentivo ao turismo ecológico. Ao Desenvolvimento Social foi repassado R\$ 1,6 milhão destinado a associações beneficentes e a programas sociais. O Desenvolvimento Habitacional e Urbano recebeu repasse de R\$ 1,4 milhão para a construção de moradias populares e de residências para os atingidos pelas enchentes de 2008.

Em Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação, os investimentos totalizaram R\$ 770,6 mil, aplicados no apoio a programas de iniciação científica e no repasse de recursos para a Incubadora JaraguáTec. As ações de modernização do Estado contaram com R\$ 1 milhão, investido na capacitação de servidores, em reformas e na aquisição de equipamentos. No setor de Meio Ambiente, Recursos

Hídricos e Saneamento foram investidos R\$ 1,9 milhão no apoio ao Projeto Microbacias 2 e na ampliação das redes de abastecimento e de tratamento de água.

Tabela 12 – Total de investimentos na SDR de Jaraguá do Sul, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	31.300.000,00
Saúde	17.300.000,00
Segurança Pública	3.000.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	66.200.000,00
Energia e Recursos Naturais	37.800.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	2.300.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	42.600.000,00
Esporte	7.800.000,00
Cultura	2.700.000,00
Turismo	1.100.000,00
Desenvolvimento Social	1.600.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	1.400.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	770.600,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	1.000.000,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	1.900.000,00
Total	218.770.600,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas

De acordo com o Relatório de Atividades de 2003 a 2009 (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, 2009) R\$ 287,5 milhões investidos na região de Canoinhas. R\$ 38,2 milhões foram destinados à Educação para reforma, ampliação, melhorias e construção.

Na Saúde foram investidos R\$ 11,7 milhões para a aquisição de veículos, equipamentos e reforma e construção de unidades de saúde dos municípios da região.

O investimento em Segurança Pública foi de R\$ 9 milhões para a construção de delegacias, aquisição de veículos e equipamentos para a Polícia Civil e Militar.

Para o setor de Transporte, Logística e Infraestrutura foram repassados R\$ 26,8 milhões destinados à pavimentação asfáltica e manutenção de estradas dos municípios da região de Canoinhas.

No setor de Energia e Recursos Naturais o investimento foi de R\$ 34,7 milhões, destinados principalmente à rede de distribuição de energia e à eletrificação

rural. O Desenvolvimento Rural e Pesqueiro recebeu R\$ 7,3 milhões investidos principalmente no Projeto Microbacias 2 e repasse do FDR.

Todavia o destaque em investimentos na região (R\$ 149,5 milhões), correspondendo a 52%, é o setor de Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo. Neste setor se destaca o projeto de postergação de ICMS em empresas da região, principalmente no município de Três Barras onde o valor investido foi de R\$ 112 milhões. O setor de Esporte recebeu investimento de R\$ 831,2 mil em reforma e construção de ginásios de esporte e incentivo à realização de eventos esportivos.

Na Cultura foi investido R\$ 1,5 milhão, com destaque para a construção do Centro de Eventos em Bela Vista do Toldo (R\$ 1,2 milhão), além do apoio à música, artes cênicas, manifestações culturais, preservação e resgate cultural da região.

O Turismo recebeu R\$ 1,8 milhão, investidos principalmente na Instalação do Parque Monge João Maria, no município de Porto União, (R\$ 1,4 milhão) e apoio às festividades de aniversários dos municípios.

O Desenvolvimento Social recebeu R\$ 2,1 milhões para auxílio à APAE de todos os municípios, apoio aos idosos, deficientes e crianças e adolescentes em situação de risco social e apoio a associações de moradores.

Em Desenvolvimento Habitacional e Urbano foram investidos R\$ 2 milhões, através de Recursos do Ministério Público e do Programa Nova Casa/PSH, na construção de moradias rurais e urbanas em todos os municípios.

O setor de Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação recebeu R\$ 661,4 mil em investimentos para a aquisição de equipamentos de informática para a Epagri e Projeto Microbacias 2 e implantação da Gerência Regional da Cidasc.

O repasse para a Modernidade do Estado e Servidor Público foi de R\$ 363 mil para a reforma da Gerência Regional de Saúde entre outras ações. No setor de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento foi investido R\$ 1,1 milhão para a estruturação e manutenção dos Comitês da Bacia do Rio Timbó e do Rio Canoinhas, melhoria no abastecimento de água, entre outros.

Tabela 13 – Total de investimentos na SDR de Canoinhas, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	38.200.000,00
Saúde	11.700.000,00
Segurança Pública	9.000.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	26.800.000,00
Energia e Recursos Naturais	34.700.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	7.300.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	149.500.000,00
Esporte	831.200,00
Cultura	1.500.000,00
Turismo	1.800.000,00
Desenvolvimento Social	2.100.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	2.000.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	661.400,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	363.000,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	1.100.000,00
Total	287.555.600,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.3 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau

Segundo o Relatório de Atividades 2003 – 2009 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009), apresentado no Seminário de Avaliação de Resultados, foram investidos R\$ 855,7 milhões na região de Blumenau.

Na Educação, foram investidos R\$ 48,7 milhões na construção e reforma de escolas, transporte escolar e na aquisição de materiais didáticos. Na Saúde, foram aplicados R\$ 41 milhões na reforma de hospitais e na aquisição de equipamentos e ambulâncias.

Em Segurança Pública, foram investidos R\$ 11,1 milhões em melhorias de delegacias e presídios, manutenção de Corpo de Bombeiros e aquisição de viaturas. Em Transporte e Infraestrutura, foram aplicados R\$ 79,5 milhões na pavimentação e conservação de ruas e rodovias e na execução do Programa Ponto Crítico nas estradas.

O setor de Energia e Recursos Naturais recebeu R\$ 49,6 milhões para a construção de moradias. Para o Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, foram repassados R\$ 2,2 milhões por meio de investimentos do projeto Microbacias 2 e da liberação de recursos do FDR para aquisição de equipamentos para o setor de agropecuária.

A área de Desenvolvimento Sustentável teve investimento de R\$ 581 milhões, com destaque para a construção da sede da Associação de Micro e Pequenas Empresas em Blumenau e para os incentivos a empresas e a projetos de empreendedorismo.

Para o Esporte, foram repassados R\$ 8,4 milhões para construção de áreas esportivas e para realização de competições. Na Cultura, foram aplicados R\$ 10,7 milhões, com destaque para investimentos em teatros e projetos culturais. A área de Turismo contou com R\$ 11,7 milhões para realização de festas tradicionais, como a Oktoberfest e a Festitália, e para obras de melhoria de locais turísticos.

As ações de Desenvolvimento Social, como apoio a associações e a entidades comunitárias, contaram com R\$ 3,5 milhões. Em Desenvolvimento Habitacional e Urbano, foram investidos R\$ 2,2 milhões na construção de abrigos de passageiros e em obras de reestruturação de vias urbanas.

Em Desenvolvimento Tecnológico e Científico, foi investido R\$ 1 milhão, por meio de incentivos da Fapesc e Funcitec. Em Blumenau, as ações de modernização do Estado contaram com R\$ 141,9 mil, direcionados para a adequação das instalações do Centro Administrativo Regional.

Em Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento as ações totalizaram R\$ 5 milhões, aplicados na implantação de projetos em usinas hidrelétricas e na melhoria do sistema de tratamento de água.

Tabela 14 – Total de investimentos na SDR de Blumenau, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	48.700.000,00
Saúde	41.000.000,00
Segurança Pública	11.100.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	79.500.000,00
Energia e Recursos Naturais	49.600.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	2.200.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	581.000.000,00
Esporte	8.400.000,00
Cultura	10.700.000,00
Turismo	11.700.000,00
Desenvolvimento Social	3.500.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	2.200.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	1.000.000,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	141.900,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	5.000.000,00
Total	855.741.900,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.4 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió

De acordo com o Relatório de Atividades 2003 a 2009 da SDR de Taió foram investidos **R\$ 73 milhões**. Deste montante R\$ 10,6 milhões foram investidos em Educação. Todas as unidades escolares passaram por obras de reforma, ampliação, melhorias e construção, além de investimento em transporte escolar e construção de ginásio de esportes.

Na Saúde foram investidos R\$ 2,3 milhões na aquisição de veículos, equipamentos e material permanente para os hospitais, além da reforma e ampliação de hospitais e unidades de saúde.

A Segurança Pública recebeu investimento de R\$ 855 mil para a instalação do posto da Polícia Rodoviária Estadual na SC-422 e a aquisição de veículos para a polícia militar. R\$ 13,4 milhões foram investidos na pavimentação asfáltica, recuperação de estradas, conservação de rodovias, material de sinalização, construção de abrigos de passageiros e terminal rodoviário.

No setor de Energia e Recursos Naturais o investimento de R\$ 23,2 milhões foi destinado à ampliação de rede elétrica rural em todos os municípios da SDR, na construção da Subestação da Celesc e na ampliação e melhoria de energia elétrica urbana e rural.

No Desenvolvimento Rural e Pesqueiro foram investidos R\$ 4,3 milhões para a aquisição de equipamentos, insumos e melhoria de saneamento rural e de propriedade, além do atendimento às famílias rurais que participam do Projeto Microbacias 2.

No setor de Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo foram investidos R\$ 11,2 milhões em crédito fundiário, melhoria de renda, habitação e meio ambiente, elaboração e execução do plano de desenvolvimento das Microbacias.

O Esporte, a Cultura e o Turismo receberam R\$ 4,2 milhões na reforma e construção de quadras de esportes, campos de futebol, recursos financeiros para eventos de dança, música e festas regionais, além da pavimentação da estrada do Morro do Santuário Nossa Senhora da Salete, ponto turístico da região (R\$ 1,8 milhão).

No setor de Desenvolvimento Habitacional e Urbano foi investido R\$ 1,6 milhão na construção de moradias rurais e urbanas em todos os municípios da SDR. O restante de investimentos foi destinado ao Desenvolvimento Social (R\$ 184,6 mil), Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação (R\$ 38 mil); Modernidade do Estado e Servidor Público (R\$ 295,1 mil) e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento (809,2 mil).

Tabela 15 – Total de investimentos na SDR de Taió, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	10.600.000,00
Saúde	2.300.000,00
Segurança Pública	855.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	13.400.000,00
Energia e Recursos Naturais	23.200.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	4.300.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	11.200.000,00
Esporte	1.700.000,00
Cultura	519.300,00
Turismo	2.000.000,00
Desenvolvimento Social	184.600,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	1.600.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	38.000,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	295.100,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	809.200,00
Total	73.001.200,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.5 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São José

No total, foi investido R\$ 1,7 bilhão na região da Grande Florianópolis. Na Educação, foram investidos R\$ 147,7 milhões em ações como construção e reforma de escolas, capacitação de professores e aquisição de materiais e uniformes; na Saúde, foram aplicados R\$ 85,3 milhões na ampliação de hospitais e na aquisição de ambulâncias e equipamentos.

Em Segurança Pública, foram investidos R\$ 134 milhões, com destaque para obras de melhorias em delegacias e presídios e para aquisição de viaturas. Em Transporte e Infraestrutura, foram aplicados R\$ 363,7 milhões em pavimentação e recuperação de ruas e rodovias, construção de abrigos de passageiros e obras de drenagem.

No setor de Energia e Recursos Naturais foram repassados R\$ 146,2 milhões, para a melhoria das redes de energia elétrica urbana. Para o Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, foram repassados R\$ 42,8 milhões, por meio de investimentos do projeto Microbacias 2, do Crédito Rural e do Programa Revitalizar.

A área de Desenvolvimento Sustentável teve investimentos dos programas Badesc/Pró-Micro, Badesc/Pró-FDM, Badesc Especial, Prodec e Pró-Emprego, num total de R\$ 62,8 milhões. No Esporte, foram investidos R\$ 41 milhões no apoio a competições, como o Ironman e o Desafio das Estrelas, e na aquisição de materiais esportivos.

Na Cultura, foram aplicados R\$ 48,1 milhões, com destaque para investimentos em projetos e eventos culturais e em obras de revitalização de prédios, como a realizada na Catedral Metropolitana, em Florianópolis. A área de Turismo contou com R\$ 234,4 milhões para realização de festas temáticas e de eventos de atração turística²³.

As ações de Desenvolvimento Social, como apoio a associações, a entidades comunitárias e a políticas públicas para idosos, contaram com R\$ 13,5 milhões. Em Desenvolvimento Habitacional e Urbano, foram investidos R\$ 10,1 milhões na construção de moradias urbanas por meio do PSH/Programa Nova Casa e em obras de urbanismo.

Em Desenvolvimento Tecnológico e Científico, foram investidos R\$ 91,8 milhões, com destaque para incentivos à pesquisa e para concessões de bolsas de iniciação científica.

Para a Modernidade do Estado e Servidor Público foram investidos R\$ 47,7 milhões. Em Meio Ambiente, foram investidos R\$ 231,2 milhões em obras de ampliação dos sistemas de tratamento e abastecimento de água, dentre outras ações.

²³ Destaque para a Ponte Hercílio Luz, que recebeu o montante total de R\$ 193.437.175,49, mais que o dobro de investimento destinado a algumas SDR do interior do Estado durante o período de 2003 a 2009.

Tabela 16 – Total de investimentos na SDR da Grande Florianópolis, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	147.700.000,00
Saúde	85.300.000,00
Segurança Pública	134.000.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	363.700.000,00
Energia e Recursos Naturais	146.200.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	42.800.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	62.800.000,00
Esporte	41.000.000,00
Cultura	48.100.000,00
Turismo	234.400.000,00
Desenvolvimento Social	13.500.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	10.100.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	91.800.000,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	47.700.000,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	231.200.000,00
Total	1.700.000.000,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.6 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia

No período de 2003 a 2009 os municípios que compõem a SDR de Concórdia receberam R\$ 143,7 milhões em investimentos. De acordo com o Relatório de Atividades 2003 - 2009 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009) R\$ 30,4 milhões foram destinados à Educação em obras de reforma, ampliação, melhorias e construção de unidades escolares.

Na Saúde foi investido R\$ 6,8 milhões em melhorias através da compra de equipamentos, veículos e melhorias na estrutura física das unidades de saúde dos municípios. Os investimentos no setor de Segurança Pública, cerca de R\$ 1,8 milhão, foram destinados à melhoria no atendimento do cidadão, através da aquisição de veículos para a polícia militar e civil, construção do posto da Polícia Rodoviária Estadual e na escola de formação de soldados.

O setor de Transporte, Logística e Infraestrutura, recebeu R\$ 21,4 milhões em investimentos para a pavimentação asfáltica, construção de terminais rodoviários, abrigos de passageiros, entre outras ações.

Em Energia e Recursos Naturais o investimento foi de aproximadamente R\$ 16,8 milhões para a ampliação e melhoria da rede elétrica nas áreas rural e urbana da região e execução do programa “Luz para Todos”, na área rural.

Em relação ao Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, a SDR de Concórdia recebeu R\$ 26 milhões, para atendimento do Projeto Microbacias 2 e instalação do laboratório de controle de qualidade dos alimentos.

Já em relação ao Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo foram investidos, aproximadamente, R\$ 19,8 milhões na liberação de financiamentos via BNDES, Badesc, pro-FDM, Pro-Micro para a aquisição de máquinas, equipamentos e outros empreendimentos na região.

No setor de Esporte foram investidos R\$ 5,5 milhões, dos quais R\$ 5 milhões foram utilizados na construção do Centro de Eventos de Concórdia, além do apoio financeiro aos clubes esportivos da região. A Cultura recebeu R\$ 1,6 milhão para a construção de um centro multiuso (R\$ 1,5 milhão) e apoio a projetos culturais.

No Turismo recebeu R\$ 4,7 milhões dos quais R\$ 4,6 milhões foi repassado para a reestruturação do Parque Estadual Fritz Plaumann, em Concórdia, parceria com a iniciativa privada, além da construção de portais turísticos.

No Desenvolvimento Social foi investido R\$ 106,9 mil para a ampliação e reforma do prédio da Rede Feminina de Combate ao Câncer, instalação de centro comunitário e apoio à pessoa portadora de deficiência.

O Desenvolvimento Habitacional e Urbano recebeu R\$ 1 milhão para a construção de moradias rurais e para a recuperação de estradas de terra. Na área de Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação foram investidos R\$ 6,3 mil para a aquisição de mobiliário para o Núcleo de Tecnologia Educacional.

Para a Modernização do Estado e Servidor Público foram repassados R\$ 79,5 mil para a capacitação de professores. O setor de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento recebeu R\$ 7,7 milhões para a melhoria no abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, ações para aproveitamento da água da chuva, construção de reservatórios e preservação de bacias hidrográficas.

Tabela 17 – Total de investimentos na SDR de Concórdia, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	30.400.000,00
Saúde	6.800.000,00
Segurança Pública	1.800.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	21.400.000,00
Energia e Recursos Naturais	16.800.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	26.000.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	19.800.000,00
Esporte	5.500.000,00
Cultura	1.600.000,00
Turismo	4.700.000,00
Desenvolvimento Social	106.900,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	1.000.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	6.300,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	79.500,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	7.700.000,00
Total	143.692.700,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste

De acordo com o Relatório de Atividades de 2003 – 2009 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009) o total de investimentos na região de São Miguel do Oeste foi de R\$ 146 milhões. Na Educação, foram investidos R\$ 15,4 milhões em reformas e construção de escolas, transporte escolar, aquisição de computadores e apoio a viagens de estudos.

A Saúde recebeu R\$ 28,8 milhões para aquisição de equipamentos e ambulâncias, ampliação de unidades de saúde e realização de convênios. Em Segurança Pública foram investidos R\$ 2,5 milhões para aquisição de viaturas para as polícias Militar e Civil e para a reforma da unidade prisional de São Miguel do Oeste.

O setor de Transporte, Logística e Infraestrutura recebeu R\$ 17 milhões para obras de pavimentação asfáltica e no aeroporto Hélio Wassum. Para o setor de Energia e Recursos Naturais foram destinados R\$ 20,9 milhões na ampliação das redes elétricas rurais e urbanas, por meio do Programa Luz para Todos.

No Desenvolvimento Rural e Pesqueiro foram investidos R\$ 7,7 milhões na liberação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR) e do crédito fundiário e no desenvolvimento do Programa Revitalizar. O Desenvolvimento Sustentável

recebeu R\$ 46,6 milhões para apoiar a geração de emprego. No setor de Esporte foram investidos R\$ 937,8 mil para reformas e construção de ginásios e para apoio a eventos esportivos.

A Cultura recebeu R\$ 216 mil para apoiar projetos de música e apresentações culturais. No Turismo foi investido R\$ 1,3 milhão para revitalização de pontos turísticos e construção de pavilhões para eventos. Para as ações voltadas ao Desenvolvimento Social, como o apoio a pessoas com deficiência e realização de Força Tarefa, foram destinados R\$ 979 mil.

O Desenvolvimento Habitacional e Urbano recebeu 714,5 mil para a construção de moradias populares. Em Desenvolvimento Científico e Tecnológico foram investidos R\$ 34,6 mil, na implantação de laboratórios de informática com acesso a Internet.

As ações de modernização do Estado receberam R\$ 279,8 mil, que foram direcionados ao treinamento dos servidores da SDR, instalação de softwares, de equipamentos de informática e de multimídia para a sede da SDR. Na área de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento foram gastos R\$ 2,7 milhões para a instalação de reservatórios de fibra.

Tabela 18 – Total de investimentos na SDR de São Miguel do Oeste, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	15.400.000,00
Saúde	28.800.000,00
Segurança Pública	2.500.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	17.000.000,00
Energia e Recursos Naturais	20.900.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	7.700.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	46.600.000,00
Esporte	937.800,00
Cultura	216.000,00
Turismo	1.300.000,00
Desenvolvimento Social	979.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	714.500,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	34.600,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	279.800,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	2.700.000,00
Total	146.061.700,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages

De acordo com o Relatório de Atividades 2003 – 2009, aproximadamente R\$ 296 milhões foram investidos na região de Lages neste período. Na Educação, foram investidos R\$ 34,1 milhões em reforma de escolas e em transporte e escolar.

Na Saúde, foram aplicados R\$ 16,4 milhões na reforma de hospitais e na aquisição de ambulâncias e equipamentos. Em Segurança Pública, foram investidos R\$ 2,9 milhões, em ações como aquisição de viaturas e melhorias de delegacias. Em Transporte e Infraestrutura foram aplicados R\$ 72,3 milhões na pavimentação de avenidas e de rodovias, manutenção de estradas e construção de abrigo de passageiros.

O setor de Energia recebeu R\$ 25,7 milhões para a ampliação das redes elétricas urbana e rural e para execução do Programa Luz para Todos. O Desenvolvimento Rural e Pesqueiro contou com R\$ 14,3 milhões, aplicados na distribuição de milho e calcário, na execução do Projeto Microbacias 2 e na liberação de auxílio-estiagem. O Desenvolvimento Sustentável recebeu investimento de R\$ 69 milhões, valor destinado principalmente para a instalação de indústrias alimentícias por meio do Prodec.

No Esporte, foi investido R\$ 1,2 milhão na construção de ginásios e na aquisição de materiais esportivos. A área da Cultura recebeu R\$ 492,5 mil para a aplicação em eventos e projetos culturais. No setor de Turismo, foi investido R\$ 1,2 milhão no apoio à realização de festas tradicionais e projetos da área. O Desenvolvimento Social recebeu investimento de R\$ 5 milhões destinados ao apoio a associações, como a APAE.

Para o setor de Desenvolvimento Habitacional e Urbano foram repassados R\$ 2,1 milhões destinados à construção de casas populares rurais e urbanas. Em Desenvolvimento Tecnológico e Científico e Inovação foram investidos R\$ 50,1 milhões, tendo destaque a instalação de usina de biomassa em Lages.

No setor de Modernidade do Estado e servidor público foram investidos R\$ 684,8 mil destinados à capacitação dos servidores da SDR de Lages e para reformas nos prédios da Gerência de Educação e da SDR. Para o setor de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento foram repassados R\$ 1,2 milhão para melhoria nos sistemas de água e esgoto.

Tabela 19 – Total de investimentos na SDR de Lages, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	34.100.000,00
Saúde	16.400.000,00
Segurança Pública	2.900.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	72.300.000,00
Energia e Recursos Naturais	25.700.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	14.300.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	69.000.000,00
Esporte	1.200.000,00
Cultura	492.500,00
Turismo	1.200.000,00
Desenvolvimento Social	5.000.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	2.100.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	50.100.000,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	684.800,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	1.200.000,00
Total	296.677.300,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim

De acordo com o Relatório de Atividades 2003 a 2009 da SDR de São Joaquim (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009), R\$ 109,8 milhões foram investidos na região neste período.

A Educação foi o setor que mais recebeu investimento, R\$ 29,6 milhões, destinados a todas as unidades escolares da região para reforma, ampliação, melhorias e construção, transporte escolar e investimento na implantação de curso técnico integrado ao ensino fundamental na área de vitivinicultura e enologia. R\$ 3,5 milhões foram investidos para a melhoria do atendimento no setor de Saúde.

Em Segurança Pública foram investidos R\$ 2,3 milhões na construção, reforma e ampliação das Delegacias de Polícia da região, instalação de posto da Polícia Rodoviária e aquisição de veículos. O setor de Transporte, Logística e Infraestrutura recebeu R\$ 27,7 milhões em investimento para a pavimentação asfáltica, manutenção de estradas e rodovias. Em Energia e Recursos Naturais foram investidos R\$ 10,3 milhões em eletrificação rural e urbana.

O setor de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro recebeu investimento de R\$ 11,1 milhões em programas de fomento à produção agropecuária, crédito fundiário,

Projeto Microbacias 2, Fundo de Terras, aquisição de máquinas e incentivo a vitivinicultura (Estação Experimental da Epagri).

Outro setor que recebeu investimento importante para a região foi do Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo. Importante porque, mesmo não sendo um valor próximo aos principais setores, recebeu R\$ 782,5 mil para a realização de cursos de capacitação. Entre as principais ações pode-se destacar o Projeto Jovem Empreendedor, Programa Primeira Chance, cursos de artesanato, implantação do Núcleo de Educação Profissional (NEP), instalação do centro de armazenagem de maçãs e criação de cooperativas de produtores.

O Esporte recebeu R\$ 509,5 mil. A Cultura recebeu R\$ 1,4 milhão em recursos para festas e projetos culturais: Festival de Inverno, Festa da Maçã, Orquestra Sinfônica, CTGs, Grupos Etnias de Danças, entre outros. O investimento no Turismo da região foi de R\$ 8,5 milhões, gastos principalmente na terraplanagem do Caminho das Neves, na SC-430 (R\$ 7,1 milhões), além de investimento em marketing e turismo, projeto Sustentabilidade, Gestão Ambiental e Turística e recursos para rodeios e festas na região.

O Desenvolvimento Social recebeu investimento de R\$ 948,1 mil destinados a auxílio natalidade e funeral, apoio a centros comunitários e associações como a APAE. Para o setor de Desenvolvimento Habitacional e Urbano foi repassado R\$ 1,6 milhão destinado à construção de casas populares rurais e urbanas. Em Desenvolvimento Tecnológico e Científico e Inovação foram investidos R\$ 2,1 milhões em laboratórios de Biologia e Ciência, equipamentos de informática para as escolas, no desenvolvimento do Projeto InovaMaçã e nos projetos Flores da Serra.

No setor de Modernidade do Estado e Servidor Público foram investidos R\$ 263,4 mil destinados à capacitação dos professores e aquisição de veículos. Outro setor que recebeu investimento considerável foi o de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento, R\$ 9,2 milhões. Deste montante R\$ 8,4 milhões foram investidos na implantação do Sistema de Esgoto Sanitário em São Joaquim e o restante para a ampliação, melhorias e manutenção do sistema de abastecimento de água, instalação de redes de esgoto nos demais municípios da SDR.

Tabela 20 – Total de investimentos na SDR de São Joaquim, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	29.600.000,00
Saúde	3.500.000,00
Segurança Pública	2.300.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	27.700.000,00
Energia e Recursos Naturais	10.300.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	11.100.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	782.500,00
Esporte	509.500,00
Cultura	1.400.000,00
Turismo	8.500.000,00
Desenvolvimento Social	948.100,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	1.600.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	2.100.000,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	263.400,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	9.200.000,00
Total	109.803.500,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.10 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma

O total de investimentos destinados à região após o processo de descentralização, de acordo com o Relatório de Atividades 2003 - 2009 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009), foi de aproximadamente R\$ 634,5 milhões.

Para a Educação foram repassados R\$ 59,9 milhões investidos em reforma, ampliação, melhorias e construções de 26 das 69 unidades estaduais de ensino da região.

A Saúde recebeu R\$ 38,6 milhões em investimento para reforma, ampliação e construção de unidades de atendimento à saúde, hospitais, pronto socorros e aquisição de veículos.

Em Segurança Pública foram repassados R\$ 22,4 milhões para a aquisição de veículos, reformas em delegacias, qualificação de policiais e equipamentos de vigilância. No setor de Transporte, Logística e Infraestrutura foram investidos R\$ 211,9 milhões para a pavimentação asfáltica, construção de abrigos de passageiros, sinalização de trânsito e conservação de vias públicas.

A área de Energia recebeu R\$ 58,7 milhões para a construção de subestação e melhoria no sistema de distribuição de energia e ampliação de rede. No setor de

Desenvolvimento Rural e Pesqueiro R\$ 7,5 milhões foram investidos no Projeto Microbacias 2, no Crédito Fundiário, em laboratório de fitopatologia e de estação meteorológica e no Programa Revitalizar. R\$ 50,8 milhões foram repassados ao setor de Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo para investimento de programas de geração de emprego e renda em microempresas, investimentos via Badesc, Prodec e Pro-Emprego.

O Esporte recebeu R\$ 5,4 milhões de investimento para adequação e reforma dos estádios de futebol da região de Criciúma e apoio a projetos esportivos. Para a Cultura foram repassados R\$ 16,7 milhões investidos na construção do Centro de Eventos de Criciúma, construção do Centro Multiuso, conservação do museu ao Ar Livre e recursos financeiros para entidades através do Funcultural, entre outras ações.

No Turismo foram investidos R\$ 3,3 milhões na construção de portais turísticos, realizações de feiras, recursos e projetos de várias entidades e do Funturismo, realização de festas e restauração do patrimônio histórico.

O setor de Desenvolvimento Social recebeu R\$ 21,8 milhões para construção de centros comunitários, manutenção dos conselhos comunitários, construção de creches, apoio aos idosos, crianças e adolescentes em situação de risco social, apoio à pessoa portadora de deficiência, entre outras ações.

No setor de Desenvolvimento Habitacional e Urbano foram investidos R\$ 3,7 milhões na construção de casas populares. O setor de Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação recebeu R\$ 2,8 milhões para a elaboração do Plano Diretor (Forquilha e Içara), apoio a projetos de pesquisa universitários e a seminários e aquisição de equipamentos, apoio à pesquisa científica básica e realização de pesquisa científica e tecnológica em ciências agrárias.

Para a Modernidade do Estado e Servidor Público foram investidos R\$ 432,8 mil na construção da estrutura física da SDR e aquisição e instalação de equipamentos de informática.

No setor de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento foram investidos R\$ 130,6 milhões para a implantação do sistema de esgotamento sanitário, construção de adutoras, ampliação e melhoria das redes de distribuição de água, construção de barragem, entre outras ações.

Tabela 21 – Total de investimentos na SDR de Criciúma, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	59.900.000,00
Saúde	38.600.000,00
Segurança Pública	22.400.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	211.900.000,00
Energia e Recursos Naturais	58.700.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	7.500.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	50.800.000,00
Esporte	5.400.000,00
Cultura	16.700.000,00
Turismo	3.300.000,00
Desenvolvimento Social	21.800.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	3.700.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	2.800.000,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	432.800,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	130.600.000,00
Total	634.532.800,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.1.11 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna

Segundo o Relatório de atividades 2003 – 2009 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2009), no total foram investidos R\$ 173,7 milhões na região de Laguna.

Na Educação, foram investidos R\$ 39,2 milhões em reforma de escolas, construção de ginásios e transporte escolar. Na Saúde, foram aplicados R\$ 5,6 milhões na ampliação de hospitais e na aquisição de ambulâncias e equipamentos.

Em Segurança Pública, foi investido R\$ 1,3 milhão na aquisição de viaturas para as polícias Militar e Civil e em melhorias nas instalações. No setor de Transporte e Infraestrutura foram investidos R\$ 31,1 milhões para obras como pavimentação e manutenção de rodovias e ruas.

O setor de Energia recebeu R\$ 33,2 milhões para ampliação das redes de distribuição de energia elétrica. Para o Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, foram repassados R\$ 4,7 milhões para a execução do Projeto Microbacias 2 e dos programas Terra Boa e Revitalizar, e também para empréstimos às atividades pesqueiras e agropecuárias.

Em Desenvolvimento Sustentável, foram investidos R\$ 9 milhões para a geração de empregos e incentivo aos empreendedores. No Esporte, foram

investidos R\$ 2,6 milhões na construção de ginásios, no apoio à realização de competições e no patrocínio a instituições esportivas. Na Cultura foram investidos R\$ 7,4 milhões para a realização de eventos e manifestações culturais. O Turismo recebeu R\$ 2,7 milhões para a realização de festas tradicionais e revitalização de áreas turísticas.

Em Desenvolvimento Social, foi aplicado R\$ 1 milhão destinado, principalmente, à Associação de Pais de Alunos Excepcionais (APAE). Na área de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, foi investido R\$ 1,4 milhão na construção de moradias urbanas e rurais por meio do Programa Nova Casa.

No setor de Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação foram investidos R\$ 155,3 mil em projetos de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inclusão digital.

A área de modernização do Estado recebeu investimento de R\$ 476,8 mil para a formação de agentes de Desenvolvimento Regional e melhorias na SDR Laguna. Na área de Meio Ambiente foram investidos R\$ 33,9 milhões, aplicados em melhorias no sistema de abastecimento de água e de tratamento de esgoto.

Tabela 22 – Total de investimentos na SDR de Laguna, período de 2003 a 2009

Setor	Investimento (R\$)
Educação	39.200.000,00
Saúde	5.600.000,00
Segurança Pública	1.300.000,00
Transporte, Logística e Infraestrutura	31.100.000,00
Energia e Recursos Naturais	33.200.000,00
Desenvolvimento Rural e Pesqueiro	4.700.000,00
Des. Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreend.	9.000.000,00
Esporte	2.600.000,00
Cultura	7.400.000,00
Turismo	2.700.000,00
Desenvolvimento Social	1.000.000,00
Desenvolvimento Habitacional e Urbano	1.400.000,00
Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação	155.300,00
Modernidade do Estado e Servidor Público	476.800,00
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	33.900.000,00
Total	173.732.100,00

Fonte: Relatório de Atividades 2003 – 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento de SC (2009)

4.2 ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SDR, ENTRE 2003 A 2009 E SUA APROXIMAÇÃO COM OS OBJETIVOS DA DESCENTRALIZAÇÃO

A regionalização do orçamento proposta com a descentralização administrativa representa um passo importante para o desenvolvimento regional. Conforme descreve Ribeiro (2008), com a descentralização ocorre a transferência de competências, poder e recursos financeiros, do governo central para as instâncias locais, tendo como objetivo reduzir a estrutura administrativa para agilizar a gestão de políticas públicas e aproximar o Estado da sociedade. De fato, a política de descentralização administrativa de Santa Catarina transferiu às SDR a competência de gerir os recursos destinados a atender às demandas regionais. No entanto, não se trata apenas de direcionar os investimentos em determinadas áreas, mas também a possibilidade das regiões, através dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, discutirem sobre as suas prioridades. Há de considerar que a justificativa do governo do Estado quanto à reestruturação administrativa está embasada nas conseqüências do processo de litoralização, representada principalmente pela falta de políticas de desenvolvimento regionalizado.

Passados seis anos de descentralização é possível analisar, ainda que superficialmente, se as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, em suas respectivas regiões, estão em consonância com os objetivos propostos pelo governo²⁴.

Ao observar o gráfico comparativo entre o total de investimentos repassados a cada SDR pesquisada pode-se constatar que a região da capital catarinense concentrou um volume expressivo de investimentos se comparado às regionais do interior do Estado. Enquanto à Florianópolis foi repassado R\$ 1,7 bilhão, regionais como Taió e São Joaquim receberam investimentos inferiores a R\$ 140 milhões, o que indica a centralização.

²⁴ A centralização das decisões na capital em períodos anteriores estava muito aquém de suprir as demandas do interior do Estado tendo em vista que os investimentos eram concentrados principalmente na região litorânea e nos principais pólos industriais localizados, no jargão popular, "serra abaixo".

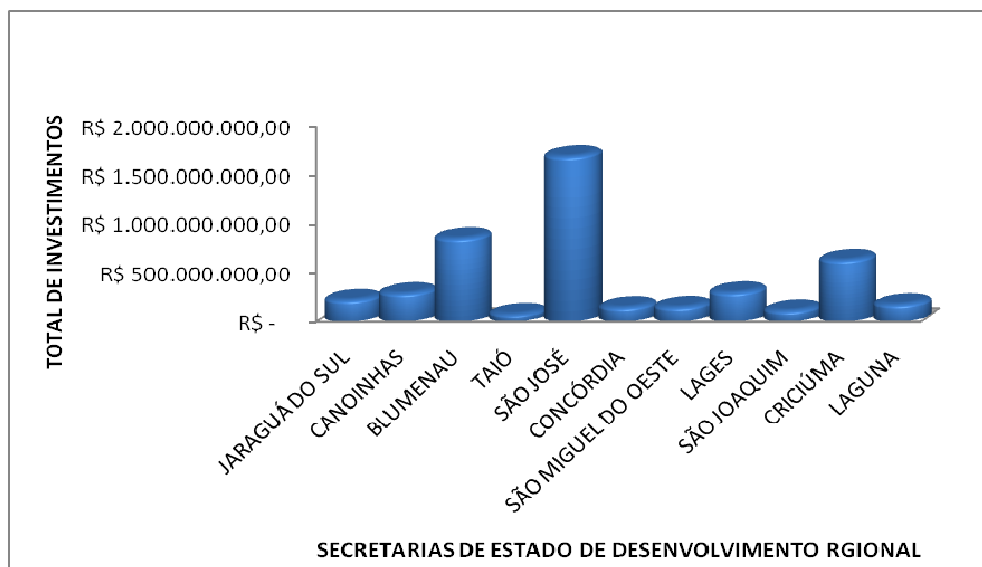


Figura 12 – Comparativo investimentos das SDR de 2003 a 2009
 Fonte: adaptado Secretaria de Estado do Planejamento, 2009

Porém, se considerar a distribuição *per capita* dos investimentos entre as regiões é possível averiguar que em algumas SDR do interior do Estado os investimentos *per capita* são superiores às demais.

Tabela 23 – Investimento *per capita*, período de 2003 a 2009

SDR	População	Total de investimentos (milhões)	Investimento <i>per capita</i> (R\$)
Jaraguá do Sul	199.216	218,7	1.097,00
Canoinhas	126.403	287,5	2.274,00
Blumenau	391.199	855,7	2.187,00
Taió	55.604	73,0	1.312,00
Florianópolis	830.011	1,7 bilhão	2.048,00
Concórdia	92.559	143,7	1.552,00
São Miguel do Oeste	65.083	146,0	2.243,00
Lages	239.443	296,0	1.236,00
São Joaquim	51.903	109,8	2.115,00
Criciúma	371.972	634,5	1.705,00
Laguna	136.982	173,7	1.268,00

Fonte: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Planejamento (2009)

Prosseguindo a análise, das regionais pesquisadas, as SDR de Blumenau e de Criciúma, regiões desenvolvidas economicamente, foram as que mais receberam investimentos depois de Florianópolis, entre R\$ 855,5 milhões e R\$ 634,5 milhões, respectivamente. Os valores repassados às demais SDR foram inferiores a R\$ 300 milhões. Esse resultado demonstra que, embora a proposta de regionalização do orçamento seja importante para desenvolver as regiões do Estado, os investimentos

permanecem concentrados nas regiões mais desenvolvidas, localizadas próximas ao litoral. Os fatores que explicam a persistência da concentração de recursos nas regiões mais desenvolvidas podem estar relacionados à capacidade de articulação política, bem como da capacidade de organização e cooperação entre os municípios de abrangência das SDR que apresentam melhor desempenho. Tendo em vista que a prioridade dos investimentos é para os projetos intermunicipais, a escolha por um projeto de determinada área estaria atrelada a essas condições, ou seja, que beneficiasse o maior número possível de municípios daquela região. Outro fator que deve ser considerado é a eficiência das ações desenvolvidas nas SDR, o atraso na conclusão de obras ou na efetividade das ações compromete os investimentos posteriores.

Quanto à distribuição dos recursos entre as áreas de investimento de cada SDR, é importante destacar que, com a reestruturação da administração pública do Estado, os recursos foram divididos em 15 (quinze) áreas²⁵. Considerando que algumas áreas dever ser priorizadas para incentivar o desenvolvimento regional buscou-se verificar quais tiveram prioridade em cada regional. De maneira geral três áreas receberam investimentos consideráveis em todas as SDR: Educação, Transporte e Energia demonstrando assim a preocupação com setores importantes ao desenvolvimento. Em Florianópolis as áreas de Turismo e Meio Ambiente receberam repasses expressivos em relação às demais regionais, explicada pela preocupação com a infraestrutura turística do litoral catarinense.

Porém, uma área que merece atenção quando se planeja o desenvolvimento de uma região é o Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo, embora outros fatores sejam importantes, a dinamização da economia é um fator imprescindível. Não basta investir em indústrias, ou no setor de serviços se não houver investimentos em todas as etapas, quer seja, na produção, na qualificação de mão de obra e no poder aquisitivo do público consumidor desses serviços. Mais ainda, é preciso ter capacidade de inovação territorial. Conforme Dallabrida (2008) o padrão de organização socioterritorial é outra variável fundamental para impulsionar o desenvolvimento e

²⁵ Conforme o Relatório de Atividades, os recursos são investidos nas seguintes áreas: Educação; Saúde; Segurança Pública, Transporte, Logística e Infraestrutura; Energia e Recursos Naturais; Desenvolvimento Rural e Pesqueiro; Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo; Esporte; Cultura; Turismo; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Habitacional e Urbano; Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação; Modernidade do Estado e Servidor Público; Meio Ambiente.

está diretamente relacionado com a capacidade de inovação territorial. As inovações são o resultado da aprendizagem coletiva e dependem da qualidade e densidade das instituições e da cooperação local.

Ora, alguns municípios do Estado, localizados principalmente no Planalto, como por exemplo, Canoinhas e Três Barras sofrem restrições quanto à dinamização da economia devido à especialização econômica. É o caso das indústrias madeireiras e de papel/celulose que são incapazes de formar uma cadeia produtiva que estimule outros setores da economia local/regional. Conforme Goularti Filho (2007) o setor industrial de papel e celulose é o que possui menos efeito de encadeamento no processo produtivo²⁶. Ou seja, as regiões que concentram esse tipo de indústria estão passando por um processo de estagnação econômica e que, se não tiverem capacidade de articulação entre o Estado e a sociedade organizada dificilmente poderão reverter esse quadro.

No entanto, analisando os relatórios das SDR, é possível verificar que os investimentos em Desenvolvimento Sustentável, Econômico, Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo foram mais expressivos em Blumenau e Criciúma. Em Blumenau foram investidos aproximadamente R\$ 581 milhões, repassados para a construção da sede da Associação de Micro e Pequenas Empresas em Blumenau e para os incentivos a empresas e a projetos de empreendedorismo. Em Criciúma, embora os valores sejam inferiores, R\$ 50,8 milhões, houve uma distribuição de recursos nessa área tendo em vista que todos os municípios receberam valores variáveis para investimentos em programas de geração de emprego e renda em microempresas, condomínio industrial e investimentos através do PRODEC e do PRÓ-EMPREGO.

Na SDR de Lages foram investidos R\$ 69 milhões na área de Desenvolvimento Sustentável, valor destinado principalmente para a instalação de indústrias alimentícias por meio do PRODEC, ou seja, os recursos foram mais bem distribuídos. O setor de Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Inovação recebeu R\$ 50,1 milhões em investimentos para a instalação da usina de biomassa em

²⁶ O autor cita o exemplo dos municípios de Três Barras, localizada no Planalto Norte e, Correia Pinto e Otacílio Costa, na região Serrana, em que não há perspectiva de diversificação econômica. São cidades mono industrializadas, apresentam baixo nível populacional e alto nível de produção industrial setorializada, fatores que dificultam os processos de desenvolvimento regional.

Lages e pode ser considerada uma iniciativa importante para a produção de fontes alternativas de energia.

Em outras regiões, porém, o volume de investimentos nessa área é menos significativo, ou, direcionado quase que exclusivamente a um determinado setor. Exemplo disso é a SDR de Canoinhas, pois dos R\$ 287,5 milhões investidos, mais de 50%, ou seja, R\$ 149,5 milhões foram investidos no Desenvolvimento Sustentável, porém direcionados exclusivamente para a postergação do ICMS em empresas de Canoinhas e Três Barras. A inexistência de incentivos à micro e pequenas empresas, à qualificação de mão de obra para gerar formas alternativas de emprego e renda, assim como a falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento e incubadoras tecnológicas, demonstra a falta de planejamento em longo prazo nesta área. Essa concentração de recursos em um, ou poucos projetos em determinada área também demonstra a falta de integração regional, isso porque as ações são municipalizadas, mas não regionalizadas.

É possível aproximar os resultados até aqui apresentados com o objetivo do estudo à medida que se constata a influência da capacidade de aprendizado regional nos processos de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa demonstram que as SDR que receberam mais investimentos apresentam-se melhor estruturadas e com melhor entendimento sobre o processo de descentralização administrativa. Inclusive os gestores, mesmo recebendo um volume significativo de investimentos em suas SDR ainda o consideram insatisfatórios para atender as demandas regionais. Embora o fator político seja importante para obter recursos para a região, a falta de articulação entre os municípios acaba por estagnar os investimentos que poderiam ser destinados à região.

Assim, as SDR que receberam investimentos insuficientes, ou mal distribuídos, como é o caso da SDR de Canoinhas, ainda necessitam de mais articulação entre os municípios e de aperfeiçoamento do planejamento regional, pois, embora o processo de descentralização tenha desenvolvido ações significativas se comparadas ao modelo anterior de administração pública é preciso haver algumas mudanças. Tais mudanças implicam não somente na cultura política dessas regiões, mas também na criação de espaços que incentivem a participação da sociedade para discutir que tipo de desenvolvimento pode transformar a região, quais as prioridades e de que maneira podem concretizar esses projetos.

Cabe lembrar também que os projetos aprovados em Conselho muitas vezes não são concretizados pela ausência de recursos. Isso porque cabe às Secretarias Setoriais o planejamento e a normatização dos programas, projetos e ações governamentais. Para isso deve-se observar as diretrizes emanadas dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, do Plano Catarinense de Desenvolvimento, dos Planos de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da programação financeira, do cronograma de execução mensal de desembolso e das normas reguladoras de cada área (SANTA CATARINA, 2007). Essa condição de dependência das SDR às Secretarias Setoriais também contribui para a falta de investimentos em determinadas regiões, se constituído um dos argumentos das regionais quando se discute o processo de descentralização, ponto a ser analisado no próximo item da pesquisa.

4.3 PERCEPÇÃO DOS GESTORES REGIONAIS SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Com o objetivo de averiguar a percepção dos gestores regionais, representados pelos secretários de Desenvolvimento Regional das SDR pesquisadas de Jaraguá do Sul, Canoinhas, Blumenau, Taió, São José, São Miguel do Oeste, Concórdia, Lages, São Joaquim, Criciúma e Laguna. Foi enviado por correio eletrônico, após contato prévio por telefone, um questionário procurando encontrar os conceitos chave referentes ao objeto de estudo da pesquisa. Os principais conceitos chave correspondem à descentralização, regionalização, participação da sociedade civil e das instituições regionais, comitês temáticos, representatividade.

Das onze SDR que foram selecionadas para a pesquisa e descritas no item anterior, somente cinco secretários de Desenvolvimento Regional devolveram os questionários respondidos. Os contatos com os secretários das respectivas SDR foram iniciados em setembro de 2009. Após o prazo limite, a pesquisa foi concluída, considerando-se somente estas respostas dos cinco secretários que retornaram os questionários, devido a intencionalidade qualitativa das questões.

A seguir são apresentadas as questões dos questionários e as respectivas respostas.

1) Com a sua experiência pública, que avaliação o Sr. faz da descentralização até agora?

Gestor 01: A descentralização é uma forma inovadora de governar. Com a criação das secretarias regionais, o governo do Estado passou a ficar mais próximo da população. Desta forma, vem sendo possível atender as necessidades regionais. A descentralização permitiu através dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, atender as demandas regionais. Quando estamos perto reconhecemos melhor o que a população local necessita.

Gestor 02: Positivo, apesar de que falta muito para atingir o objetivo da descentralização. Mas é uma forma de administração pública irreversível.

Gestor 03: Uma forma moderna de governar, que com certeza será utilizado por outros estados.

Gestor 04: O melhor modelo de gestão pública administrativa que o governo do Estado já implantou, embora necessite de alguns aperfeiçoamentos para melhorar a funcionalidade.

Gestor 05: Para mim, a proposta de descentralização é muito importante e com perspectivas de crescimento e desenvolvimento em cada região. Nesta descentralização, os municípios podem interferir ou tomar decisões sobre suas

expectativas e o que realmente cada município e região possui de necessidade, de acordo com a decisão dos conselheiros.

É unânime o reconhecimento, por parte dos gestores regionais que a descentralização é uma forma inovadora de governar. Com a criação das SDR houve uma aproximação entre o governo do Estado e a população, possibilitando o atendimento das necessidades regionais.

As respostas corroboram com a afirmação de Amaral (2002), de que a descentralização não significa a redução do Estado e que o mesmo não se enfraquece com a regionalização, pelo contrário, se fortalece. O seu poder político continua centralizado e seu poder administrativo é que se torna regionalizado, descentralizado.

No entanto, o gestor 02 reconhece que ainda falta muito para atingir os objetivos da descentralização, mas é uma forma de administração pública irreversível e tem a possibilidade de ser implantada em outros estados brasileiros. Sabendo que a descentralização é uma tendência mundial e que as experiências em outros países, como é o caso da Itália, Alemanha e França demonstram resultados positivos. No caso de Santa Catarina não é diferente.

O reconhecimento de que os objetivos da descentralização estão longe de ser alcançado revela o amadurecimento por parte dos gestores sobre esse processo e que o mesmo precisa de constante aprimoramento tanto pelo governo do Estado, quanto pelas regiões.

Nesse sentido cabe às regiões o entendimento sobre o que representa a descentralização, ou seja, não basta desconcentrar os recursos, mas ao lado disso é preciso fortalecer a região. O fortalecimento só é possível a partir da capacidade de cooperação, de articulação, de conhecimento e reconhecimento de suas demandas²⁷ e cabe principalmente ao CDR essa responsabilidade.

²⁷ Um fato interessante a respeito do reconhecimento das demandas regionais ocorreu ao fazer a leitura dos PDR das regiões e que demonstra como é importante encontrar o maior número possível de problemas ao se fazer um plano de desenvolvimento. Exemplo de duas regiões: uma mais desenvolvida economicamente, com IDH elevado, ao elaborar o PDR elencou uma série de problemas que a região enfrenta nos últimos anos e que, ao analisar os resultados pode-se verificar o direcionamento dos investimentos para a solução dos mesmos. A outra região, menos desenvolvida, ao contrário, não teve capacidade de reconhecer os problemas regionais e, conseqüentemente recebeu investimentos inferiores ao atendimento de suas demandas.

2) Como as prioridades da região são definidas?

Gestor 01: As prioridades da região são apontadas e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, composto por representantes do poder público e sociedade civil dos municípios componentes da regional. O Conselho se reúne uma vez por mês para deliberar sobre as demandas regionais.

Gestor 02: Através do conselho regional, com a participação da sociedade civil, prefeituras, presidentes de associações.

Gestor 03: São definidas através do CDR com reuniões itinerantes nos municípios que fazem parte da regional.

Gestor 04: Nossa região é uma das mais privilegiadas em termos de representatividade política na Assembléia Legislativa, o que influencia muito na descentralização das verbas, porém as prioridades são definidas pela SDR em parceria com o Conselho do Desenvolvimento Regional.

Gestor 05: Em reuniões do CDR – Conselho de Desenvolvimento Regional.

A importância do CDR é constatada quando se pergunta aos gestores de que maneira eles decidem sobre as prioridades da região. As respostas confirmam que as prioridades da região são apontadas e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Regional. Este é composto por representantes do poder público e sociedade civil dos municípios componentes da regional que se reúnem uma vez por mês para deliberarem sobre as demandas regionais.

A consequência desta aproximação é a criação de espaços para discussão dos problemas locais, o envolvimento da sociedade nas ações do governo e o aumento da transparência dos resultados.

3) Existe interação entre o Estado, representado pela SDR, e as instituições regionais, como institutos de pesquisa e universidades na produção de conhecimento sobre a região?

Gestor 01: Na Regional de Blumenau a relação com entidades, instituições e universidades é sólida e constante. Muitos projetos são desenvolvidos em parceria, o que leva a uma troca de conhecimento e experiências, que permite o desenvolvimento sustentável da região.

Gestor 02: Sim, a pesquisa e as universidades são o cérebro do conselho regional.

Gestor 03: Sim, buscando projetos de desenvolvimento regional.

Gestor 04: Há um movimento muito interessante em relação à prosperidade e união de forças promovidas pelas universidades do Sul, contudo ainda está no início e também necessita de mais engajamento das lideranças da região.

Gestor 05: Existe mais ainda falta uma confiança entre todos.

A partir das respostas foi constatado também que nas SDR pesquisadas ocorre uma interação com entidades, instituições e universidades, como por exemplo, a FURB, a UnC e as universidades do Sul do Estado, para a produção de conhecimento, pesquisas de desenvolvimento e troca de experiências. No entanto o

gestor 04 argumenta que há necessidade de mais engajamento das lideranças da região.

4) O conhecimento produzido por essas instituições regionais é utilizado na formulação e execução dos projetos? Poderia comentar?

Gestor 01: Temos um exemplo muito interessante. A Universidade Regional de Blumenau – Furb, possui um departamento chamado Ceops – Centro de Operação do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açú. A partir disso, o governo do Estado em parceria com a Universidade implantou o Sistema de Telemetria, que a partir de 13 estações telemétricas, monitora o volume das águas do Itajaí-Açú e o nível de chuvas. Neste caso, o Governo do Estado se apóia no conhecimento da universidade para executar um projeto de grande importância para a população do Vale do Itajaí. Existem ainda outras ações como essa.

Gestor 02: Sim, recentemente projeto elaborado pela UnC Concórdia, no valor de R\$ 500.000,00 foi aprovado para a pesquisa NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica).

Gestor 03: Sim, é muito importante o conhecimento científico tecnológico e experiências que vem somar no desenvolvimento da região.

Gestor 04: Há trabalhos importantes elaborados por esses órgãos faltando a aplicação por falta de recursos financeiros públicos e privados.

Gestor 05: Sim

Pode-se constatar na questão 04 o desenvolvimento de muitos projetos das SDR em parceria com as universidades visando o desenvolvimento sustentável da região, como é o caso do Sistema de Telemetria (FURB) e o Núcleo de Inovação Tecnológica (UnC de Concórdia). Essa interação ocorre principalmente nas regionais com melhor desempenho e que receberam investimentos significativos após o processo de descentralização. Em outras regionais, porém, há a necessidade de investir mais na parceria entre Estado e as Instituições locais para dinamizar a política de desenvolvimento regional.

5) Quais são os pontos fortes e os pontos fracos da descentralização?

Gestor 01: Um dos pontos mais fortes é a proximidade com a população e suas necessidades. Um ponto fraco é que mais recursos deveriam ser descentralizados.

Gestor 02: *Ponto forte*: o governo perto da população. *Ponto fraco*: as secretarias centrais detêm, em sua maioria, total poder dentro suas áreas nas SDR.

Gestor 03: *Fortes*: as coisas acontecem mais perto da sociedade, sendo que as empresas locais podem participar realizando trabalhos, gerando emprego e renda a região. *Fracos*: ainda deveria ser mais descentralizado.

Gestor 04: Os *pontos fortes* são a presença física política e administrativa de um órgão público historicamente centralizado na Capital e que agora está perto do cidadão. O *ponto fraco* é a forma de descentralização financeira, ou melhor, a falta de uma verba mínima para cada secretária utilizar de forma autônoma como acontece com as cotas do fundo de cultura, esporte e turismo.

Gestor 05: *Pontos Fortes*: renovação de sistema, poder de mudar, através dos Conselheiros, comprometimento com toda a região, capacitação, Informatização de todo o sistema, redução de gastos de despesas rotineiras, redução de gastos através de licitação como pregão presencial e eletrônico, entre outros. *Pontos Fracos*: falta de Pessoal qualificado, falta de comprometimento de servidores que estão há mais tempo efetivos no Estado, falta de gestores comprometidos com a região, medo de mudanças, ou seja, a aceitação de mudança de servidores com a descentralização, interveniência política, entre outros.

É de reconhecimento de todos os gestores regionais que o ponto forte da descentralização é a proximidade do governo do Estado com a população e suas necessidades.

A descentralização das ações, segundo os gestores, também permite às empresas regionais a execução dos trabalhos, que muitas vezes eram desenvolvidos por empresas de outras regiões e conseqüentemente gera mais empregos e renda para a população regional.

Todavia reconhece-se também que a maior fragilidade da descentralização é a centralização dos recursos nas secretarias setoriais que detém o poder dentro de suas áreas nas SDR. Falta autonomia orçamentária para as regiões. A suposta centralização dos recursos nas setoriais é justificada pela necessidade de avaliar se os projetos aprovados pelos CDR possuem um caráter regional e não apenas a demanda de um município.

Nesse sentido, como destaca Birkner (2009), a Secretaria de Planejamento e Gestão de Santa Catarina (SPG) faz assessoria aos CDR procurando demonstrar a inutilidade de algumas demandas caracteristicamente isoladas e concorrentes entre si e que são rechaçadas pelas secretarias setoriais no executivo estadual. Assim, orientando os conselheiros dos CDR, a SPG procura combater o desperdício e a ineficácia desse complexo processo de mudança e aprendizado²⁸.

²⁸ Parte do relatório da pesquisa sobre A agenda pública para o planejamento governamental nos Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, 2009 (no prelo).

6) Em sua opinião, qual a importância do Conselho de Desenvolvimento Regional?

Gestor 01: O Conselho é fundamental, pois é ele que delibera e aprova os investimentos que serão realizados na região.

Gestor 02: Levantar e priorizar as necessidades regionais.

Gestor 03: Muito importante tem - se um representante de cada município e 2 representantes da sociedade civil organizada, que tem o conhecimento do município e conseqüentemente da região.

Gestor 04: Muito importante, contudo falta um pouco de conscientização dos próprios membros, que não discutem muitos projetos regionais e se resumem na individualidade de seus municípios.

Gestor 05: É de grande relevância, pois acho que os conselheiros ainda não comecem bem os poderes aos quais lhe foram passados.

O Conselho de Desenvolvimento Regional, na opinião dos entrevistados, é considerado fundamental para o processo de descentralização, pois por meio dos Conselhos são deliberados e aprovados os investimentos que serão realizados na região de abrangência das SDR.

A opinião dos gestores sobre a importância dos CDR reafirma a observação de Putnam (2000) quanto à descentralização. O autor observa que as políticas públicas melhoraram com a transferência de responsabilidades político-administrativas para as regiões, sob a responsabilidade dos Conselhos Regionais

que passaram a ocupar uma posição intermediária entre o poder local e o nacional, incentivando assim a participação comunitária.

7) O Sr. considera relevante a criação dos Comitês Temáticos? (para analisar a viabilidade dos projetos encaminhados ao CDR, tendo em vista seu caráter técnico).

Gestor 01: Os Comitês são muito importantes, pois são eles que definem dentro daquela área de atuação, se os projetos encaminhados serão de relevância para a sociedade local.

Gestor 02: Sim, em nosso CDR os comitês temáticos dão seus pareceres e o conselho homologou, até agora, 100% dos pareceres.

Gestor 03: Sim, pois fazem um pré-estudo dos projetos que serão encaminhados ao CDR.

Gestor 04: Não há dúvida nenhuma que o comitê é o órgão responsável pela análise técnica da viabilidade do projeto, tendo que haver maior discussão e presença dos secretários municipais de cada pasta.

Gestor 05: Com certeza, pois não pode ser apenas político, precisamos de um parecer técnico para saber se a aplicação de recursos está de acordo ou não.

Em relação aos Comitês Temáticos, há um consenso sobre a sua relevância, tendo em vista seu caráter técnico, nas tomadas de decisão dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Os Comitês, de acordo com um dos entrevistados, são importantes, pois são eles que definem na área de atuação específica, se os

projetos encaminhados serão de relevância para a sociedade local. Trata-se de um estudo prévio sobre os projetos que serão encaminhados ao CDR e em algumas SDR o Conselho homologou 100% dos pareceres dos Comitês.

8) Em sua opinião, a sociedade é suficientemente representada no CDR? (representante de grupo de mulheres, jovens, movimentos sociais, sindicatos que possam expressar a pluralidade de idéias e interesses da região).

Gestor 01: Os Conselhos são formados por quatro representantes de cada município, dois do poder público e dois da sociedade civil, estes já possuem grandes possibilidades de externar os anseios de cada município. No entanto, todas as reuniões do Conselho são abertas à comunidade, o que permite a participação da sociedade em geral, opinando e tirando suas dúvidas sobre as ações de governo definidas na assembléia.

Gestor 02: O governador delegou aos secretários que possam convidar qualquer entidade que for necessária para fazer parte do conselho, mas as decisões se dão nos comitês temáticos onde todos têm aceitado.

Gestor 03: Sim o CDR busca através da sociedade civil representantes de diferentes organizações sociais.

Gestor 04: Não há a menor sombra de dúvida que sim.

Gestor 05: Não. Infelizmente ainda falta comprometimento da sociedade, pois não tem conhecimento para ou não querem se comprometer, às vezes acaba sendo indicados os mesmos, ou aqueles que aceitam tudo, e isto não é o projeto de descentralização, infelizmente.

Quanto à representação do CDR, os entrevistados argumentam que a sociedade é bem representada já que os Conselhos são formados por quatro representantes de cada município, dois do poder público e dois da sociedade civil, o que, de acordo com um dos entrevistados já garante as possibilidades de externar os anseios de cada município.

Ressalta-se ainda que todas as reuniões são abertas à comunidade, o que permite a participação da sociedade em geral, opinando e tirando dúvidas sobre as ações de governo definidas na assembléia. Destaca-se ainda que o governador delega aos Secretários de Desenvolvimento Regional a autoridade para escolher os membros do conselho, mas as decisões sobre a viabilidade dos projetos são tomadas pelos Comitês Temáticos, cabendo aos conselheiros a sua homologação.

A partir dos resultados sobre a percepção dos gestores regionais, ou seja, dos secretários das SDR, observa-se que a política de descentralização administrativa do Estado de Santa Catarina está paulatinamente, surtindo efeitos positivos em todas as regiões.

É visível o consenso dos agentes regionais quanto ao caráter inovador, a aproximação entre o governo do Estado e as regiões e que essa interação permite maior eficiência das ações do governo regional.

Embora considerem que existe certa centralização dos recursos nas secretarias setoriais, é importante considerar que a reestruturação do Estado catarinense busca a racionalização da administração pública e para isso é preciso compreender o que representa essa nova forma de governar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o desenvolvimento regional traz consigo alguns aspectos sobre as condições necessárias para alcançá-lo. Capacidade de organização, cooperação, sinergia entre Estado e sociedade civil, identidade regional, capacidade de aprendizado regional, entre outros que refletem este novo modelo de desenvolvimento. Paralelamente às discussões sobre desenvolvimento regional, o debate sobre o modelo de Estado capaz de atender às novas demandas da sociedade também se faz presente.

O Estado Moderno centralizador é incapaz de sustentar-se diante das constantes transformações da sociedade que demanda a qualidade de vida pelas condições básicas como saúde, educação, assistência, mas também de outros serviços públicos. Com o discurso corrente de que a descentralização do Estado é condição necessária para atender a essas novas demandas, surgem nas últimas décadas experiências de descentralização político-administrativa e regionalização em vários países. No Brasil o modelo de descentralização e regionalização não parte de uma política federal e sim de experiências estaduais como é o caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina entre outros estados.

Em Santa Catarina a política de descentralização administrativa e regionalização do desenvolvimento foi implantada em 2003, no início do governo de Luiz Henrique da Silveira. Essa reestruturação do Estado teve como principal justificativa a incapacidade da centralização da administração pública estadual atender às demandas regionais, pela falta de projetos de desenvolvimento regionalizado.

A ausência de políticas públicas regionalizadas estaria contribuindo para o processo de litoralização, ou seja, o interior do Estado estaria perdendo a população gerando problemas nesse local. Com o intuito de reverter, ou minimizar esse processo, era preciso implantar um novo modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública que visasse desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão garantindo assim a eficiência, a eficácia dos serviços públicos. Assim, para atingir o objetivo de reduzir as desigualdades entre as regiões o governo do Estado criou as Secretarias de Estado de Desenvolvimento

Regional e os respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, considerados como braços operacionais do Estado nas regiões de sua abrangência.

Alguns estudos já realizados apontam resultados positivos em algumas regiões quanto à operacionalização do Estado após o processo de descentralização. No entanto os resultados também apontam fragilidades em algumas regiões principalmente no que se refere à capacidade de internalizar essa nova forma de gestão da administração pública. Assim, compreender a relação existente entre o padrão de desenvolvimento regional e a forma de atuação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional nas diferentes regiões do Estado foi o norte deste estudo.

Deste interesse surgiu a pesquisa que procurou investigar a capacidade da descentralização administrativa, consolidada nas SDR e CDR, promover o desenvolvimento nas regiões deprimidas economicamente. A partir da realização da pesquisa, com a intenção de comprovar ou refutar a hipótese de que capacidade de aprendizado regional é um fator importante para o desenvolvimento de uma região, dois fatores foram considerados: o volume de investimentos repassados às regiões neste período (2003 a 2009) e a percepção dos gestores quanto ao processo de descentralização.

A pesquisa sobre os investimentos repassados às SDR de 2003 a 2009 teve como objetivo verificar se os investimentos repassados às regiões estavam em consonância com os objetivos da descentralização, ou seja, de reduzir as desigualdades regionais. Para tanto, supostamente os recursos deveriam ser investidos principalmente nas regiões menos desenvolvidas que apresentam problemas como o esvaziamento populacional, estagnação econômica e baixo IDH.

No entanto, o resultado da análise sobre o processo de descentralização e o desenvolvimento regional em Santa Catarina demonstra que: 1) as SDR que mais receberam investimentos nesse período foram justamente as mais desenvolvidas economicamente. 2) A pesquisa revelou que, embora a proposta de regionalização do orçamento seja importante para desenvolver as regiões do Estado, os investimentos são significativos nas regiões mais desenvolvidas, localizadas próximas ao litoral o que provoca uma atração para os maiores centros. Assim, dentre as SDR pesquisadas a Grande Florianópolis, Blumenau e Criciúma se destacam quanto ao volume de investimentos recebidos. 3) As demais SDR, localizadas, principalmente no interior do Estado, receberam investimentos

significativamente inferiores, o que pode ser justificado se considerar o investimento *per capita* das regiões.²⁹

Quanto às áreas priorizadas nos investimentos, o estudo aponta que, de maneira geral, se destacaram a Educação, o Transporte e o Desenvolvimento Sustentável. Todavia, em relação ao Desenvolvimento Sustentável, considerado estratégico para fomentar o desenvolvimento, as ações variam de uma SDR para outra. A pesquisa demonstra que, em geral, nas regiões mais desenvolvidas os recursos nesta área foram bem distribuídos, beneficiando uma pluralidade de iniciativas. É o caso do investimento na geração de emprego e renda para microempresas em Criciúma, incentivo a empresas e projetos de empreendedorismo em Blumenau.

Em outras SDR isso não ocorreu e os recursos ficaram concentrados em poucas ações, como é o caso da SDR de Canoinhas que concentrou os investimentos deste setor para a postergação de ICMS das empresas da região, especialmente no município de Três Barras.

Percebe-se, de um modo geral, que embora a descentralização tenha alcançado um de seus objetivos, a instituição de uma representação física do Estado em todas as regiões catarinenses é um processo que necessita de constante aprimoramento. A pesquisa revela que os investimentos, em muitos casos, são repassados a projetos municipais e não regionais. Isso explicaria a falta de investimentos na região, tendo em vista que os projetos regionais são priorizados na liberação de recursos pelas Secretarias Setoriais.

Nas SDR das regiões menos desenvolvidas, como é o caso de Canoinhas, falta investimentos em áreas consideradas estratégicas à promoção do desenvolvimento, principalmente no desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural, pois geralmente são regiões onde o setor agropecuário é predominante. Ações voltadas à cultura, esporte e turismo também merecem atenção, em muitos casos são capazes de criar ou fortalecer a identidade regional, também considerada importante para o desenvolvimento de uma região.

Quanto à percepção dos gestores regionais sobre a política de descentralização, o estudo revelou que todos os entrevistados consideram a descentralização uma forma inovadora de administração pública. Através da criação

²⁹ Ver tabela 23 sobre o investimento *per capita* das SDR

das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional houve uma aproximação entre o governo do Estado e as regiões. No entanto, os gestores reconhecem que os objetivos da descentralização estão distantes de serem alcançados por uma série de fatores que vão desde a falta de articulação das regiões à falta de autonomia orçamentária, concentrada ainda nas Secretarias Setoriais.

Da mesma forma o Conselho de Desenvolvimento Regional é considerado fundamental para o processo de descentralização, por meio dele são deliberados e aprovados os investimentos para a região de abrangência das SDR. Reconhecem também que os Comitês Temáticos são necessários para avaliar previamente a relevância dos projetos a serem encaminhados para a apreciação do Conselho. No entanto, a atuação dos Comitês depende da organização das SDR e dos CDR.

Foi constatado que as SDR que receberam mais investimentos, em geral, desenvolvem projetos para o desenvolvimento da região em parcerias com as universidades e outras instituições, demonstrando a importância de promover parcerias entre o Estado e as instituições regionais.

O estudo mostra também que a aproximação do Estado com a população e suas necessidades é considerada um ponto forte da descentralização, no entanto, falta autonomia orçamentária para as regiões e a limitação dos recursos representa ainda uma fragilidade que precisa ser superada.

Esse fato demonstra que o aprimoramento da política de descentralização exige uma constante avaliação, tanto do governo do Estado quanto das regiões sobre o modelo de gestão implantado. A prática de políticas clientelistas ainda persiste em muitas regiões e representa um entrave para a consolidação da descentralização administrativa. Essa atitude compromete a criação de espaços de discussão entre o Estado e a sociedade organizada e o que prevalece são os acordos entre prefeitos e secretários regionais.

Retomando as questões da pesquisa é possível afirmar que o padrão de desenvolvimento regional influencia na forma de atuação das SDR. Entretanto é difícil avaliar se as variáveis políticas prevalecem sobre a capacidade de aprendizado regional. Em algumas regiões, conforme as respostas dos entrevistados é possível considerar as duas variáveis na contribuição para o resultado das ações das SDR. Em outras SDR o desempenho é justificado pelos próprios gestores, conforme o resultado das entrevistas, como consequência da forte representação política no Estado.

Nas regiões menos desenvolvidas, porém, prevalecem as variáveis políticas, pois as decisões são tomadas a partir das reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional sem passar pela análise dos Comitês Temáticos. Estes, devido ao seu caráter técnico, de acordo com os pressupostos da descentralização administrativa e da regionalização são importantes para a avaliação da viabilidade dos projetos que serão homologados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional.

Pode-se concluir que a política de descentralização de Santa Catarina é uma alternativa válida para a administração pública tendo em vista a necessidade de reestruturação do Estado. Experiências anteriores em outros países demonstraram maior eficiência nas ações do Estado a partir da descentralização. No Brasil, as experiências em nível estadual, embora isoladas, também permitem analisar os resultados positivamente, tanto sobre as ações do Estado, quanto sobre a participação da sociedade civil organizada. Contudo, por se tratar de um processo em construção, é indispensável a constante avaliação e a participação da sociedade para a continuidade desse modelo de administração pública.

Finalmente, o resultado da pesquisa abre a possibilidade para novas investigações sobre a descentralização a partir das hipóteses e dos objetivos apresentados que possam contribuir com a discussão sobre descentralização e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Para Além da Descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: SONIA FLEURY. **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento. Brasil & Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1 ed. 2006.
- AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco. **Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias**: regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova idéia de Estado. Blumenau: Edifurb, 2002.
- ANJOS, Francisco dos. O sistema multipolarizado de Santa Catarina. In: SPOSITO, M.E.B. (ORG). **Cidades médias**: espaços em transição. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2007.
- BAILLY, Antoine; GIBSON, Lay James. **Regional science: Directions for the future**. In: Papers Regional Science, v. 83, p. 127-138, 2004.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. **Uma Experiência de Institucionalização de Regiões no Brasil**: Os COREDEs do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.cidts.ufsc.br/articles/ArtigoBandeira.pdf>> Acesso em 08 de janeiro de 2009
- BARQUERO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento Endógeno: Interação das forças que governam os processos de crescimento econômico. In: VERGARA, Patricio Antonio (coordenador). **Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IADH, 2004.
- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social em Santa Catarina**: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional. Blumenau: Edifurb, 2006.
- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Intervenções governamentais nos processos decisórios para a promoção do desenvolvimento regional**: um estudo de caso das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina – SDR. In: Revista Redes, v. 10 n. 2, p. 181-195, maio/ago. 2005. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2005.
- BOISIER, Sérgio. **El desarrollo territorial a partir de la construccion de capital sinergetico**. In: Revista Redes, v. 4 n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1999.
- BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>>. Acesso em 15 de agosto de 2008.

BRESCHI, Stefano; LISSONI, Francesco. **Localised knowledge spillovers vs. innovative milieux: knowledge “tacitness” reconsidered.** In: Papers Regional Science, v. 80, p. 255-273, 2001.

DALBELLO, Liliane; GRÜTZMANN, André (Coord.). **Normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade do Contestado / Universidade do Contestado.** Caçador: UnC, 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Regionalização. In: SIEDENBERG, Dieter R. (org) **Dicionário do desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. **Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BÜTTENBENDER, Pedro Luis; DELL VALLE, Tanisia. **Gestão e desenvolvimento territorial: os Comudes como base para a gestão do desenvolvimento nos municípios.** In: Anais do IV Simpósio Internacional de Formação Docente – SINFORMA. De 02 a 06 de junho de 2008. Unijui, UNaM, IPCL e UNAM. Santa Rosa/RS, 2008. ISBN 978-85-7429-676-0. Disponível em <<https://www.unijui.edu.br/sinforma>>. Acesso em 29 de março de 2010.

DAMO, Márcia Regina Sartori. **Análise da Descentralização Administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina e os Efeitos da Fragmentação Territorial no Oeste Catarinense.** 2006. Dissertação (Mestrado em Eng. Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PECV0416.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2009.

DARIO, E. **Proposta de Rearranjo das Práticas de gestão pública para o novo sistema de descentralização administrativa de Santa Catarina atuar como regiões em aprendizagem.** 2004. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4507.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20159.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2009.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social.** Ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DUTRA, Ademar; HERMES LUZ, Maria Regina. **Sistema de Avaliação de Desempenho das Secretarias de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de Santa Catarina: Resultados Preliminares da Aplicação de um Modelo Construtivista.** In SANTA CATARINA. Secretaria de Planejamento. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 10 de novembro de 2008.

FALLETI, Tulia. Efeitos da Descentralização nas Relações Intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. **Sociologia Print**, Porto Alegre, nº 16 ISSN 1517-4522, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a04n16.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.** In: RAP - Revista de Administração Pública, jan/fev. 2001, vol. 35. Fundação Getúlio Vargas.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. **O capital social e a análise institucional e de políticas públicas.** In: RAP - Revista de Administração Pública, maio/jun 2002, vol. 36. Fundação Getúlio Vargas.

FRANCO, Augusto de. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: **Gestão social: uma questão em debate.** Orgs. Elizabeth de Melo Rico e Raquel Raichelis Degenszajn. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

_____. **Capital social:** leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília, Instituto de Política: Millennium, 2002.

GONÇALVES, Eduardo; GAVIO, Fremar P.H. **Capacidade de inovação regional:** o papel de instituições e empresas de base tecnológica em Juiz de Fora. Disponível em <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v12n1/v12n1goncalves.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2009

GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1995 a 2002.** In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina.** 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 473 p.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina.** Disponível em <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_52.pdf> Acesso em 05 de dezembro de 2008.

GUINMARÃES, Maria do Carmo Lessa. O Debate sobre a Descentralização de Políticas Públicas: um balanço bibliográfico. **Revista Organizações & Sociedade.** v. 8, nº 23, 2002. Disponível em:

<<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=88>>. Acesso em 03 de agosto de 2008.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (org.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 347 p.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIFFER, Moacir; AREND, Sílvia Cezar. A agropecuária e as indústrias tradicionais no desenvolvimento regional paranaense no período de 1970 a 2000. **Informe GEPEC**. V.13, p. 107-122, 2009. Disponível em <<http://e-revistaunioeste.br/index.php/gepec/article/view/2206/2030>>. Acesso em 05 de janeiro de 2010.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: uma experiência na Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RAICHELIS, Raquel. **Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social**. In Revista Serviço Social e Sociedade n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RIBEIRO, Elaine Silva. **Análise da denominada Descentralização Político-Administrativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim/SC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado profissional da Universidade do Planalto Catarinense. Lages, 2008.

SANTA CATARINA (Governo do Estado). **Bons Conselhos para o Desenvolvimento**. Santa Catarina, 2005.

SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2008.

SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 284, de 28 de fevereiro de 2005**. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2008.

SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 381, de 07 de maio de 2007.** Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 05 de dezembro de 2008.

SANTA CATARINA (SPG). **Política de Desenvolvimento Regional.** Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2008.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_blumenau.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_canoinhas.phpm>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_concórdia.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_criciuma.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_fpolis.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_jaragua.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_lages.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar, 2006.** Disponível em

<http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_laguna.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar**, 2006. Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_saojoaquim.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar**, 2006. Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_saomiguel.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar**, 2006. Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/sdr_taio.php>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Blumenau**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Canoinhas**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Concórdia**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Criciúma**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 da Grande Florianópolis**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Jaraguá do Sul**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Lages**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de Laguna**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados: Relatório de Atividades 2003 2009 de São Joaquim**, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados:** Relatório de Atividades 2003 2009 de São Miguel do Oeste, 2009.

SANTA CATARINA (SPG). **Seminário de Avaliação de Resultados:** Relatório de Atividades 2003 2009 de Taió, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SICSÚ, Abraham B; BOLAÑO, César R. S. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional.** Disponível em <<http://www.unicap.br/Neal/artigos/Texto2ProfAbraham.pdf>> Acesso em 06 de abril de 2009.

SIEDENBERG, Dieter R. (org) **Dicionário do desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SIEDENBERG, Dieter Rugard; SAAD, Andréa Samin; SENGER, Carine Maria. **Bases do planejamento e estratégias do desenvolvimento regional no RS.** In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado. Disponível em <http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/departamentos/administracao/docs/artigos_b_c/bases_do_planejamento_e_estrategias_do_desenvolvimento_regional.pdf.> Acesso em 08 de janeiro de 2009.

SCHÜLER SOBRINHO, Octacílio. **Taipas:** origem do homem do contestado. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

THOMÉ, Nilson. **Pioneirismo da imigração alemã, em Santa Catarina, na região do Contestado.** Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2004.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro:** a ferrovia do Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste:** memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 3 ed. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

ANEXOS

ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTA SDR: _____ SECRETÁRIO DA SDR: _____
9) Com a sua experiência pública, que avaliação o Sr. faz da descentralização até agora?
10) Como são definidas as prioridades da região?
11) Existe interação entre o Estado, representado pela SDR, e as instituições regionais, como institutos de pesquisa e universidades na produção de conhecimento sobre a região?
12) O conhecimento produzido por essas instituições regionais é utilizado na formulação e execução dos projetos? Poderia comentar?
13) Quais são os pontos fortes e os pontos fracos da descentralização?
14) Em sua opinião, qual a importância do Conselho de Desenvolvimento Regional?
15) O Sr. considera relevante a criação dos Comitês Temáticos? <i>(para analisar a viabilidade dos projetos encaminhados ao CDR, tendo em vista seu caráter técnico).</i>
16) Em sua opinião, a sociedade é suficientemente representada no CDR? <i>(representante de grupo de mulheres, jovens, movimentos sociais, sindicatos que possam expressar a pluralidade de idéias e interesses da região).</i>

ANEXO II: LEI COMPLEMENTAR Nº. 381/2007

Art. 15. Os programas, projetos e ações governamentais, observadas as diretrizes emanadas dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, do Plano Catarinense de Desenvolvimento, dos Planos de Desenvolvimento Regionais, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da programação financeira, do cronograma de execução mensal de desembolso e das normas reguladoras de cada área, serão:

I - planejados e normatizados pelas Secretarias de Estado Setoriais e supervisionados, coordenados, orientados e controlados, de forma articulada, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; e

II - executados pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, ou delegados, sempre que couber, aos municípios, e supervisionados, coordenados, orientados e controlados, de forma articulada, com as Secretarias de Estado Setoriais.

§ 1º—Observado o disposto neste artigo, no âmbito da Administração Indireta Estadual, as atribuições serão executadas por intermédio das respectivas estruturas regionais e locais devendo, sempre que couber, ser delegadas às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional ou aos municípios.

§ 2º—Excetua-se do disposto neste artigo os programas, projetos e ações previstos em leis orgânicas e normas federais de regulação como de competência específica do nível Setorial e as obrigações decorrentes de contratos com organismos internacionais onde seja exigida a execução exclusiva por órgão ou entidade central.

Art. 16. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, na qualidade de agências de desenvolvimento deverão orientar os agentes produtivos e os Municípios quanto às opções de financiamento e incentivos financeiros disponíveis nos bancos e agências oficiais, em especial no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, na Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, nos Fundos Estaduais e Federais, bem como nos Programas de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC e PRÓ-EMPREGO e outros que venham a ser criados, assim como os programas mantidos pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Os pleitos para financiamento nas Agências e Fundos Estaduais, bem como de tratamento diferenciado do ICMS, em especial PRODEC e PRÓ-EMPREGO, deverão ser processados a partir das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, e submetidos à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

Art. 17. Os gestores dos fundos estaduais, no que couber, deverão, por intermédio de critérios técnicos, definir orçamento diferenciado para cada região, após o que serão distribuídas cotas regionais e priorizados os pleitos respectivos, pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo estabelecerá normas complementares que determinarão a descentralização e a desconcentração da Administração Pública Estadual. [...]

[...] SEÇÃO XII
Das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional
Subseção I
Das Disposições Comuns

Art. 76. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no âmbito das respectivas regiões administrativas, atuarão como:

I - agências de desenvolvimento regional, na forma especificada no § 1º do art. 2º desta Lei Complementar;

II - articuladoras da transformação, nas suas respectivas regiões, em territórios de desenvolvimento sustentável e de bem-estar social;

III - motivadoras do desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda;

IV - indutoras do engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada; e

V - colaboradoras na sistematização das propostas formuladas no Seminário Anual de Avaliação dos Programas Governamentais e nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Art. 77. Às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no âmbito de suas respectivas regiões administrativas, compete:

I - representar o Governo do Estado nas suas respectivas regiões;

II - elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e com a participação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

III - articular as suas ações, promovendo a integração dos diversos setores da Administração Pública Estadual;

IV - promover a compatibilização do planejamento e das necessidades regionais com as metas do Governo do Estado;

V - executar os programas, projetos e ações governamentais próprios, ou por intermédio da descentralização dos créditos orçamentários e financeiros das Secretarias de Estado Setoriais e das entidades da Administração Indireta, nos termos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

VI - elaborar os respectivos regimentos internos, observando as particularidades regionais;

VII - executar obras e serviços públicos na região de abrangência, ou coordenar a sua execução;

VIII - realizar reuniões periódicas com o Conselho de Desenvolvimento Regional para propor, planejar e deliberar sobre assuntos de interesse da região;

IX - implementar as prioridades e deliberações definidas nos Conselhos de Desenvolvimento Regional, no Seminário Anual de Avaliação dos Programas Governamentais e nas audiências do Orçamento Regionalizado;

X - apoiar os municípios na execução dos programas, projetos e ações, visando ao desenvolvimento sustentável regional e municipal;

XI - apoiar a sociedade civil organizada, por meio de convênios acordos ou instrumentos congêneres;

XII - coordenar a elaboração e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, integrando esforços e recursos do Estado, dos municípios, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada;

XIII - realizar o planejamento e a execução orçamentária;

XIV - executar a manutenção rotineira das rodovias do Plano Rodoviário Estadual - PRE, mediante a transferência dos equipamentos e a descentralização dos créditos orçamentários e financeiros do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA;

XV - promover estudos para instituição de consórcios, bem como de regras de funcionamento no âmbito regional;

XVI - executar, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, programas, projetos e ações governamentais da área da Segurança Pública, nos termos do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

XVII - executar, de forma articulada com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, definida pelo Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI;

XVIII - acompanhar e participar da elaboração e execução de Programa de pesquisa na área educacional da rede pública do Estado, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Educação;

XIX - sistematizar e emitir relatórios periódicos de acompanhamento e controle de alunos, escolas, profissionais do magistério, de construção e reforma de prédios escolares e aplicação de recursos financeiros destinados à educação, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Educação;

XX - realizar estudos e levantamentos socioeconômicos objetivando o mapeamento das áreas demandantes de habitação popular de forma articulada e em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e COHAB;

XXI - participar da execução dos programas, projetos e ações, das áreas de habitação popular, urbana ou rural, de forma articulada e em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e a COHAB;

XXII - executar os programas, projetos e ações de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias e instalações correlatas;

XXIII - executar a política formulada pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura e pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, para a administração da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo sua construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação;

XXIV - construir e reformar terminais rodoviários de passageiros e cargas, abrigos de passageiros, terminais hidroviários de passageiros e atracadouros;

XXV - implantar e pavimentar pátios de manobra e vias de circulação interna de Terminais de Passageiros;

XXVI - adquirir e reformar balsas e outros equipamentos de apoio ao transporte hidroviário de passageiros;

XXVII - responsabilizar-se pela operação, conservação e manutenção dos sistemas de contenção de cheias;

XXVIII - zelar pela segurança e bem estar dos usuários do transporte de passageiros sob sua jurisdição, de forma articulada com o Departamento de Transportes e Terminais - DETER;

XXIX - executar atividades de dragagem e captação de água mediante a descentralização dos créditos orçamentários e financeiros da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC; e

XXX - executar os programas, projetos e ações da política estadual de esporte de forma articulada com a Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE.

Art. 78. Decreto do Chefe do Poder Executivo fixará o quantitativo de servidores que atuarão nos órgãos das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

Art. 79. Os convênios que envolvam repasse de recursos estaduais a municípios e entidades de natureza privada sem finalidade econômica, a qualquer título, para a execução descentralizada de programas, projetos e ações governamentais serão firmados pelos Secretários de Estado de Desenvolvimento Regional, após deliberação dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, observadas as exigências das legislações específicas.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a execução do disposto neste artigo. (SANTA CATARINA, 2007)

[...]

Subseção III Das estruturas de cargos das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

Art. 81. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atendendo aos objetivos de descentralização e desconcentração da Administração Pública Estadual, terão estruturas diferenciadas de cargos, conforme previsto nos Anexos VIII-A a VIII-D, parte integrante desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI

Dos Conselhos de Desenvolvimento Regional

Art. 82. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional terão a seguinte composição:

I - membros natos:

- a) o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional;
- b) os Prefeitos da região de abrangência; e
- c) os Presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência; e

II - dois representantes, por município da região de abrangência, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais mais expressivos da região, definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Os membros natos, por motivos devidamente justificados, poderão ser representados:

I - o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, pelo Diretor Geral da Secretaria;

II - os Prefeitos, pelos respectivos Vice-Prefeitos; e

III - os Presidentes das Câmaras Municipais, pelos Vice-Presidentes.

§ 2º - Os representantes dos membros natos não terão direito a voto.

§ 3º - A entidade ou segmento social escolhido para fazer parte do Conselho de Desenvolvimento Regional será substituído caso seu representante tenha duas faltas injustificadas consecutivas ou três faltas injustificadas alternadas, no espaço de um ano.

§ 4º—Os representantes das entidades poderão ser substituídos, a qualquer momento, desde que tal decisão seja oficializada, protocolada e aprovada pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Regional.

§ 5º—O prazo de permanência dos representantes da entidade ou segmento social será definido no regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Regional.

§ 6º—Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a participação de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, sem direito a voto, no Conselho de Desenvolvimento Regional.

Art. 83. Aos Conselhos de Desenvolvimento Regional, com poder deliberativo, compete:

I - apoiar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

II - aprovar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as Secretarias de Estado Setoriais;

III - emitir parecer, quando solicitado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, sobre projetos que requeiram decisão do Chefe do Poder Executivo para efeito de execução;

IV - auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais para aplicação em projetos de desenvolvimento regional;

V - assessorar o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional na coordenação do inter-relacionamento dos setores público, privado e comunidade científica e tecnológica;

VI - incentivar, orientar e apoiar programas de novos empreendimentos na região;

VII - emitir parecer, por escrito, firmado pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Regional, a cada quadrimestre, sobre a execução orçamentária e o relatório das atividades executadas na região, por área de atuação, a ser enviado ao Chefe do Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento;

VIII - definir as prioridades de intervenção das funções públicas de interesse comum especificadas na Lei Complementar nº-104, de 04 de janeiro de 1994; e

IX - deliberar sobre a instituição e as regras de funcionamento de consórcios no âmbito regional.

Art. 84. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional reunir-se-ão ordinariamente, em assembléia, e extraordinariamente, quando convocados, obedecendo ao rodízio de Municípios para a sua realização.

Parágrafo único. Decreto do Chefe do Poder Executivo fixará a periodicidade das reuniões ordinárias referidas no *caput*.

Art. 85. Sempre que possível, e priorizando o atendimento a questões urgentes e relevantes, o Governador e o Vice-Governador do Estado far-se-ão presentes nas reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. (SANTA CATARINA, 2007).

ANEXO III – TOTAL DE INVESTIMENTOS EM OBRAS SEGUNDO O SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS – SICOP

Tabela 23 – Total de investimentos em obras nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, período de 2003 a 2009

SDR SETOR	JARAGUÁ DO SUL	CANOINHAS	BLUMENAU	TAIÓ	SÃO JOSÉ	CONCÓRDIA	SÃO MIGUEL DO OESTE	LAGES	SÃO JOAQUIM	CRICIÚMA	LAGUNA
Educação	9.445.487,50	18.343.146,01	27.156.914,21	8.530.684,14	50.158.940,47	11.206.795,06	11.740.808,48	33.911.382,00	12.885.141,45	27.540.624,75	31.095.689,95
Saúde	105.053,00	64.604,05	428.547,87	*****	26.764.914,78	93.358,66	16.122.409,54	5.879.191,53	84.618,93	192.587,38	*****
Segurança	825.264,03	4.292.865,06	519.684,88	*****	4.908.296,45	190.046,93	376.923,22	146.997,96	227.477,47	447.267,75	195.144,89
Transporte	45.635.452,13	15.204.244,03	103.233.204,77	8.559.024,01	420.702.037,20	8.001.803,63	12.734.017,72	100.775.133,90	72.782.505,89	100.429.826,64	8.398.536,20
Energia	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Desenvolvimento rural	*****	71.116,15	*****	*****	472.324,02	14.283,03	5.438,42	445.174,22	60.975,64	8.453,96	*****
Desenvolvimento sustentável	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Esporte	6.982.692,36	4.926.988,06	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Cultura	*****	*****	*****	*****	14.888.220,69	19.995,90	*****	*****	*****	*****	*****
Turismo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Urbanismo	*****	*****	*****	*****	347.794,86	49.959,00	*****	*****	*****	*****	*****
Desenvolvimento social	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Desenvolvimento tecnológico	*****	375.944,11	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Meio ambiente	*****	*****	*****	*****	24.721.656,60	836.067,19	*****	*****	*****	60.720,00	*****
Desenvolvimento econômico	*****	*****	1.045.948,93	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
GRSF	105.175,34	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Total	63.099.124,36	42.902.963,36	132.384.300,66	17.089.708,15	542.964.185,07	20.412.309,40	40.979.597,38	141.157.879,61	86.040.719,38	128.679.480,48	39.689.371,04

Fonte: (SICOP, 2009)

ANEXO IV – PROCESSO DE LITORALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

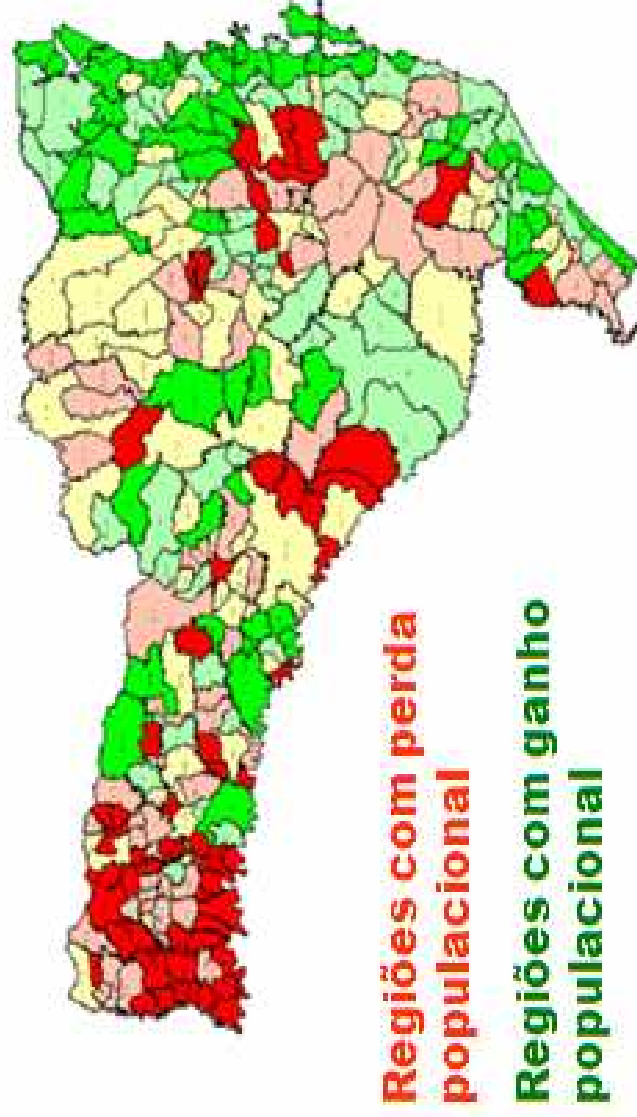


Figura 13 – Mapa do Processo de litoralização em Santa Catarina
Fonte: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Planejamento, 2007

ANEXO V – SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2007



Figura 14 – Mapa das Secretarias de Desenvolvimento Regional – 2007
Fonte: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Planejamento, 2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)